

**UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA –
PROPPEC
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS –
CEJURPS
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM GESTÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS – PMGPP**

**RÁDIOS COMUNITÁRIAS DO VALE DO ITAJAÍ: CONTROVÉRSIA LEGAL,
SOCIOPOLÍTICA E IDEOLÓGICA**

CARLOS ROBERTO PRAXEDES DOS SANTOS

ITAJAÍ (SC), JULHO DE 2005

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA –
PROPPEC
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM GESTÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS – PMGPP

**RÁDIOS COMUNITÁRIAS DO VALE DO ITAJAÍ: CONTROVÉRSIA LEGAL,
SOCIOPOLÍTICA E IDEOLÓGICA**

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado Profissionalizante em Gestão de
Políticas Públicas da Universidade do Vale do
Itajaí sob a orientação do Prof. Dr. Sérgio Luís
Boeira.

Carlos Roberto Praxedes dos Santos

Itajaí (SC), julho de 2005

Esta Dissertação foi julgada APTA para a obtenção do título de Mestre em Gestão de Políticas Públicas/Profissionalizante e aprovada, em sua forma final, pela Coordenação do Programa de Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas – PMGPP/UNIVALI.

Professor Doutor Sérgio Luís Boeira
Orientador

Professor Doutor Julian Borba
Coordenador PMGPP/UNIVALI

Apresentada perante a Banca Examinadora composta pelos Professores

Doutor Sérgio Luís Boeira (UNIVALI) – Presidente

Doutor Julian Borba (UNIVALI) – Membro

Doutor Marcio Vieira de Souza (UNIVALI) - Membro

Doutora Dulce Márcia Cruz (UNISUL) - Membro

Itajaí (SC), ___ de julho de 2005.

*À minha esposa Karla e
ao meu filho João Pedro.*

*Agradeço a Deus, principalmente por ter me
dado o privilégio de concluir mais
esta etapa de minha formação.*

*Agradeço também aos meus pais Adelir (in
memorian) e Amauri por me concederem a vida.*

*Ao professor Sérgio Luís Boeira, incansável
orientador que não mediu esforços para me
socorrer nos momentos em que a
dúvida se fez presente.*

*Ao arquiteto Oswaldo Schuch, amigo que fiz
durante o curso e que me ajudou na elaboração
dos mapas constantes deste trabalho.*

*Aos demais professores pelos ensinamentos e
aos colegas pelos ótimos momentos juntos.*

*O homem que vê mal vê sempre menos
do que aquilo que há para ver; o
homem que ouve mal ouve sempre
algo mais do que aquilo que
há para ouvir.*

Friedrich Wilhelm Nietzsche

RÁDIOS COMUNITÁRIAS DO VALE DO ITAJAÍ: CONTROVÉRSIA LEGAL, SOCIOPOLÍTICA E IDEOLÓGICA

Autor: Carlos Roberto Praxedes dos SANTOS

Orientador: Sérgio Luís BOEIRA

Resumo

Fenômeno recente entre os meios de comunicação existentes no Brasil, as rádios comunitárias nasceram a partir das rádios livres, com o dever legal de servir como canal de prestação de serviços às comunidades locais. Porém, as finalidades primeiras foram substituídas por práticas clientelísticas que nada contribuem com o desenvolvimento de uma determinada localidade, principalmente em se tratando de avanços democráticos. Essas práticas iniciam quando da conquista do canal comunitário e refletem nas programações deste e na forma como a rádio dirige-se aos ouvintes. Este trabalho procura analisar, por meio de estudo de caso, as programações de duas rádios comunitárias situadas no Vale do Itajaí, principalmente em relação ao conteúdo jornalístico. Durante a análise, são observadas tentativas de particularizar uma estação de rádio, o que desvirtua as finalidades de uma emissora popular. Além disso, o estudo também investiga diferentes tipos de rádios comunitárias em operação, na atualidade, nessa região do Estado de Santa Catarina, enquanto disseminadoras de ideologias político-partidárias, corporativo-religiosas e comerciais. O trabalho ainda contempla uma reflexão sobre a legislação que instituiu o serviço no Brasil, a fim de indicar possíveis alterações capazes de ampliar a participação popular na conquista dos canais comunitários. A constatação é de que relações verticais internas prejudicam o ambiente participativo em algumas rádios e contrastam com os ideais de uma comunicação democrática capaz de contribuir com a geração de capital social.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação; comunidade; capital social; rádio comunitária.

COMMUNITY RADIO IN THE VALE OF ITAJAÍ: AN IDEOLOGICAL, SOCIOPOLITICAL AND LEGAL CONTROVERSY

Author: Carlos Roberto Praxedes dos SANTOS

Guiding: Sérgio Luís BOEIRA

Abstract

The community radio, a recent phenomenon among Brazilian means of communication, was born from free radio with the legal duty of serving local communities. However, the first purposes were replaced by clientele practices, which do not contribute for the respective localities development, especially when dealing with democratic advances. These practices can be unchained in the process of acquiring the authorization for a communitarian channel and, later on, reappear in the programming style as well as in the way of communicating with the listeners. This work aims at analyzing, by means of this study, the programming of two community radios located at the Vale of Itajaí, especially with regard to the journalistic content. In the analysis, typical policies with personal interests overcoming the community interests are observed. Besides, this study also investigates different types of community radios working today in the region of the state of Santa Catarina as spreaders of partisan-political, religious-corporative and commercial ideologies. This research also observes a reflection on the legislation, which institutes the service in Brasil, in order to indicate possible alterations capable of increasing the democratic participation in the conquest for communitarian channels. The evidence is that the internal vertical relations are harmful for the participative environment in certain radios and that they contrast with the ideals of a democratic communication capable of contributing for the production of social capital.

KEY WORDS: communication; community; social capital; community radio.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: Mapa do Vale do Itajaí.....	101
--	-----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Tipos de emissão em radiodifusão.....	66
QUADRO 2: Rádio de alta e baixa estimulação.....	70
QUADRO 3: Emissoras lacradas somente em 2002 em Santa Catarina.....	100

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Emissoras comunitárias em operação no Vale do Itajaí.....	118
TABELA 2: Comparação entre as rádios A e B e em relação a uma autogestionária.	126
TABELA 3: Resumo das quatro edições do programa da emissora A.....	131
TABELA 4: Resumo das quatro edições do programa da emissora B.....	135

LISTA DE ABREVIATURAS

ABERT.....	Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão
ABRAÇO.....	Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária
AC.....	Análise de Conteúdo
ACAERT.....	Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão
ACERP.....	Associação de Comunicação Educativa Roquette- Pinto
AED.....	Agência de Educação para o Desenvolvimento
AGERT.....	Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão
AM.....	Amplitude Modulada
AMAVI.....	Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
AMFRI.....	Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí
ANATEL.....	Agência Nacional de Telecomunicações
ANCARC.....	Associação Nacional Católica de Rádios Comunitárias
APAE.....	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
ARCOS.....	Associação das Rádios Comunitárias do Sul de Santa Catarina
ARCOVALI.....	Associação de Rádios Comunitárias do Vale do Itajaí
CBN.....	Central Brasileira de Notícias
CD.....	Compact Disc
CEB.....	Comunidade Eclesial de Base
CNM.....	Confederação Nacional dos Municípios
CNBB.....	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNT.....	Central Nacional de Televisão
DOU.....	Diário Oficial da União
DJ.....	Disk Jockey
ENECOS.....	Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social
FM.....	Frequência Modulada
FRP.....	Fundação Roquette-Pinto
FURB.....	Fundação Universidade Regional de Blumenau
IBGE.....	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE.....	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
ICMS.....	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
KHZ.....	Kilohertz
KW.....	Kilowatts
LP.....	Long Player

MD.....	Mini Disc
MEB.....	Movimento de Educação de Base
MHZ.....	...Megahertz
MPB.....	Música Popular Brasileira
OC.....	Ondas Curtas
OL.....	Ondas Longas
OM.....	Ondas Médias
OT.....	Ondas Tropicais
PDS.....	Partido Democrático Social
PDT.....	Partido Democrático Trabalhista
PFL.....	Partido da Frente Liberal
PIB.....	Produto Interno Bruto
PMDB.....	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNUD.....	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP.....	Partido Progressista
PPB.....	Partido Progressista Brasileiro
PRRADCOM.....	Plano de Referência para a Distribuição de Canais do Serviço de Radiodifusão Comunitária
PSD.....	Partido Social Democrático
PT.....	Partido dos Trabalhadores
RADCOM.....	Radiodifusão Comunitária
RBC.....	Rede Brasil de Comunicação Cidadã
RBS.....	Rede Brasil Sul
RCA.....	Radio Corporation of America
RN.....	Rio Grande do Norte
SBT.....	Sistema Brasileiro de Televisão
TV.....	Televisão
UDESC.....	Universidade do Estado de Santa Catarina
UDN.....	União Democrática Nacional
UHF.....	Ultra High Frequency
UNIDAVI.....	Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
UNIVALI.....	Universidade do Vale do Itajaí
USP.....	Universidade de São Paulo
VHF.....	Very High Frequency

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
PERGUNTAS DA PESQUISA.....	21
OBJETIVOS.....	22
METODOLOGIA.....	23
CAPÍTULO I: REFLEXÃO CONCEITUAL SOBRE COMUNIDADE E CAPITAL SOCIAL.....	26
1.1 “Comunidade” versus “sociedade”: um debate clássico e contemporâneo.....	27
1.2 Visões contemporâneas sobre comunidade.....	29
1.3 A comunidade cívica.....	33
1.4 Origens do capital social.....	35
1.5 Política brasileira e capital social.....	40
CAPÍTULO II: CENÁRIO DA MÍDIA ELETRÔNICA BRASILEIRA: ASPECTOS POLÍTICOS E RELIGIOSOS NOS CONTEXTOS NACIONAL E ESTADUAL.....	42
2.1 Aspectos históricos da mídia eletrônica brasileira.....	43
2.2 Números atuais da radiodifusão brasileira.....	48
2.3 As religiões na mídia brasileira.....	50
2.4 A variedade do protestantismo no Brasil.....	54
2.5 A mídia eletrônica em Santa Catarina.....	55
2.6 Números atualizados da radiodifusão em Santa Catarina.....	58
CAPÍTULO III: RADIODIFUSÃO: ASPECTOS HISTÓRICOS E CARACTERIZAÇÃO TIPOLOGICA.....	59
3.1 A consolidação do rádio como meio de comunicação.....	59
3.1.1 Tipos de transmissão em rádio.....	64
3.2 Características do rádio.....	66
3.3 Diferenças quanto ao conteúdo das emissoras de rádio.....	68
3.4 Diferenças entre as emissoras de rádio.....	71
3.4.1 Comerciais.....	71
3.4.2 Educativas.....	73
3.4.3 Comunitárias.....	74
CAPÍTULO IV: RÁDIOS LIVRES, COMUNITÁRIAS E CIDADANIA: UMA INTRODUÇÃO AO CONTEXTO REGIONAL.....	75
4.1 Aspectos históricos da radiodifusão livre.....	75
4.2 As rádios livres no Vale do Itajaí.....	83
4.3 A regularização do rádio de baixa potência.....	86
4.4 O processo de conquista do canal comunitário.....	87
4.5 Atual situação das rádios comunitárias no Brasil.....	90
4.6 Relação conflituosa envolve entidades nacionais.....	93

4.7 Iniciativas populares perdem espaço nas atuais rádios comunitárias.....	95
4.8 Emissoras clandestinas são lacradas em todo o Brasil.....	96

CAPÍTULO V: OS DIFERENTES PERFIS DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS NO VALE DO ITAJAÍ.....	101
5.1 As rádios comunitárias do Vale do Itajaí.....	102
5.1.1 Alto Vale.....	103
5.1.2 Médio Vale.....	105
5.1.3 Foz do Vale.....	105
5.2 Itajaí: duas emissoras comunitárias na mesma frequência.....	110
5.3 A Rádio Fortaleza de Blumenau.....	112

CAPÍTULO VI: CONTROVÉRSIA LEGAL, SOCIOPOLÍTICA E IDEOLÓGICA.....	119
6.1 Análise da emissora A – programação.....	120
6.1.1 Estrutura organizacional.....	121
6.2 Análise da emissora B – programação.....	122
6.2.1 Estrutura organizacional.....	123
6.3 Rádio autogestionária.....	124
6.4 Análise da programação jornalística das rádios: critérios utilizados.....	127
6.4.1 Análise do programa jornalístico da rádio A.....	128
6.4.2 Análise do programa jornalístico da rádio B.....	131
6.5 Uma análise da legislação das rádios comunitárias.....	136
6.6 Proposições para a legislação das rádios comunitárias.....	141
6.7 Retomando a reflexão teórica.....	142
6.8 Ampliação de capital social através do rádio?.....	143

CONCLUSÕES.....	152
------------------------	------------

REFERÊNCIAS.....	158
-------------------------	------------

APÊNDICES.....	171
-----------------------	------------

ANEXOS.....	176
--------------------	------------

INTRODUÇÃO

Apesar dos avanços tecnológicos observados nos últimos anos nos meios de comunicação, principalmente no tocante à redução das distâncias entre os indivíduos do chamado mundo globalizado, tem sido problematizado entre os estudiosos e cidadãos críticos o fato de a mídia continuar sobrepondo interesses mercadológicos aos das reais necessidades da maioria da população, principalmente em se tratando de “países em desenvolvimento”. O Brasil, por exemplo, detém o título de um dos mais desiguais do mundo em vários aspectos sociais.

Após alguns anos de crescimento econômico a concentração de renda persiste e uma parte significativa da população vive no limite da pobreza, não tendo acesso aos serviços de saúde, saneamento básico e educação, necessários para uma vida digna. Como uma das conseqüências da falta de educação e de saúde, por exemplo, há no Brasil uma mescla de problemas típicos de países industrialmente subdesenvolvidos com aqueles que são característicos de países muito industrializados, como a obesidade, mesmo entre os pobres. Tanto a riqueza quanto a pobreza material têm sido gerenciadas de forma irracional.

Por outro lado, o país ostenta posição invejável no campo das comunicações. É o segundo do mundo em número de emissoras de rádio, perdendo apenas para os Estados Unidos. Sedia uma das maiores redes de televisão do planeta. Embora a maior parte da população não leia jornais e revistas de circulação nacional ou estadual em virtude de uma combinação de fatores (custo, tempo, estímulo educacional, etc), a mídia eletrônica se faz presente na casa de quase todos os brasileiros diariamente, seja via rádio a pilha, televisor de 14 polegadas ou nos telões modernos acoplados aos *home theaters*.

Conforme o jornalista Milton Jung (2004, p.60), cerca de 99,9% dos brasileiros ouvem rádio e acreditam no que escutam, como apontou o IBOPE em pesquisa recente. “O índice de credibilidade do rádio só é inferior ao da Igreja Católica; está sete posições à frente do jornal impresso e 17 adiante da televisão”. Outro dado reflete ainda mais a importância do rádio no Brasil, pois ele está presente em 83% da frota nacional

de veículos automotores (JUNG, 2004, p.61). Tais constatações justificam uma pesquisa sobre um meio de comunicação como o rádio.

Desde o surgimento da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923, considerada oficialmente a primeira emissora brasileira, o quadro da radiodifusão passou por várias transformações. Os interesses mercadológicos se impuseram ao meio e este não suportou a pressão comercial já a partir da década seguinte. Rapidamente o país assistiu ao surgimento de centenas de emissoras com sotaques diferentes, com estilos musicais diferentes, espalhadas por todas as regiões. Estações de rádio de propriedade da iniciativa privada, com fins puramente comerciais que irradiavam programas de auditório e radionovelas oferecidos por multinacionais que se estabeleciam aqui.

Faltava na verdade um tipo de rádio dedicado às reais necessidades culturais, educacionais, destinado à prestação de serviços e disposto a democratizar os meios de comunicação no país. Apenas sessenta anos após a implantação da primeira emissora, viu-se surgir o rádio eminentemente educativo, atrelado a instituições de ensino públicas ou privadas e, mesmo assim, até hoje essas emissoras representam uma parcela ínfima perante as demais de origem comercial.

A comunicação eletrônica brasileira se rendeu aos interesses mercadológicos e particularistas, em detrimento de uma comunicação voltada para a prestação de serviços. De acordo com a revista *Veja*, cerca de 45% das emissoras de rádio estão nas mãos de políticos profissionais e outras 35% servem a igrejas das mais variadas denominações (MARTINS, 2005, p.107). No caso da televisão, cerca de 24% das emissoras são controladas por políticos profissionais segundo apuração feita pelo jornal *Folha de São Paulo* (LOBATO, 2001). O levante religioso encontra no meio de comunicação rádio importante instrumento para difusão de ideologias. Um meio popular, de fácil acesso, com retorno garantido.

O próprio governo federal utiliza-se dessas concessões como objeto de barganha na conquista de seus interesses, tática clientelística que faz parte da história nacional, conforme veremos no segundo capítulo deste trabalho. Outro fato que chama atenção é que o Brasil observa uma verdadeira explosão no número de rádios comunitárias (2.190 emissoras com números da ANATEL de novembro de 2004), pois

estas já superam as emissoras em frequência modulada comerciais e educativas (2.175) e respondem por cerca de 35% de todas as estações de rádio, considerando também aquelas em ondas médias, tropicais e curtas.

Por outro lado, uma comunicação alternativa que supra os anseios de uma população carente – tanto do ponto de vista material quanto do cultural - significa muito mais que apenas um outro canal na competitividade diária com os meios do tipo comercial. Trata-se de oferecer acesso à manifestação de idéias, à ampliação de laços de solidariedade, de estabelecer confiança entre os integrantes de uma comunidade. Na luta por um espaço democrático na mídia eletrônica muitos acabaram perseguidos, presos, humilhados, mesmo após a ditadura militar (1964-1985). Os princípios de uma comunicação voltada à coletividade demoraram a chegar no Brasil e suspeita-se, ainda assim, que as rádios comunitárias também estejam sendo utilizadas de forma clientelística. Resta entender quais critérios são levados em conta pelo Ministério das Comunicações quando da outorga de uma emissora de rádio, principalmente de tipo comunitária, foco central deste trabalho, e se estas rádios podem ser consideradas realmente comunitárias.

Como objeto central de estudo desta pesquisa encontram-se duas das nove emissoras de rádio comunitárias situadas na região do Vale do Itajaí, em Santa Catarina. De acordo com reportagem publicada pelo jornal A Notícia, pesquisa intitulada “1º Painel da Publicidade Catarinense”, elaborada pelo Instituto Mapa e Simões e Dalsasso Consultoria, no ano 2000, trouxe a informação de que o rádio responde por cerca de 27% dos recursos destinados à publicidade em Santa Catarina, contra uma média de 5% no restante do país, o que confirma a importância dada pelos catarinenses a este meio de comunicação (PUBLICIDADE..., 2002). Suspeita-se que entre os motivos para esta discrepância esteja o fato de a indústria cultural propriamente dita ter chegado ao estado apenas com a entrada da TV Catarinense, de Florianópolis, primeira emissora da Rede Brasil Sul, em 1979, pois o meio televisivo não era explorado o suficiente por causa do despreparo das duas únicas emissoras de televisão existentes até então (TV Coligadas de Blumenau e TV Cultura de Florianópolis), conforme aponta Dulce Márcia Cruz (1996).

Entre os critérios para escolha das duas emissoras comunitárias como um foco da amostragem está a difusão de ideologias corporativas (em maior ou menor grau na comparação entre ambas).

A seguir, faz-se uma breve introdução a cada um dos capítulos. O primeiro capítulo é basicamente teórico, tratando-se de refletir sobre a pesquisa bibliográfica considerada pertinente ao tema. A propósito da cultura cívica e de sua relevância no contexto da democratização brasileira, argumenta-se a favor da geração de capital social por intermédio dos diversos veículos de comunicação, especialmente as rádios comunitárias. Discutem-se aspectos dos conceitos relativos a “capital social” e “comunidade” (e seus derivados).

O segundo capítulo trata do envolvimento da política partidária com a radiodifusão no Brasil, cujas relações historicamente estreitas são observadas com a contribuição das ciências sociais aplicadas à comunicação. Para tanto, foram comparados os contextos nacional e estadual. As ligações entre as igrejas e os meios de comunicação também são apresentadas.

A importância do rádio para um país como o Brasil, repleto de desigualdades sociais é a tônica do terceiro capítulo, apoiado em pesquisa bibliográfica. Inicia-se com uma breve história da radiodifusão no mundo e no Brasil e, em seguida, são apresentados os principais conceitos em termos de programação, segmentação e tipos de emissoras de rádio, que servem como embasamento para o restante do trabalho.

No quarto capítulo – como apoio ao argumento de que são necessários canais alternativos de radiodifusão a serviço de comunidades, sobretudo as menos favorecidas –, faz-se uma rápida abordagem histórica sobre as rádios livres, que deram origem às chamadas rádios comunitárias existentes no Brasil. A força destas emissoras como veículos de contestação ao poder estatal-burocrático também é descrita, assim como as primeiras emissoras livres nos âmbitos nacional, estadual e regional. Neste ponto, abre-se um espaço para a apresentação das emissoras livres em operação na atualidade no Vale do Itajaí. Neste capítulo utilizou-se pesquisa bibliográfica e empírica, com a realização de entrevistas com pessoas ligadas às rádios livres.

O quinto capítulo é produto de pesquisa documental e empírica. Foram realizadas entrevistas com dirigentes e outras pessoas ligadas às rádios comunitárias

do Vale do Itajaí. São descritas as nove emissoras comunitárias em operação na atualidade na região, enfatizando-se aspectos que compõem as suas programações. Apesar de o capítulo ser baseado em pesquisa relativamente breve, trata-se de um dos pontos fundamentais deste trabalho, já que permite uma aproximação compreensiva a duas das nove rádios que são examinadas em detalhe no capítulo seguinte.

O sexto e último capítulo apresenta a análise da programação de duas emissoras “comunitárias” sediadas na região do Vale do Itajaí. A comparação entre estas duas rádios e entre estas e uma terceira, de inspiração autogestionária (ainda que já tenha sido fechada), permite compreender-se em que sentido a denominação de “comunitária” tem sido apropriada por grupos corporativos ou religiosos, sem compromisso com o processo de democratização e com a geração de capital social.

Este capítulo ainda prossegue com a apresentação de possíveis falhas na legislação que regulamenta o serviço de rádio comunitária. Afinal, as rádios comunitárias estão limitadas pela escassez de recursos técnicos suficientes para operação e manutenção, em virtude de não poderem transmitir comerciais (apenas “apoio cultural”), e também por estarem obrigadas a operar com potência reduzida. Pode ser uma contradição legal pensar que as rádios comunitárias possuem condições de sobreviver sem auxílio externo à comunidade local. Conclui-se com o argumento de que tais emissoras foram legalizadas sem contar com as condições de atender aos ideais democráticos, condições estas que perpassam a dinâmica empírica, a compreensão dos aspectos teórico-ideológicos inscritos no termo “comunitária” e a própria legislação em vigor, que de forma antidemocrática atribui vantagens comparativas às emissoras comerciais.

PERGUNTAS DE PESQUISA

- Com quais critérios sociopolíticos e legais as políticas públicas de radiodifusão no Brasil têm tratado as rádios comunitárias?
- Os programas veiculados pelas rádios comunitárias sediadas no Vale do Itajaí contribuem com a ampliação do capital social e com a democracia?

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Investigar as programações das rádios comunitárias do Vale do Itajaí na atualidade enquanto possíveis disseminadoras de capital social, considerando os contextos histórico, legislativo e político dos meios de comunicação no Brasil.

Objetivos Específicos

- Averiguar os tipos de rádios comunitárias existentes na região do Vale do Itajaí.
- Conferir a presença de ideologias político-partidárias, corporativo-religiosas e comerciais na programação de tais emissoras.
- Comparar as programações de duas rádios comunitárias entre si e com uma terceira, de inspiração autogestionária.
- Identificar os tipos de relações sociais predominantes – hierárquicas ou horizontais – encontradas dentro das rádios comunitárias.

METODOLOGIA

Para poder desenvolver a pesquisa calcada em tais objetivos, buscou-se a metodologia do estudo de caso, tendo, como universo central, duas rádios comunitárias existentes no Vale do Itajaí. Embora existam dados, neste trabalho, sobre nove rádios comunitárias em atividade até este momento (maio de 2005), concentrou-se a maior parte do trabalho em duas rádios escolhidas entre essas nove. As pessoas envolvidas direta ou indiretamente com as rádios comunitárias e as relações sociais construídas entre tais profissionais e entre estes e o público ouvinte são os principais elementos de estudo deste trabalho; portanto, trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo exploratória, além de pesquisa documental, recorrendo-se a materiais fornecidos pelas duas rádios. Como subsídio para a compreensão do contexto histórico, político e legislativo, e como recurso para interpretação dos dados coletados, fez-se também uma pesquisa bibliográfica e teórica.

Entre as técnicas utilizadas, optou-se pela “observação participante”, pois as “entrevistas não estruturadas ou completamente abertas” e “semi-estruturadas” foram realizadas em contextos de pouca interação entre este pesquisador e os entrevistados. Na técnica de observação participante “[...] não existe tentativa de estabelecer confiança ou desenvolver um bom relacionamento entre as partes” (MOREIRA, 2002, p.54). Os entrevistados souberam desde o início para que serviriam as entrevistas.

Depois de mapear todas as emissoras livres e comunitárias da região partiu-se para a realização de “entrevistas semi-estruturadas” com dirigentes de duas rádios comunitárias, foco central desta pesquisa. Neste tipo de entrevista o pesquisador faz algumas perguntas “em uma ordem predeterminada, mas dentro de cada questão é relativamente grande a liberdade do entrevistado” (MOREIRA, 2002, p.55). Esta técnica foi escolhida para as entrevistas principais porque permite o surgimento de questões suplementares, imprevistas no questionário ou roteiro preparado previamente.

A intenção primordial foi a de comparar o perfil administrativo e político dos dirigentes das duas emissoras principais, observando se estas realmente atendem às demandas de sua área de abrangência. Nestas entrevistas os aspectos examinados

levaram em conta a presença de posturas assistencialistas, clientelísticas, de relações hierárquicas ou horizontais, com o intuito de identificar possíveis entraves aos laços de confiança e solidariedade, indispensáveis à geração de capital social.

Entrevistas “não estruturadas ou completamente abertas” também foram feitas com colaboradores dessas emissoras, de entidades representativas como a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO), Rede Brasil de Comunicação Cidadã (RBC), Associação Nacional Católica de Rádios Comunitárias (ANCARC) e da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Nestes casos “[...] não há um conjunto específico de questões, mas alguns guias de ordem geral. O pesquisador supõe que pouco ou nada conhece do assunto em pauta e sua função é ouvir e entender” (MOREIRA, 2002, p.55), o que garante a possibilidade de elaborar perguntas que não estavam programadas previamente. Neste momento a intenção foi averiguar a realidade em torno das autorizações para funcionamento de rádios comunitárias no Brasil, especialmente se as políticas públicas de concessão de emissoras comunitárias seguem as mesmas bases dos demais meios de comunicação.

A partir daí aprofundou-se a pesquisa com as duas rádios comunitárias principais por meio da análise de conteúdo (AC) de suas programações, na tentativa de investigar em que grau elas poderiam ser denominadas rádios “comunitárias”. Essa técnica se fez necessária porque nos permitir reconstruir “[...] indicadores e cosmovisões, valores, atitudes, opiniões, preconceitos e estereótipos e compará-los entre comunidades. Em outras palavras, a AC é pesquisa de opinião pública com outros meios” (BAUER, 2003, p.190). Para tanto, deu-se preferência à comparação da programação jornalística desenvolvida nas duas emissoras, através dos seguintes indicadores qualitativos, formulados aqui como questões:

- Em que proporção os noticiários abordam notícias voltadas à área de abrangência da rádio?
- Quais editorias recebem maior atenção por parte dos noticiários?
- Em termos de possíveis manipulações da opinião pública, como ocorrem essas manipulações e quais os principais setores beneficiados/prejudicados?
- Como ocorre a promoção da cultura e da educação por meio desses programas?

Para inteirar-se sobre esses elementos que fazem a programação das emissoras analisadas, os dados foram extraídos por meio de gravação e posterior transcrição dos noticiários das duas rádios. “A AC trabalha tradicionalmente com materiais textuais escritos, mas procedimento semelhante pode ser aplicado a imagens ou sons” (BAUER, 2003, p.195). Portanto, além dos textos construídos durante o processo de entrevistas, a partir de transcrições destas, outros textos originaram-se através das transcrições das edições de dois programas – um de cada emissora. No caso da emissora A, tomou-se como referência as quatro edições diárias de seu radiojornal, veiculadas às 8h, entre os dias 30 de novembro e 3 de dezembro de 2004. Já em relação à emissora B, foram analisadas as edições de seu noticiário que inicia por volta das 12h – entre os dias 23 e 26 de novembro de 2004. Cabe ressaltar que estes eram os únicos programas de caráter jornalístico presentes na oportunidade, nas duas emissoras.

A proporção de programas jornalísticos no conjunto da programação foi outro critério considerado na comparação dos estilos das rádios. Não houve uma abordagem específica da programação musical.

CAPÍTULO I

REFLEXÃO CONCEITUAL SOBRE COMUNIDADE E CAPITAL SOCIAL

A pesquisa sobre rádios comunitárias remete, necessariamente, aos conceitos de comunidade. Para tanto, este primeiro capítulo pretende apresentar um estudo sobre o pensamento de autores clássicos como Max Weber, Émile Durkheim e Karl Marx sobre o assunto, bem como as reflexões pioneiras encontradas em Ferdinand Tönnies, que influenciaram os dois primeiros, e em análises contemporâneas como as de Robert Nisbet, Maria da Glória Gohn, até chegar à noção de “comunidade cívica” proposta por Robert Putnam.

Para tratar do conceito de comunidade faz-se necessário abordar também o conceito de sociedade. Neste sentido, algumas proposições de Theodor Adorno e Max Horkheimer são de grande importância. Não se trata de um estudo complexo a respeito das diferenças entre comunidade e sociedade, mas apenas de uma reflexão que sirva de apoio à compreensão sobre a importância das atuais rádios comunitárias. Em seguida, chega-se às teorias do capital social dentro de uma comunidade, qualquer que seja ela, e suas conceituações, principalmente com base nos trabalhos de Robert Putnam e do brasileiro Augusto de Franco. Este trabalho tem a intenção de aproximar a problemática das atuais rádios comunitárias com as teorias do capital social. É relevante considerar que, durante a pesquisa bibliográfica, nada semelhante foi encontrado. Os laços de solidariedade e confiança promovidos pelo capital social ainda são discutidos com as visões de Rosa Helena Stein e Alain Peyrefitte.

1.1 “Comunidade” versus “sociedade”: um debate clássico e contemporâneo ¹

Se as rádios comunitárias fazem alusão ao conceito de comunidade, é necessário entender um pouco mais o que este termo significa. A noção de comunidade atravessou séculos sendo discutida por sociólogos clássicos. No século XIX, ressurgiu com duas vertentes básicas: a alemã de Max Weber, retomando os conceitos de Tönnies e a outra americana, com os estudos de Park na Escola de Chicago (GOHN, 1990, p.116). Para começar, recorreremos aos estudos de Tönnies.

Na sua classificação, Tönnies subdividiu os vínculos sociais, através dos quais os homens atuam uns sobre os outros, salvaguardando cada um a sua vida e vontades pessoais, em “vida real e orgânica”, por um lado, e “formação ideal mecânica”, por outro, ou seja, comunidade e sociedade. A primeira abrange a linguagem, as tradições e costumes, as crenças; a “convivência familiar, doméstica e exclusiva” é o “organismo vivo”. A outra comprova-se, por exemplo, na atividade aquisitiva e na ciência racional, e para Tönnies é, apenas, uma forma de convivência “transitória e aparente”, um “agregado e artefato mecânico” (ADORNO; HORKHEIMER, 1978, p.269).

Para Tönnies, na comunidade os homens podem estar reciprocamente vinculados de maneira organizada e por sua vontade própria. Na sociedade, os indivíduos não estão essencialmente vinculados mas essencialmente divididos. Segundo ele, na sociedade o que prevalece é a vontade individual, enquanto na comunidade é a vontade comum e o interesse coletivo.

Weber, influenciado por Tönnies, fala das relações sociais e destaca as relações comunitárias e associativas. Para ele, uma relação social se denomina comunitária “quando e na medida em que a atitude na ação social [...] repousa no *sentimento* subjetivo dos participantes de *pertencer* (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo”.

¹ A antinomia sociedade-comunidade foi formulada, pela primeira vez, por Schleiermacher e definida na obra *Gemeinschaft und Gesellschaft*, em 1887 (ADORNO; HORKHEIMER, 1978, p.269).

Já a relação associativa² “repousa num *ajuste* ou numa *união* de interesses racionalmente motivados (com referência a valores ou fins)” (WEBER, 1998, p.25)³.

Forma de organização social característica da Idade Média, o corporativismo foi objeto de estudo de outro clássico da sociologia: Émile Durkheim. Para ele, assim como para Tönnies, era necessário “buscar no passado um princípio de harmonia dado como perdido no presente” (GALLIANO, 1981, p.126). Ao contrário de Tönnies, que imaginava que o consenso estaria presente apenas na idéia de comunidade, pois na de sociedade seria impossível, Durkheim acredita em consenso tanto em termos de comunidade como de sociedade. Para tanto, desenvolve as idéias de solidariedade “mecânica” e “orgânica”. Há semelhanças entre as tipologias comunidade/sociedade, abordadas por Tönnies, e solidariedade mecânica/solidariedade orgânica, exemplificadas por Durkheim.

A solidariedade mecânica, exprimindo vínculos entre homens socialmente indiferenciados, ou diferenciados apenas pela divisão natural do trabalho em função do sexo e da idade, aproxima-se da idéia de comunidade. A solidariedade orgânica, por sua vez, na medida em que se baseia na divisão social do trabalho característica das complexas organizações modernas, liga-se à idéia de sociedade (IBIDEM, p.126).

Ocorre que nas sociedades nas quais a solidariedade mecânica é muito desenvolvida, “o indivíduo não se pertence [...] é literalmente uma coisa de que a sociedade dispõe” (DURKHEIM, 1992, p.83). Neste tipo de sociedade “a solidariedade produzida pela divisão do trabalho implica que os indivíduos se pareçam, enquanto que a solidariedade orgânica, ao contrário, supõe que eles diferem uns dos outros” (IBIDEM, p.83).

Por ter constatado uma certa anomia jurídica e moral na vida econômica do mundo moderno, Durkheim sugere como solução a instituição da corporação, como meio de “cura” desse problema social. “Se a anomia explica a perda da moralidade na

² O autor também destaca que, a existência de uma associação depende por completo da “presença” de um dirigente e, eventualmente, de um quadro administrativo (WEBER, 1998, p.30).

³ Mesmo assim, lembra Weber, a maioria das relações sociais têm caráter, em parte, comunitário e, em parte, associativo. “Toda relação social, por mais que se limite, de maneira racional, a determinado fim e por mais prosaica que seja (por exemplo, a freguesia), pode criar valores emocionais que ultrapassam o fim primitivamente intencionado” (IBIDEM, p.25).

vida econômica, o meio de restabelecer a moralidade é abolir a anomia por meio de uma regulamentação que subtraia as relações econômicas do império do arbítrio individual” (GALLIANO, 1981, p.128).

Entre os clássicos a idéia que rompe com as anteriores apresentadas é a de Karl Marx, para quem a sociedade seria apenas a sociedade capitalista. Para ele, as várias formas de organização social foram marcadas, ao longo da história, pelo esforço do homem em dominar a natureza. A idéia de Marx pressupõe que “o trabalho é, em primeiro lugar, um processo entre a natureza e o homem, processo em que este realiza, regula e controla, mediante sua própria ação, seu intercâmbio com a natureza” (MARX, 1992, p.175).

Diferente das concepções de Tönnies, Weber e Durkheim, a visão marxista apresenta caráter revolucionário, pois inverte a relação evolutiva comunidade-sociedade para sociedade-comunidade, ao propor a superação da sociedade existente e o estabelecimento de uma nova ordem social. A comunidade, implícita na noção de comunismo, é agora vista como algo reservado ao futuro e não mais identificada com o passado. Aliás, difere também qualitativamente da comunidade (e do comunismo) do passado, já que seu traço fundamental – a exploração do homem pelo homem – deixaria de existir.

1.2 Visões contemporâneas sobre comunidade

Segundo Maria da Glória Gohn, comunidade remete necessariamente a um espaço geográfico, territorial (o que não é consensual, como será visto adiante). Para a autora, isso não quer dizer que todos os moradores de uma determinada rua, bairro ou cidade façam parte de uma mesma comunidade. Como ela não pode ser delimitada visualmente, a noção é puramente intuitiva, quando se consegue perceber aqueles que participam de uma vida social em conjunto e que, nem por isso, têm os mesmos objetivos de vida, os mesmos anseios.

O sentido de comunidade tem um lastro geográfico espacial, uma delimitação territorial. São os moradores de um bairro, de uma região. Mas não é qualquer morador. A determinação espacial não basta. É preciso mais dois outros componentes: primeiro a afinidade ideológica: estar irmanado com os objetivos de uma comunidade específica, a cristã. Segundo, a carência material, econômica, o fato de pertencer ao segmento explorado e espoliado da população. É este último elemento que historiciza a noção de comunidade presente junto aos Movimentos Populares. São os pobres, oprimidos membros de um grupo que sofreram as mesmas condições adversas de um dado tempo histórico, de uma certa conjuntura. (GOHN, 1990, p.119).

Para a autora a ligação ideológica entre os membros da comunidade aliada a uma condição social semelhante como sofrer os mesmos problemas econômicos, estar desempregado, estar carente de assistência social em qualquer dos níveis da vida, enfim, gera a ideologia comum de partilhar uma comunidade.

Com todo o aparato tecnológico desenvolvido ao longo dos anos e presente na sociedade atual, a noção de territorialidade parece ter alterado sua dinâmica central para a vertente sociológica de sociedade. Com a evolução dos meios, necessariamente não há mais a obrigação da presença física de todos os integrantes de um grupo social numa tomada de decisões. Hoje em dia, com a rede mundial de computadores, as salas de bate-papo, a emergência da comunicação via satélite que permite o desenvolvimento de reuniões com grupos separados por meio, por exemplo, da utilização de videoconferência, as características da união por um objetivo comum tornaram-se diferentes. Para Raquel Paiva, trata-se de entender a espacialidade do termo num novo contexto:

Mas a questão da territorialidade só é pertinente se redimensionada sua influência, uma vez que, para se vislumbrar comunidades na sociedade atual, faz-se necessário compreender a espacialidade dentro do horizonte das inovações tecnológicas. Até porque a estrutura espacial importante não é mais a da superfície territorial, mas a superfície topológica determinada pelos meios de comunicação (PAIVA, 1998, p.80).

Uma determinada sociologia decidiu restringir o estudo de comunidade ao de *folk society*, dirigindo-se assim a localidades específicas, às pequenas localidades. Trata-se de uma tendência desenvolvida por sociólogos norte-americanos a partir de 1950 (PAIVA, 1998, p.71).

Numa concepção filosófica e política, Paiva afirma que comunidade é uma “relação social radicalmente distinta, na qual existe a possibilidade de participação nas decisões que o grupo deve tomar, vigindo o direito de ser consultado, de formular propostas, a tônica da cooperação” (PAIVA, 1998, p.71). Ainda segundo esta autora, comunidade também tem uma qualidade psicológica, uma “qualidade de relação entre indivíduos, que se caracteriza pela presença de sentimentos de solidariedade, identificação, união, altruísmo e integração” (IBIDEM, p.75). Destaca ainda que, para a ecologia, é somente “um conjunto, um grupo, um sistema de indivíduos num lugar determinado, ou seja, a comunidade é o grupo com o seu território”. A autora agrega a perspectiva sociológica que a entende como “o menor grupo social e o primeiro nível de organização social completo e auto-suficiente” (IBIDEM, p.75).

Já os seguidores da Escola de Chicago a vêem como o espaço de luta pela existência, não apenas no sentido de solidariedade, mas como valor essencial para a existência coletiva, não individual.

Para Martin Buber, no entanto, a questão central da vida comunitária está na vivência de uma religião. A partilha da religião representa algo mais na vida comum. Buber acredita que a comunidade concreta seria a razão pela qual “homens plurais” se unem ao encontro de Deus. Buber também faz distinção entre comunidade e sociedade. Na primeira, ele diz que os homens a constituem em virtude do trabalho comum, da propriedade comum, da fé comum e dos costumes comuns. Na segunda, diz existir uma separação ordenada entre os homens. Embora possam se achar unidos, eles estão separados uns dos outros e mantidos coercitivamente atrelados por contrato, convenção e opinião pública. “A cidade medieval é a forma representativa da comunidade, a grande cidade moderna é a forma representativa da sociedade (BUBER, 1987, p.48)”. Segundo o autor,

O sistema comunitário é a legítima união de uma pluralidade de comunidades concretas de todo tipo, assim como a comunidade concreta é a legítima união de uma pluralidade de homens e se forma pelas mesmas leis do encontro mútuo em nome de Deus, da imediaticidade, da ajuda e da liderança; as comunidades concretas se relacionam do mesmo modo que seus membros o fazem. Elas são as células com as quais se constrói o organismo do sistema comunitário. Uma grande associação de homens pode considerar-se um organismo e ser denominada sistema comunitário somente se e enquanto for

construída com aquelas células vivas e formadas com a imediaticidade da vida em comum... (IBIDEM, p.48).

A existência de comunidade está no subconsciente do homem que nasce nela, não tendo, portanto, decisão sobre o ingresso ou não na comunidade, acredita o autor. A mesma visão sociológica do termo é compartilhada por Pedro Ribeiro de Oliveira. Segundo ele, o termo exige a idéia de laços de solidariedade como base para a existência de comunidade.

Há comunidade quando quem partilha uma mesma identidade (por exemplo: moradores do mesmo bairro, pessoas da mesma cor de pele, adeptos de um mesmo credo religioso, pessoas da mesma idade etc.) tece laços de solidariedade com os demais. Não basta que haja identidade comum; sem solidariedade não há comunidade. Temos que considerar, portanto, a identidade e os laços sociais de solidariedade como elementos constituintes do conceito de comunidade (OLIVEIRA, 1986, p.50).

No Brasil, o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base também representou um passo importante para o entendimento de comunidade. Base entendida nos meios católicos como sinônimo de “pobre”, “povo simples”, “oprimidos”, pessoas que encontram-se na base da pirâmide social. (OLIVEIRA, 1986, p.48). Mas no Congresso Internacional Ecumênico de Teologia realizado em 1980 havia proposição de transformação das chamadas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) em “Comunidades Cristãs Populares”, em razão das divergências sobre o conceito da palavra base. O fato é que esse movimento surgido da Igreja Católica dependia da estrutura de uma comunidade, ou melhor, as próprias CEBs são comunidades. Embora a identidade das CEBs fosse definida geograficamente, isso não significaria apenas territorialmente. “Moradores de um bairro, uma vila, um conjunto habitacional, um morro, uma aldeia, uma cidade, um povoado [...] mas sempre um aglomerado humano cujos limites são reconhecidos pelos moradores” (IBIDEM, p.50). Porém, para a existência de uma CEB era importante que os envolvidos pela luta solidária fossem católicos. Há aqui a presença da corporação religiosa.

Comunidade virou ao longo do tempo um termo polissêmico e até alterou seus reais significados. Hoje em dia é comum ouvir “comunidade” relacionada a um local

absolutamente visível, como uma favela. É como se comunidade e favela tivessem virado sinônimos em grandes cidades brasileiras, como o Rio de Janeiro. A própria imprensa escrita ou eletrônica a utiliza para descrever o local onde pessoas vivem e participam de alguma ação em conjunto. Interessante o pensamento de Sawaia citado por Alexandre Bárbara Soares:

Assim, mais que lugares determinados, podemos partir de uma afirmação de que “comunidade” diz respeito a formas de relacionamento que se apresentam como dimensão plural de cidadania, na perspectiva de expressão de valores coletivistas, éticos e associativos. O conteúdo do termo é extremamente sensível ao contexto social em que está inserido, pois se encontra associado ao “debate milenar sobre exclusão social e ética do bem viver” (SOARES, 2002, p.101).

É comum também relacionar o conceito a algo completamente virtual como salas de bate-papo direcionadas a atrair jovens com pensamentos e estilos de vida semelhantes, através do *Orkut*, espécie de ponto de encontro virtual em que “amigos” das mais variadas partes do país ou do mundo se conhecem, trocam experiências, e também utilizam o termo comunidade para se localizarem na Internet.

1.3 A comunidade cívica

De acordo com Robert Putnam (2002, p.100), foi na Florença do século XVI que Maquiavel e outros concluíram que “o êxito ou o fracasso das instituições livres dependia do caráter dos cidadãos, ou seja, de sua ‘virtude cívica’”. Novos teóricos republicanos norte-americanos retomaram as idéias de uma comunidade cívica, diferente daquela apregoada na Constituição individualista norte-americana e reascenderam a teoria da comunidade cívica, na qual “a cidadania se caracteriza primeiramente pela participação nos negócios públicos” (IBIDEM, p.101). Se interessar pelas causas públicas, pela atividade política, é classificado pelo autor como algo virtuoso. Não se trata de ser altruísta, mas de colocar o interesse próprio no contexto das necessidades públicas gerais.

Na comunidade cívica, a cidadania implica direitos e deveres iguais para todos. Tal comunidade se mantém unida por relações horizontais de reciprocidade e cooperação, e não por relações verticais de autoridade e dependência. Os cidadãos interagem como iguais, e não como patronos e clientes ou como governantes e requerentes. Tampouco uma comunidade cívica contemporânea pode prescindir das vantagens da divisão do trabalho ou de liderança política. Nessa comunidade, porém, os líderes devem ser e também considerar-se responsáveis por seus concidadãos. Tanto o poder absoluto quanto a falta de poder podem levar à corrupção, pois as duas coisas incutem um senso de irresponsabilidade. Tal comunidade será tanto mais cívica quanto mais a política se aproximar do ideal de igualdade política entre cidadãos que seguem as regras de reciprocidade e participam do governo (PUTNAM, 2002, p.102).

Pregando o tripé solidariedade, confiança e tolerância para gerar estruturas sociais de cooperação, os teóricos da comunidade cívica estavam descobrindo o que mais tarde seria conhecido por capital social. O autor ainda chega a comentar que os meios de comunicação são importantes na difusão da consciência comunitária cívica, pois as pessoas que lêem jornal (no caso italiano) são mais críticas e possuem tal consciência comunitária. É bom lembrar que no caso brasileiro, tal influência é reproduzida através dos meios de comunicação eletrônicos (rádio e TV).

No mundo contemporâneo, outros meios de comunicação de massa também suprem a função do pregoeiro público, mas na Itália de hoje, em particular, os jornais continuam sendo o meio que reserva maior espaço às questões comunitárias. Os leitores de jornais são mais informados do que os não-leitores e portanto têm mais condições de participar das deliberações cívicas. Assim, o número de leitores de jornais reflete o interesse dos cidadãos pelos assuntos comunitários (PUTNAM, 2002, p.106).

De qualquer forma, as emissoras de rádio e televisão brasileiras, em especial as comunitárias, poderiam ocupar o lugar que os jornais ocupam junto ao público italiano. Já que os níveis de leitura da população são baixos no Brasil e que o índice de analfabetismo ainda é considerado relevante, a rádio comunitária seria o instrumento ideal para a disseminação de uma consciência verdadeiramente comunitária nas populações de baixa renda, servindo como instrumento de suporte ao desenvolvimento e ampliação do capital social.

1.4 Origens do capital social

Viver em comum, estabelecer relações de reciprocidade, de confiança, de ação mútua em busca de objetivos comuns são ações para o estabelecimento da comunidade. Essas ações, se bem construídas, podem levar ao surgimento de capital social, imprescindível para o desenvolvimento das comunidades. Termo provido de conotação altamente política, o capital social está em voga há alguns anos e vem sendo estudado por pessoas do mundo inteiro. Para tentar explicar o que significa isso, é importante pensarmos duas questões que estão na pauta das discussões do termo. A primeira remete à essência da palavra comunidade e tenta desvendar o por que do atraso de determinadas comunidades em relação a outras idênticas. Como algumas comunidades obtêm um nível de desenvolvimento muito maior ou menor do que outras com as mesmas características? Outra questão levantada quando se trata do assunto: por que o crescimento da economia necessariamente não leva ao desenvolvimento das populações de países pobres? As explicações para a primeira e para a segunda remetem à discussão do capital social, um capital completamente diferente do econômico, mas considerado fundamental para a manutenção ou construção dele.

Embora seus efeitos já fossem conhecidos desde a primeira metade do século XX, somente a partir da década de 1960 antropólogos e urbanistas como Jane Jacobs “começaram a desconfiar que as redes sociais constituíam um fator decisivo para o desenvolvimento local, como se fossem uma espécie de ‘capital’ “ (FRANCO, 2003a). Jacobs teria sido a primeira pesquisadora a pensar em capital social na definição como as ciências sociais o conhecem hoje (FRANCO, 2001, p.85).

Para Rosa Helena Stein (2003, p.172), citando Fukuyama, o termo foi utilizado pela primeira vez em 1916 por Lyda Judson Hanifan “para descrever centros comunitários de escolas rurais”. O capital social voltou à tona nas ciências sociais e vem ganhando adeptos desde a década de 1980 por todos os cantos do mundo. Stein destaca as contribuições dos estudos de Pierre Bourdieu, James Coleman, Robert Putnam, Douglas North, Robert Bates e outros. Na perspectiva do Banco Mundial (BIRD), o termo refere-se “às redes e relações que estimulam a confiança e a

reciprocidade” (STEIN, 2003, p.158). A relação entre crescimento econômico e desigualdade social⁴ tem levado o organismo internacional a propor políticas econômicas e sociais que tratem de gerar um círculo virtuoso e a propor três áreas críticas onde as políticas públicas deveriam atuar: educação, emprego e proteção social.

Aqui no Brasil é importante relacionar capital social como conceito primordial para alavancar o desenvolvimento, principalmente nos estudos de Augusto de Franco⁵ presentes na Agência de Educação para o Desenvolvimento (AED) e no projeto Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS). No exterior, Robert Putnam estudou as diferenças entre o Norte (desenvolvido) e o Sul (atrasado) da Itália e chegou à conclusão de que os níveis diferenciados de capital social explicariam o fenômeno naquele país.

Para continuar explicando em que consiste o capital social, é preciso considerar os outros tipos de capital. De acordo com Rosa Helena Stein (2003, p.164), o *capital natural* é constituído pela dotação de recursos naturais, com que conta um país, e o *capital construído*, gerado pelo ser humano, que inclui diversas formas de capital - infraestrutura, bens de capital, financeiro, comercial etc. A autora ainda apresenta o *capital humano*, ou seja, a “dotação de capacidade contida em cada uma das pessoas, como nível de instrução, nutrição, saúde etc”. A teoria do capital humano surgiu, segundo Stein (2003, p.165), num grupo de estudos do desenvolvimento coordenado por Theodore Schultz, na Universidade de Chicago. Para os seguidores dessa teoria, a educação seria comparável a um investimento produtivo. Por último, cita a definição de Zumbado para o *capital social*, “que se refere ao ativo que determina o modo como os atores econômicos se relacionam e como se organizam para gerar crescimento e desenvolvimento”. Para Stein, as abordagens sobre esse tipo de capital levam em

⁴ Rosa Helena Stein destaca que o Brasil figura entre os cinco países mais desiguais do mundo. Ela cita reportagem da Folha de S.Paulo de 4 de maio de 2002, a qual destacava que o censo 2000 apontava que mais da metade dos brasileiros ganhava dois salários mínimos em 2000, na época R\$ 302 e que apenas 7,7% das pessoas recebiam, naquele ano, mais de R\$ 1.510 por mês.

⁵ Sobre capital social, ver também <http://www.aed.org.br> e <http://www.augustodefranco.org.br>. Na página pessoal de Augusto de Franco encontram-se os três textos utilizados neste trabalho: “A Revolução do Local”, publicado em janeiro de 2003; “Carta DLIS Especial sobre A Revolução do Local: o livro”, publicado em dezembro de 2003 e “Pobreza & Desenvolvimento Local”, publicado em abril de 2002. Os textos foram consultados na Internet, em 21 de agosto de 2004, às 18h30min.

conta a combinação de atitudes de confiança com condutas de reciprocidade e cooperação.

Para Birkner (2001, p.101), é possível exemplificar no que consiste o capital social de cada comunidade, região ou nação, da seguinte forma:

[...] capital social seria o resultado de um acúmulo de valores e condições historicamente construídas pelos grupos sociais, entre os quais estariam a confiança, a solidariedade, a cooperação sistêmica, a horizontalização das relações e uma intensa rede de trocas de informações que tornariam uma comunidade assim dinâmica (IBIDEM, p.101).

A maioria das abordagens toca no ponto da confiança como fator fundamental para a existência de capital social. A confiança é avaliada como muito importante para o desenvolvimento da sociedade, da nação, das comunidades menores. Alain Peyrefitte ressalta em sua obra “A Sociedade de Confiança”, que diversos países se tornaram grandes potências, como os Estados Unidos, em decorrência do espírito empreendedor e da carga de confiança existente.

A mola do desenvolvimento reside na confiança depositada na iniciativa pessoal, na liberdade empreendedora e criativa – numa liberdade que conhece suas contrapartidas, seus deveres, seus limites, em suma, sua responsabilidade, ou seja, sua capacidade de responder por si mesma (PEYREFITTE, 1999, p.32).

Alguns autores discordam em relação a quem seja o real proprietário do capital social. Para uns ele é atributo dos indivíduos, para outros, é atributo das relações sociais (STEIN, 2003, p.176). Para Bourdieu, segundo Stein, o capital econômico é a raiz de todos os outros tipos de capital. Ele chama capital social de relações que se fazem presentes nos fatos sociais importantes. “É em instituições como os clubes, ou simplesmente na família, que essa espécie de capital se transmite e se acumula” (IBIDEM, p.176).

Kliksberg citado por Stein vai dizer que o capital social se apresenta tanto no plano individual quanto no coletivo. “No plano individual, diz respeito ao grau de integração do indivíduo e sua rede de contatos sociais, implica relação, expectativas de

reciprocidade e de comportamentos confiáveis” (STEIN, 2003, p.177). Já no plano coletivo, significa dizer que ninguém pode apropriar-se dele, mas cada um se beneficia, mesmo que “cada ator não tenha contribuído para sua criação”.

Robert Putnam elaborou a teoria dos círculos virtuosos e dos círculos viciosos para explicar que o capital social pode ou não gerar reciprocidade, confiança, fazer a diferença nas relações sociais.

A confiança promove a cooperação. Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança. A progressiva acumulação de capital social é uma das principais responsáveis pelos círculos virtuosos da Itália cívica (PUTNAM, 2002, p.180).

Essa Itália cívica proposta por Putnam é a região do Norte do país onde os níveis de capital social são considerados altos em relação ao Sul, onde predomina a máfia, a falta de organização das comunidades, o que explicaria o atraso da segunda região em relação à primeira, desenvolvida, próspera. Mas o que faz com que uma região de um país seja extremamente desenvolvida e outra não?

[...] se formos investigar o porquê, descobriremos que os padrões de organização e os modos de regulação estão diretamente envolvidos na capacidade das sociedades de cooperar, formar redes, regular seus conflitos democraticamente e, enfim, constituir comunidade (FRANCO, 2002).

Segundo Robert Putnam, trata-se de uma espécie de contrato moral e não legal, que institui relações de troca, de cooperação mútua, de confiança entre os indivíduos de uma comunidade. Quanto mais confiança, mais cooperação entre as pessoas de um grupo social.

Os estoques de capital social, como confiança, normas e sistemas de participação, tendem a ser cumulativos e a reforçar-se mutuamente. Os círculos virtuosos redundam em equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo. Eis as características que definem a comunidade cívica. Por outro lado, a inexistência dessas características na comunidade não-cívica também é algo que tende a auto-reforçar-se. A deserção, a desconfiança, a omissão, a exploração, o

isolamento, a desordem e a estagnação intensificam-se reciprocamente num miasma sufocante de círculos viciosos (PUTNAM, 2002, p.187).

Questão central para a teoria de capital social discutida por Putnam está na horizontalidade nas relações sociais de uma determinada comunidade ou empresa. Como diz Augusto de Franco, capital social é um conceito político. Se não houver essa horizontalidade nas relações, ou seja, se uma comunidade tiver apenas um líder que dita o que deve ser feito e os demais integrantes apenas cumprem estas ordens, então não há condições de desenvolvimento, porque o capital social precisa, segundo Putnam, dessa horizontalidade.

Um sistema vertical, por mais ramificado e por mais importante que seja para seus membros, é incapaz de sustentar a confiança e a cooperação sociais. Os fluxos de informação verticais costumam ser menos confiáveis que os fluxos horizontais, em parte porque o subalterno controla a informação para precaver-se contra a exploração. E o que é mais importante, as sanções que resguardam as regras de reciprocidade da ameaça do oportunismo dificilmente são impostas de baixo para cima e, ainda que o sejam, dificilmente são acatadas. Somente um subalterno ousado ou imprudente, sem vínculos de solidariedade com seus iguais, tentaria punir um superior (PUTNAM, 2002, p.184).

Jawdat Abu-El-Haj cita Douglas North e Max Weber para falar da importância da estruturação das relações horizontais e dá explicações para isto. Segundo Abu-El-Haj (1999, p.70), o horizontalismo é característica do protestantismo, enquanto o verticalismo, por sua vez, foi atribuído ao catolicismo. “O primeiro promoveu a igualdade entre os membros da comunidade, ao passo que o segundo levou às hierarquias rígidas, à desconfiança e ao anticivismo”.

Por outro lado, Fukuyama, citado por Stein (2003, p.174), critica a visão da horizontalidade de Putnam e afirma que a ordem social, tanto no âmbito de uma sociedade como de uma organização será sempre proveniente de fontes hierárquicas e espontâneas. “Imaginar um mundo do futuro horizontalizado, em rede e não-hierárquico, equivale a imaginar um mundo sem política” (FUKUYAMA *apud* STEIN, 2003, p.174). Para este autor, a existência de valores e normas comuns não produz capital social pois elas precisam incluir virtudes como honestidade, cumprimento de obrigações e reciprocidade (STEIN, 2003, p.179).

Na tentativa de solucionar o maior problema na teoria do capital social: -- como medir esse capital, como saber se ele é alto ou baixo numa comunidade, como saber se está diminuindo ou aumentando --, Stein apresenta com propriedade uma série de conselhos trabalhados por Lechner que sugerem, entre eles, uma lista de questionamentos sobre as relações de confiança e cooperação, a associatividade formal e o marco institucional normativo e valorativo.

1.5 Política brasileira e capital social

Os próprios traços da política existente hoje no Brasil são fatores limitadores para o desenvolvimento das comunidades e para a existência de capital social. Segundo Augusto de Franco, citando Paul Valéry, a política no país tem sido “a arte de impedir as pessoas de participarem de assuntos que, propriamente, lhes dizem respeito” (FRANCO, 2002). Historicamente patrimonialista e clientelista, a sociedade brasileira sabe como nenhuma outra envolver principalmente os mais necessitados através de trocas de conveniência que se revelam principalmente em períodos eleitorais. Mas ao fazer isso, a sociedade enfraquece as relações sociais horizontais, impedindo a capacidade de agir em comunidade.

Ao verticalizar as relações e desestimular as conexões horizontais, ao desmobilizar a criatividade e a inovação (capital humano) para enfrentar coletivamente os problemas, ao substituir a colaboração pela competição por recursos exógenos e ao impedir que essa colaboração se amplie e se reproduza socialmente (capital social), o sistema político está exterminando os fatores necessários para que aquela comunidade possa se desenvolver (FRANCO, 2002).

De acordo com o autor, a capacidade de se tornar comunidade destacada pelo capital social faria de uma comunidade uma “comunalidade”, ou seja, “uma comunidade que atingiu um grau de complexidade tal que a combinação do seu padrão de organização (em rede) com o seu modo de regulação (democrático) lhe confere características análogas às da autopoiese, características inclusive de reprodução”

(FRANCO, 2001, p.474). Essa “capacidade de comunidade a que se refere o conceito de capital social é constituída, fundamentalmente, pela capacidade que tem o ser humano de colaborar ou de cooperar com outros seres humanos...” (IBIDEM, p.67).

Outro autor de renome na discussão do capital social é Peter Evans, o qual sugere, segundo Birkner (2001, p.107), que “o capital social pode muito bem ser um produto fomentado institucionalmente, isto é, gerado por ações governamentais que ele denomina ‘complementaridade’”. Isso significa dizer que as políticas públicas precisam urgentemente conceder maior atenção ao tema, já que o pouco ou até nenhum desenvolvimento observado em certas regiões brasileiras, por exemplo, poderia encontrar importante parceria nas teorias do capital social. Principalmente em um país de desenvolvimento dependente⁶.

Para reforçar a idéia de que o capital social poderia ser estimulado por meio das rádios comunitárias, passa-se a uma reflexão sobre o envolvimento de grupos político-partidários e corporativo-religiosos na mídia brasileira.

⁶ Conceito trabalhado por Evans para explicar o processo de dependência internacional historicamente implantado no Brasil. Um país dependente é aquele cujo desenvolvimento é ‘condicionado pelo desenvolvimento e expansão de outra economia’. Os países dependentes são classicamente aqueles cujas histórias de envolvimento com o mercado internacional os levaram a se especializar na exportação de uns poucos produtos primários. Embora a renda desses poucos produtos seja absolutamente central para o processo de acumulação no país dependente, para o centro cada produto representa apenas uma fração das importações totais, e pode ser habitualmente conseguido de várias fontes diferentes. O desenvolvimento do país dependente, porém, exige a aceitação continuada de seus produtos pelo centro (EVANS, 1980, p.38).

CAPÍTULO II

CENÁRIO DA MÍDIA ELETRÔNICA BRASILEIRA: ASPECTOS POLÍTICOS E RELIGIOSOS NOS CONTEXTOS NACIONAL E ESTADUAL

A exploração da mídia eletrônica no Brasil possui características relevantes que motivam o desenvolvimento de pesquisas por parte das ciências sociais. Em apenas três estados da Federação – São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul - existem monopólios familiares que controlam menos de dez grupos detentores dos maiores veículos de comunicação do país. Estes fazem parte da iniciativa privada e lutam por pontos na audiência. Eles são responsáveis, por um lado, por ditar o que é ouvido e assistido por todos os brasileiros. Ditam inclusive as pautas jornalísticas, o que é conhecido por *agenda setting*.

A complexidade do sistema comunicacional brasileiro envolve, ainda, uma extensa rede de distribuição dos sinais de rádio e televisão desenvolvida durante o período militar. A integração nacional se deu já em plena democracia, mas os reflexos da época anterior ainda são visíveis. Para estudar este contexto procurou-se analisar as estreitas ligações dos meios de comunicação com apadrinhados políticos estaduais daqueles que estão no poder e de grupos religiosos que avançam numa velocidade sem precedentes na história do Brasil. Para tanto, são utilizadas referências como Luis Felipe Miguel, Daniel Herz e Carlos Eduardo Lins da Silva. No âmbito estadual, destacam-se os trabalhos de Dulce Márcia Cruz, Moacir Pereira e Benhur De Marco. As interpretações de Alexandre Brasil Fonseca, Pedro Ribeiro de Oliveira, Paula Montero e Ralph Della Cava, sobre a mídia eletrônica e as religiões brasileiras, também são de grande importância para o entendimento deste capítulo.

Na tentativa de compreender o modelo de rádio comunitária adotado no Brasil e suas possibilidades de ampliação de capital social, recorre-se ainda à Cláudia Lahni, Bruno Fuser e Nélia Del Bianco. Afinal, entendemos que as políticas públicas de comunicação devem favorecer o debate e a ampliação da consciência cidadã através dos meios de comunicação.

2.1 Aspectos históricos da mídia eletrônica brasileira

Convém salientar de antemão que o termo mídia trabalhado aqui refere-se à grafia aportuguesada da palavra inglesa *media*, plural de *medium* (palavra latina que significa meio). Segundo o Dicionário de Comunicação, mídia é o conjunto dos meios de comunicação: jornais, revistas, TV, rádio, cinema e outros (BARBOSA; RABAÇA, 1995, p.401). Neste trabalho o enfoque primordial é a mídia eletrônica representada pelo rádio e pela televisão. Vale ressaltar, também, a importância de não confundir os termos “meio” e “veículo” de comunicação. O primeiro refere-se ao rádio, televisão, revista, jornal etc, e não a uma emissora em especial. Por outro lado, a utilização do termo “veículo” indica uma empresa de radiodifusão, no caso de emissoras comerciais, ou de emissoras educativas e comunitárias.

Essa abordagem inicial é importante ao estudar-se a concentração de emissoras de rádio e televisão nas mãos de parlamentares. A prática é comum no Brasil, de forma direta ou indireta, no caso de políticos que utilizam testas-de-ferro. Mesmo assim, as próprias ciências sociais não vêm dando atenção necessária ao fenômeno dos meios de comunicação de massa controlados ou influenciados pela política partidária, como destaca Luis Felipe Miguel.

[...] os meios de comunicação são tanto *o principal canal de acesso dos cidadãos às informações* de que precisam para agir na esfera política quanto *o principal instrumento dos líderes políticos para a divulgação de suas mensagens*, projetos, temas para a agenda pública, em suma, para a batalha política crucial, a construção de vontades coletivas (ou, dito de outra maneira, a luta pela hegemonia). Isto coloca a mídia numa posição central na arena política das sociedades contemporâneas. Os líderes partidários demonstram ter compreendido esta realidade com bastante clareza, enquanto as ciências sociais, tanto nos modelos descritivos quanto nos normativos, preferem manter-se presas a concepções de política que ignoram ou menosprezam os meios de comunicação (MIGUEL, 2000, p.67).

Pode-se dizer que hoje, no Brasil, poucas famílias dominam a quase totalidade dos meios de comunicação eletrônicos, principalmente a televisão, o meio mais presente nos domicílios brasileiros, segundo pesquisa do IBGE (2002), com 89% das residências contra 88% de casas com rádio. Em países do terceiro mundo, os meios de comunicação exercem papel fundamental para o Estado já que difundem a “ilusão da condição burguesa” a todas as camadas da sociedade que vivem em situação de miséria. “A posse de um aparelho de televisão em cores lhes confere *status* e a programação consumida lhes proporciona a impressão de participação política” (SILVA, 1985, p.24).

Os Marinho, proprietários da Rede Globo de Televisão, uma das maiores redes de TV do mundo; os Abravanel, detentores do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT); os Saad, dirigentes da Rede Bandeirantes; a Igreja Universal do Reino de Deus, proprietária da Rede Record; os Sirotsky, proprietários do grupo RBS de jornal, rádio, televisão e várias outras empresas, controlam o que é visto e ouvido na maior parte do Brasil. Juntou-se a esses grupos maiores o empresário Amilcare Dallevo da RedeTV, a rede de televisão que iniciou suas operações no lugar da extinta Rede Manchete da família Bloch, mas que ainda não chega a ser considerado como um dos maiores da indústria cultural brasileira como os anteriormente citados. No lado oposto, saiu do grupo maior a família Martinez, controladora da Central Nacional de Televisão (CNT), que voltou a restringir-se ao Paraná, onde detém vários veículos de comunicação. Em outras praças como São Paulo e Rio de Janeiro, o canal paranaense chega apenas na forma de repetidoras de televisão, ou seja, sem gerar programação independente.

Embora a maioria das emissoras destes grupos empresariais esteja enquadrada na categoria de afiliadas⁷ – menos no caso da RBS que detém todos os canais de TV – é preciso reconhecer que são essas poucas famílias que produzem a maior parte dos programas assistidos por todos os brasileiros. Programas produzidos no eixo Rio-São Paulo e levados através de um amplo sistema de distribuição que difunde a indústria cultural, os valores, as ideologias manifestadas por estes veículos.

⁷ Sobre a superioridade contratual das cabeças-de-rede sobre as afiliadas, ver também Herz (1987, p.66-67).

A legislação de radiodifusão ainda apresenta brechas que permitem que uma mesma família detenha o monopólio de determinado serviço como rádio ou televisão, bastando, para isso, que as emissoras sejam registradas em nomes de parentes como no caso da RBS. Segundo Cruz (1996, p.70), o artigo 12, decreto-lei n.236 de 28/02/1967 estabelece que o limite de emissoras deva ser respeitado da seguinte maneira: a) rádios OM: quatro locais, três regionais, duas nacionais; b) rádios FM: seis locais; c) Ondas Tropicais – OT: três regionais, sendo no máximo duas por estado; d) emissoras de rádio Ondas Curtas: duas nacionais; e) emissoras de televisão: dez em todo o território nacional, sendo no máximo cinco em VHF e duas por Estado. Esses limites também são válidos para cada acionista ou cotista, destaca a autora.

Na realidade, porém, esse limite não existe. Para burlar a lei, basta um grupo de comunicação ter uma família numerosa, e ir registrando uma empresa em nome de cada membro. É o que acontece em empresas familiares como a RBS, por exemplo (CRUZ, 1996, p.52).

Essa concentração de meios de comunicação nas mãos de poucos grupos empresariais e com ligações político-partidárias é apontada por vários autores como sem precedentes na história mundial. Ampliar as discussões sobre o papel social da mídia é, então, primordial para o exercício da democracia.

[...] Não apenas porque os meios de comunicação de massa parecem assumir algumas das funções tradicionalmente atribuídas aos partidos, como a verbalização de reivindicações de grupos sociais, mas, sobretudo, porque aqueles poucos que têm acesso à mídia monopolizam a capacidade de intervenção no debate público, assim como os representantes eleitos monopolizam a tomada de decisões políticas. Por isso, a utilização da mídia é um elemento crucial nas democracias de massa. (MIGUEL, 2000, p.67).

Na própria história dos principais veículos de comunicação brasileiros encontram-se Assis Chateaubriand e seus “Diários Associados”, rede de comunicação que comportava emissoras de rádio e televisão, além de jornais e revistas pelo país. De acordo com Meliani (1995), o grupo chegou a acumular 36 emissoras de rádio, 34 jornais e a Rede Associada de Televisão, liderada pela Tupi. Certamente foi o primeiro caso de monopólio dos meios de comunicação no Brasil e exemplo de utilização

conforme os interesses do proprietário “Chatô”. O império só iria começar a desabar já na década de 1960, depois da morte de seu idealizador e, principalmente, na década seguinte (MORAIS, 1994).

A queda da liderança da Rede Tupi é proporcional ao crescimento de um outro grupo empresarial ainda mais poderoso. É a partir da década de 1960, no início da ditadura militar, que o empresário Roberto Marinho inicia a trajetória televisiva de maior sucesso na América Latina, a composição da Rede Globo de Televisão. Com interesses ligados aos militares, Marinho monta a mais moderna emissora de televisão no Rio de Janeiro, a TV Globo, canal 4. Nos primeiros anos todo investimento idealizado em conjunto com recursos do grupo norte-americano Time-Life não serve para nada, com uma audiência sem expressão (SILVA, 1985, p.31). A partir de 1969, com a ajuda do governo militar em cobrir o Brasil com as mais modernas redes de microondas terrestres e com o início das transmissões via satélite, a emissora dos Marinho conquista o primeiro lugar na audiência. Um incêndio nunca explicado na emissora de São Paulo resulta no pagamento de seguro milionário que viabilizaria a rede. No dia 1º de setembro daquele ano vai ao ar o primeiro programa em tempo real para todas as emissoras da rede, o Jornal Nacional (IBIDEM, p.38).

A decadência da Rede Tupi com equipamentos sucateados e dívidas trabalhistas serviu como alavanca para o sucesso da Globo. Esta investiu em modernos equipamentos e trouxe para o Brasil o jeito norte-americano de fazer televisão. A partir daí a moderna Globo iria abarcar a maior parte das afiliadas regionais pertencentes a políticos como o ex-presidente José Sarney (Maranhão), ex-presidente do Senado Jader Barbalho (Pará), ex-presidente Fernando Collor de Mello (Alagoas), ex-ministro das Comunicações Antônio Carlos Magalhães (Bahia), o grupo gaúcho RBS dos Sirotsky (Rio Grande do Sul e Santa Catarina), além de vários outros grupos empresariais e políticos de destaque em cada região brasileira.

Por quase trinta anos, o proprietário da Rede Globo, emissora que chegou a deter praticamente 70% das verbas publicitárias destinadas à televisão, mais de 40% de todo o mercado publicitário brasileiro (HERZ, 1987, p.216), foi tido como o homem que mandava mais do que o presidente da República. Suas constantes intervenções no

panorama político e econômico eram evidentes⁸. O poder econômico do grupo Globo também pode ser comprovado pelo número de emissoras próprias de televisão.

Em seis anos, os Marinho quase dobraram suas emissoras de televisão. Em 1994, eles apareciam no cadastro do Ministério das Comunicações com apenas 17 emissoras. Agora, três gerações da família já aparecem como acionistas em emissoras em Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Distrito Federal. Há concessões registradas em nome de Roberto Marinho, de seus três filhos e de cinco netos (LOBATO, 2001).

A ampliação no número de emissoras garante a dominação por parte de poucas famílias em todo o sistema comunicacional brasileiro. E isso não é privilégio da Globo.

As redes Bandeirantes e SBT também aumentaram suas concessões nos últimos anos, mas em escala menor do que a Globo. A família Saad, da Bandeirantes, passou de nove para doze concessões, enquanto a família Abravanel passou de nove para dez. Nesse período também a Igreja Universal do Reino de Deus construiu seu império de 21 emissoras, divididas em três redes: Record, Rede Mulher e Rede Família (LOBATO, 2001).

Num levantamento exclusivo feito pelo Jornal Folha de São Paulo em 2001, chegou-se à conclusão de que 24% de todas as emissoras de televisão eram controladas por políticos. Na reportagem da Folha, foram apontados os políticos detentores de concessões de canais de televisão e as redes por eles retransmitidas. De acordo ainda com a reportagem, a Rede Bandeirantes possui o maior número de afiliadas controladas por senadores da República.

A Rede Globo tem 21 afiliadas ligadas a políticos, contra 17 do SBT e 9 da Bandeirantes. Entre os políticos ligados comercialmente à Globo, estão os ex-presidentes da República José Sarney e Fernando Collor de Mello e três governadores: Roseana Sarney (PFL-MA), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e o tucano Albano Franco, de Sergipe. Entre os afiliados da Rede Globo encontram-se ainda o senador Antônio Carlos Magalhães Júnior (PFL-BA), o ex-senador João Calisto Lobo (PMDB-PI), oito deputados federais e um estadual. No SBT, estão o governador do Ceará, Tasso Jereissati (PSDB), e o presidente interino do Senado, Edison Lobão (PFL-MA). Na lista da

⁸ Em entrevista concedida ao repórter Alain Riding, publicada pelo jornal norte-americano *The New York Times* no começo da década de 1980, Roberto Marinho confessou: “Sim, eu uso o poder” (HERZ, 1987, p.25).

Bandeirantes figuram três senadores -entre eles, o presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), e o vice-governador de Alagoas, Geraldo Sampaio, do PDT (LOBATO, 2001).

No tocante ao rádio, a realidade não é diferente. Conforme reportagem publicada pela revista *Veja*, 45% das cerca de 6 mil emissoras de rádio brasileiras são controladas por políticos. Outros 35% estão nas mãos de igrejas (MARTINS, 2005, p.107).

2.2 Números atuais da radiodifusão brasileira

A palavra Radiodifusão é a versão aportuguesada da palavra inglesa *Broadcasting*, que significa algo como “semear aos quatro ventos”, e de acordo com o Dicionário de Comunicação de Barbosa e Rabaça (1995, p.492), possui quatro características fundamentais: a) serviço de radiocomunicação cujas transmissões se destinam a ser recebidas diretamente pelo público em geral, podendo compreender rádio, televisão, *telefac-símile*, telex ou outros tipos de transmissão; b) difusão de informações, mediante sinais eletromagnéticos, para recepção simultânea pelo público (individualmente ou em grupos) numa determinada área geográfica, com aparelhos receptores especiais; c) transmissão de programas recreativos, noticiosos, educativos, culturais e de mensagens publicitárias, oficiais etc, por meio de rádio ou TV; d) emissão regular de radiofonia, com horários estabelecidos, destinada a receptores indeterminados.

Ao longo do tempo os países criaram formas de controle da radiodifusão. Os sistemas de exploração atuais podem ser divididos em dois grupos básicos: 1) *sistema de monopólio ou autoritário*: o monopólio neste caso é do Estado que explora a radiodifusão diretamente, com a criação de uma empresa pública para esse fim, fenômeno principalmente observado nos países de tradição socialista; 2) *sistema pluralista*: neste caso convivem entre si emissoras estatais e privadas, estas exploradas comercialmente (ORTRIWANO, 1985, p.52). É neste segundo sistema que estão as

emissoras de países como Estados Unidos e Brasil. O problema é que nestes dois países o poder das emissoras estatais é inexpressivo, diante das emissoras comerciais.

Na concepção de Federico (1982, p.18), os sistemas de radiodifusão poderiam ser definidos de outra forma: a) *Sistema Estatal*: o Estado-Nação possui, instala e opera os serviços de radiodifusão; b) *Sistema Monopolístico*: o Estado-Nação constitui uma empresa pública ou autoriza uma empresa privada para conduzir os serviços de radiodifusão – podendo ou não ter o Estado o encargo de instalar as estações; c) *Sistema Misto*: o Estado-Nação congrega tanto entidades públicas como privadas para levar a efeito os serviços de radiodifusão; d) *Sistema Comercial*: o Estado-Nação tem número predominante de empresas privadas com a sustentação da publicidade e delimita um número de canais para serviços educativos que podem ser privados ou públicos (estes últimos mormente através de vias indiretas quando pertencem, por exemplo, a universidades estaduais).

Erbolato e Barbosa (1984, p.84) trazem a conceituação de Empresa de Radiodifusão, como “aquela que explora serviços de transmissão de programas e mensagens, destinada a ser recebida livre e gratuitamente pelo público em geral, compreendendo a radiodifusão sonora (rádio) e radiodifusão de sons e imagens (televisão)”. Tal definição foi estabelecida através da lei n.º 6.615 de 16 de dezembro de 1978, promulgada pelo então presidente Ernesto Geisel.

O Brasil é o segundo país do mundo em número de emissoras de rádio, perdendo apenas para os Estados Unidos, onde o número ultrapassa 12 mil emissoras (MARTINS, 2005, p.108). Em números exatos, de acordo com os anais do 2º Seminário Políticas Públicas e Radiodifusão, ocorrido em setembro de 2004, na Bahia, são 6.209 emissoras de rádio. (ANEXO B)

O número de emissoras de rádio FMs comunitárias está classificado de forma separada das FMs comerciais e educativas, e chega a 2.190 emissoras (MINASSIAN, 2004, p.25). Em relação às emissoras de televisão, são 445 geradoras e 9.878 retransmissoras. Percebe-se, na comparação entre 1996 e 2004, algumas alterações sensíveis. As geradoras de televisão, por exemplo, praticamente dobraram de número (258 em 1996) e as rádios em amplitude modulada que representavam 1.576 emissoras foram ultrapassadas pelas rádios em frequência modulada, atualmente 2.175 estações,

um crescimento significativo já que em 1996 as FMs eram 1.285 rádios (MINASSIAN, 2004). Em oito anos as rádios em amplitude modulada, ao contrário, não crescerão tanto numericamente. As atuais 1.703 AMs operam em ondas médias. Destas, 66 também funcionam em ondas curtas e 75 em ondas tropicais. (ANEXO B)

Quanto aos investimentos publicitários, a participação do meio rádio é crescente, segundo o Projeto Inter-Meios da Editora Meio&Mensagem. A pesquisa divulgada em 2004 observou que a participação aumentou 30% somente no primeiro semestre daquele ano, em relação ao mesmo período de 2003. Mesmo assim, o rádio detém apenas 4,6% dos investimentos publicitários no Brasil, enquanto a televisão devora 60,3% dos investimentos (NOVA..., 2004, p.4).

2.3 As religiões na mídia brasileira

Assim como a esfera propriamente política (dos chamados políticos profissionais), as organizações religiosas estiveram presentes desde os primórdios da radiodifusão. A primeira transmissão radiofônica ocorrida na Itália por Marconi teria sido exatamente uma transmissão da voz do Papa Pio XI com as seguintes palavras: “Seja louvado senhor Jesus Cristo”. Ou seja, desde o princípio, o rádio esteve ligado às questões espirituais da vida humana. Porém, diferentemente das empresas privadas de bens culturais o conceito de lucro nas emissoras religiosas possui caráter diferenciado pois o alvo é outro: a capacidade que as mensagens têm de manter ou expandir o montante total de fiéis (MONTERO; DELLA CAVA, 1986, p.69).

Esse é o fim imediato da mensagem religiosa passada através dos meios de comunicação. A falta de estudos em relação ao impacto da mídia sobre o papel da Igreja Católica como definidora dos valores éticos e morais é um problema apontado por Montero e Della Cava. “Os meios de comunicação têm sido pensados pelos diversos grupos religiosos que deles se utilizam como eficazes instrumentos de conversão e evangelização de fiéis” (MONTERO; DELLA CAVA, 1986, p.69).

Por isso, os autores são enfáticos ao afirmar que a Igreja Católica, embora tenha sido pioneira no aproveitamento dos meios de comunicação – a respeito dos

Movimentos Eclesiais de Base – e hoje seja a instituição religiosa com o maior número de emissoras de rádio, perdeu terreno para os evangélicos que controlam alguns dos canais de maior popularidade. Já em 1986, por exemplo, os protestantes mantinham cerca de 250 estações de rádio espalhadas pelo Brasil.

Por parte da Igreja Católica, entretanto, até aquela data o melhor exemplo de utilização dos meios de comunicação – em termos de abrangência de público - era a Rádio Aparecida. Grande número de ouvintes fiéis ao que era transmitido pela estação e poucos programas de origem eminentemente religiosa garantiram um relativo sucesso à emissora (MONTERO; DELLA CAVA, 1986, p.66).

Dez anos depois os programas evangélicos, por outro lado, representavam cerca de 150 horas semanais de veiculação na mídia (FONSECA, 1997, p.81). Os evangélicos implantaram também a TV Gospel, em UHF, e compraram a Rede Record, que se tornaria uma das maiores redes de televisão nos anos seguintes. Aos católicos duas emissoras em UHF via satélite nas antenas parabólicas chegam à casa dos brasileiros: Rede Vida e Canção Nova⁹, com atuação bem menor do que a Record.

De acordo com dados divulgados pelo site da Rede Brasil de Comunicação Cidadã (RBC), uma das três entidades que congregam as rádios comunitárias no Brasil, as religiões vêm disputando com os grupos privados o controle dos meios de comunicação. Segundo a RBC, a Igreja Católica possui cerca de 190 emissoras de rádio e quatro canais de televisão. A informação com relação às rádios é atestada também pelo jornalista Milton Jung que cita dados da Rede Católica de Rádio. De acordo com Jung (2004, p.58) 58% das dioceses possuem emissoras de rádio no Brasil. Ainda conforme informações da RBC, a Igreja Universal tem 21 emissoras de televisão e 80 rádios. A Igreja Batista também já chega na casa das 100 emissoras de rádio em território nacional, só para citar alguns exemplos. Em contraposição, o grupo Globo possui cerca de 20 emissoras de rádio e 32 de televisão. A Bandeirantes tem 21 rádios, os Sirotsky possuem 21 emissoras de televisão e 24 de rádio.

⁹ A utilização dos satélites pelas emissoras de televisão neste caso se dá através da chamada Banda C, transmissão de sinais que descem direto do satélite na faixa de frequência de 5,9 a 6,4 gigahertz para a casa das pessoas. Mas a recepção neste caso se dá pelas antenas parabólicas convencionais (SOUZA, 1996, p.174).

Não é objetivo deste trabalho, porém, pesquisar a fundo em quais igrejas estão concentrados os veículos de comunicação, ou de identificar quantas denominações religiosas possuem emissoras de rádio e televisão. O que importa neste momento é saber que a distribuição pelo Ministério das Comunicações ou a compra das concessões privadas de emissoras de rádio e televisão vem ocorrendo de forma gradual entre religiosos.

Os interesses político-partidários ligados às ideologias religiosas presentes nos meios de comunicação podem ser comprovados com o crescente número de parlamentares ocupando assentos importantes na política nacional. A bancada evangélica na Câmara dos Deputados, em 2004, segundo Jung (2004, p.57) chega a 55 deputados federais. A Igreja Universal do Reino de Deus elegeu seu primeiro senador, Marcelo Crivela, vindo do Rio de Janeiro onde o próprio governo estadual é representado pela família Garotinho, também evangélica. O próprio Anthony Garotinho distribuía em 2001 sua mensagem religiosa para 58 emissoras em 16 estados, conforme reportagem da revista Carta Capital (JUNG, 2004, p.57).

Quanto a emissoras ligadas diretamente com os movimentos sociais, entretanto, a Igreja Católica havia iniciado já em 1955 as chamadas escolas radiofônicas, junto ao Movimento de Educação de Base (MEB), embora haja registros de rádios católicas desde a década de 1940. No pioneirismo dessa empreitada estavam o Frei Gil de Almeida Bonfim e dom Eugênio Sales, então bispo de Natal (RN). A intenção era trazer para o Brasil a iniciativa popular desenvolvida na Colômbia com a Ação Cultural Popular - Rádio Sutatenza, proposta pelo padre Joaquim Salcedo nos anos quarenta. Milhares de famílias e comunidades isoladas foram abrangidas pelo projeto que tomou dimensões nacionais (DIAS, 2004).

Auxiliar na alfabetização do povo pobre do Nordeste e ajudar essas populações a conhecerem seus direitos como cidadãos eram os principais objetivos das escolas radiofônicas. Durante os primeiros três anos de funcionamento no Brasil, mais de 400 mil estudantes de 15 estados haviam completado um ou mais cursos através da iniciativa que contava com 25 emissoras de rádio.

Outra questão a ser considerada é o crescimento do marketing evangélico no Brasil. De acordo Cunha (1999, p.63), esse espantoso crescimento registrado nos

últimos anos é resultado da inserção da doutrina neoliberal no discurso religioso das igrejas evangélicas. A eliminação do Estado na economia dos países, a redução das empresas estatais por meio da privatização em massa, os investimentos em tecnologia no lugar de investimentos no campo social, o estímulo ao consumo, enfim, tudo isso faz parte da mentalidade neoliberal experimentada com força no Brasil a partir da década de 1990. Conforme Francesco Alberoni, há uma polêmica interminável sobre as necessidades essenciais e as não essenciais, ou seja, sobre as necessidades naturais e as induzidas pela sociedade de consumo. “Na realidade, *tudo* é induzido. Todas as necessidades são provocadas pela existência dos bens de consumo” (ALBERONI, 1991, p.483).

No campo religioso é notada a presença da ideologia neoliberal através de mudanças de hábito provocadas pela produção de bens culturais destinados a absorver os telespectadores e ouvintes da mídia eletrônica evangélica. O consumo de CDs do mercado *gospel* cresce dia após dia. Os mais variados artigos destinados a este público disputam mercado com os produtos tradicionais. Há registros de crescimento também no mercado editorial com publicações evangélicas, programas de computador, *home pages* na Internet, roupas, maquiagem própria para evangélicas, etc. (CUNHA, 1999, p.72).

Até mesmo os programas sociais desenvolvidos por empresas capitalistas e destinados a atender as parcelas excluídas da população passaram a ser agregados ao discurso evangélico. Prova disso foi a criação da Associação Beneficente Cristã (ABC), entidade de assistência social da Igreja Universal do Reino de Deus.

Fonseca (1997, p.113) entende a presença evangélica na mídia como uma forma de defesa institucional. Segundo o autor, os evangélicos não buscam somente a construção de uma imagem positiva junto à sociedade, mas também assumem em determinados momentos o contorno de proselitismo agressivo que ataca outras religiões. A transmissão pela TV do chute de um bispo da Igreja Universal do Reino de Deus à imagem de Nossa Senhora Aparecida é exemplo disso.

2.4 A variedade do protestantismo no Brasil

Magali do Nascimento Cunha (1999, p.66-67) classifica as igrejas evangélicas a partir da forma de implantação destas no Brasil. De acordo com a autora, há seis tipologias reconhecidas dentro da complexidade que é o protestantismo brasileiro: **a) Protestantismo Histórico de Migração**, que apresenta raízes na Reforma do século XVI e que teria chegado ao Brasil com o fluxo migratório a partir do século XIX. Segundo Cunha, este não teria preocupações missionárias. Enquadram-se aqui as igrejas Luteranas, Anglicana e Reformada; **b) Protestantismo Histórico de Missão**: também originado da Reforma do século XVI, veio para o Brasil trazido por missionários norte-americanos no século XIX: Igrejas Congregacional, Presbiterianas, Metodista, Batista, Episcopal; **c) Pentecostalismo Histórico**, “assim chamado por suas raízes nas confissões históricas da Reforma”, veio para o Brasil no início do século XX com objetivo missionário: Igreja Assembléia de Deus, Congregação Cristã do Brasil, Evangelho Quadrangular; **d) Protestantismo de Renovação ou Carismático**: surgiu de expurgos e divisões no interior das chamadas igrejas históricas, a partir da década de 1960. Sofreu influências da doutrina pentecostal, de dons e carismas do Espírito Santo. De acordo com Cunha, este mantém vínculos com a tradição da Reforma e com a estrutura de suas denominações de origem: Igrejas Metodista Wesleyana, Presbiteriana Renovada, Batista de Renovação; **e) Pentecostalismo Autônomo**: não tem raízes históricas na Reforma do século XVI. Surge através de divisões “teológicas ou políticas” nas denominações históricas. “Sua enumeração é quase impossível, dada a profusão de novas igrejas: entre outras, Deus é Amor, Brasil para Cristo, Casa da Bênção, Universal do Reino de Deus”; **f) Grupos Independentes**: originados nos Estados Unidos através de “experiências místicas de seus líderes”. Cunha afirma que esses grupos não são aceitos entre os protestantes, embora o sejam no senso comum. Incluem-se aqui as Igrejas dos Santos dos Últimos Dias (Mórmons), Adventista, Testemunhas de Jeová. A partir desse importante trabalho de Cunha, observa-se a variedade de igrejas existentes pelo país.

A própria legislação que instituiu as rádios comunitárias pode estar sendo utilizada pelos evangélicos e pelos católicos, como forma de obtenção de um canal de rádio. Uma instituição sem fins lucrativos por trás de uma emissora de rádio é o passaporte para obter a licença de transmissão, como será destacado mais à frente no sexto capítulo deste trabalho.

2.5 A mídia eletrônica em Santa Catarina

A utilização dos meios de comunicação como palanque eleitoral ocorreu da mesma forma em Santa Catarina. O clientelismo sempre se manifestou de forma impetuosa na hora de entregar os canais de rádio e televisão. Mas cabe notar que os políticos não tinham interesse nas emissoras de rádio até a década de 1940 e também não manifestaram interesse algum em colocar no estado uma emissora de televisão, fato que ocorreria com dezenove anos de atraso em relação à primeira TV do Brasil, a Tupi de São Paulo, inaugurada em 18 de setembro de 1950. Falta de interesse político e comercial, já que os empresários não queriam perder dinheiro, pois acreditavam que o negócio só traria prejuízos. A aposta na televisão, para Moacir Pereira, demorou a acontecer devido a um

[...] inexplicável desinteresse da classe política pelo novo meio, pela atuação de forças ocultas bem identificadas na esfera parlamentar e na estrutura de poder contra o eficiente instrumento e na ausência de empresários do setor empenhados em transformar a atividade num esquema profissional (PEREIRA, 1992, p.73).

O problema geográfico quanto ao relevo acidentado de Santa Catarina também é apontado como um dos motivos do atraso em relação ao surgimento dos meios de comunicação no estado, como por exemplo, na implantação das redes de repetidoras que garantiriam a viabilidade dos sinais de televisão. Tal fato é lembrado tanto no livro de Moacir Pereira quanto no de Dulce Márcia Cruz. Essa distância explicaria, por exemplo, o porquê da briga entre as cidades do interior com a capital Florianópolis.

Vale destacar o fato de que em Santa Catarina, a primeira rodovia inteiramente asfaltada foi a antiga BR-2, atual BR 116, que une o Rio Grande do Sul a São Paulo, passando pela cidade de Lages. “O poder em Santa Catarina era exercido pela oligarquia Ramos, cuja sede situava-se no planalto serrano” (PEREIRA,1992, p.61).

Com o passar do tempo os políticos estaduais sentiram a necessidade de tomar para si as concessões de rádio e TV e, principalmente, tirar proveito delas quando das épocas de eleições. Aliás, as duas oligarquias do estado, Ramos e Konder Bornhausen, passariam mais tarde a controlar praticamente a totalidade da radiodifusão catarinense. Os Ramos eram do PSD – Partido Social Democrático, controlavam a Rádio Guarujá de Florianópolis, de propriedade do governador da época, Aderbal Ramos da Silva. Mais tarde entra no ar a Rádio Diário da Manhã, hoje transformada em CBN Diário (Grupo RBS), mas que na época era porta-voz da UDN – União Democrática Nacional, apoiada em Santa Catarina pelos Konder Bornhausen, a oligarquia do litoral. Como a primeira oligarquia havia adquirido para si a concessão da única rádio da capital, não demorou muito para que, na década de 1950, o governador Irineu Bornhausen conseguisse a concessão para a segunda rádio de Florianópolis, a Diário da Manhã. “De um total de 55 emissoras existentes em 1965, 28 tinham entre os sócios políticos do PSD e da UDN. Destas, dez vinculadas diretamente às famílias Ramos e Konder Bornhausen” (DE MARCO, 1991, p.61).

A cada eleição, antes e depois do período de ditadura estabelecido no país, nota-se o interesse das elites dominantes no controle da mídia estadual. Durante o governo do presidente Ernesto Geisel, as concessões de rádio e televisão já eram concedidas em maior número nas vésperas de períodos eleitorais.

Entre 1975 e 1979, principalmente nos meses que antecederam as eleições de 1976 e 1978, as concessões de rádio e televisão foram distribuídas num ritmo até então nunca visto. Somente Santa Catarina recebeu no período 22 emissoras de rádio e nada menos que cinco canais de televisão [...] Estas concessões beneficiaram não só empresários confiáveis ao regime ou políticos arenistas, mas em muitos casos contemplavam quase que diretórios municipais inteiros da Arena, transformados em entidade radiodifusora... (DE MARCO, 1991, p.72-73).

É interessante destacar as comparações feitas por De Marco (1991, p.76) com relação aos períodos com maior distribuição de canais, para comprovar a relação direta entre emissoras e o clientelismo, ou seja, a concessão de emissoras de rádio e televisão em troca de apoio político. Entre 1979-1981 foram concedidos apenas 4 rádios em AM e 8 FM. Em outro período fora das eleições – 1983-1985, foram 2 AM e 9 FM. Porém, nas eleições para o Governo do Estado, em 1982, houve mais demonstrações de desrespeito no manejo dos veículos de comunicação. “No ano de 1982, às vésperas das eleições, foram distribuídas 19 emissoras, 13 delas para rádio do tipo “AM”, de maior participação popular” (IBIDEM, p.76).

Alguns anos mais tarde, durante o governo de José Sarney, as elites dominantes se prepararam para colocar Fernando Collor de Mello no poder com a troca de favor em forma de concessões para o Brasil inteiro, autorizadas pelo então Ministro das Comunicações Antônio Carlos Magalhães, do PFL. Em Santa Catarina, durante este período, foram 34 canais entregues: 3 emissoras de televisão, 9 rádios AM e 22 FM. “Quase a metade deste total entre os meses de abril e setembro de 1988” (IBIDEM, p.86). O autor chegou a distinguir 18 dessas concessões com envolvimento político direto: 8 para o PMDB, 5 para PFL e outras 5 para composições de políticos do PFL e do PDS, prevalecendo os partidos situacionistas com a maior fatia do bolo.

No trabalho de Benhur De Marco (1991) há a comprovação de que os partidos políticos, principalmente os de ligação direta com a extinta Arena (que se transformou em PDS, de onde derivaram os atuais PP e PFL), detiveram aproximadamente metade de todos os canais de rádio existentes em Santa Catarina até o início da década de 1990 e a totalidade dos canais de televisão. Na pesquisa elaborada por De Marco (1991), em 1992, os políticos destes partidos compunham então a chamada “União por Santa Catarina”, coligação que detinha 73 rádios AM, 37 FM e 8 (todas) emissoras de televisão no estado. Ou seja, 93% de todas as rádios AM e 81% das FM estavam nas mãos de partidários do PFL e do PDS, hoje transformado em PP. Já ao PMDB, maior partido de oposição aos dois primeiros no estado, caberia uma parcela insignificante dos meios de comunicação: 6,8% das emissoras AM e 16,2% das FM, sem qualquer canal de televisão.

2.6 Números atualizados da radiodifusão em Santa Catarina

A concentração de emissoras de rádio e televisão em Santa Catarina ainda é alta. De acordo com os números presentes no site da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL, 2004), apenas 11 municípios catarinenses detém geradoras de televisão em canal aberto: Balneário Camboriú; Blumenau (3); Chapecó (2); Criciúma; Florianópolis (5); Itajaí (2); Joaçaba; Joinville (3); Lages; Rio do Sul e Xanxerê. A generalização do que é visto nas emissoras de televisão estaduais é apenas um dos problemas decorrentes disso, já que os moradores de 288, dos 299 municípios de Santa Catarina, são obrigados a assistirem aos programas gerados em outras cidades que não as deles.

No caso das emissoras de rádio, dos 299 municípios do estado, apenas 73 possuem as 101 rádios em ondas médias e 2 em ondas curtas. Santa Catarina não possui nenhuma emissora operando em ondas tropicais. São 79 emissoras em frequência modulada (FM) concentradas em apenas 40 municípios (ANATEL, 2004). Incluem-se neste número as educativas (UNIVALI e 106 FM de Itajaí; FURB de Blumenau; UNIDAVI FM de Rio do Sul; UDESC de Florianópolis, Lages e Joinville). As 66 rádios comunitárias existentes atualmente estão mais espalhadas, pois aparecem em 63 municípios, muitos deles onde já existia uma emissora de rádio FM. (ANEXO A). Três cidades detêm mais de uma rádio comunitária: Itajaí, Joinville e Lages, cidades que possuem duas emissoras deste tipo. Itajaí foi o primeiro município de Santa Catarina a ter duas comunitárias. Os canais utilizados para o serviço no estado são 200, 285, 290 e 300.

CAPÍTULO III

RADIODIFUSÃO: ASPECTOS HISTÓRICOS E CARACTERIZAÇÃO TIPOLOGICA

O rádio é considerado o amigo de todas as horas, o companheiro, aquele capaz de consolar inclusive os solitários. O meio está presente ao lado da cama do enfermo no hospital, junto ao detento na prisão, ao motorista de táxi, ao caminhoneiro, à dona-de-casa, à empregada doméstica. Está sob pano de fundo no comércio em geral, nos consultórios médicos, nas academias, e vários outros lugares onde há atividade humana.

Na busca pelo entendimento da importância do meio no Brasil, recorreremos a autores como Cicília Maria Krohling Peruzzo; Maria Elvira Bonavita Federico; Arlindo Machado, Caio Magri e Marcelo Masagão; Cláudia Lahni, Marisa Meliani, além de dois dos principais autores sobre rádio no Brasil, Luiz Artur Ferraretto e Gisela Swetlana Ortriwano. Os estudos de meios de comunicação realizados por John B. Thompson e Giovanni Giovannini também foram fundamentais para esta parte do trabalho.

3.1 A consolidação do rádio como meio de comunicação

Os trabalhos no campo da radiodifusão iniciaram com as experiências para comprovação da existência de ondas eletromagnéticas, a partir de 1830. Outros avanços científicos como o telégrafo e o telefone foram fundamentais para a descoberta do rádio. O trabalho do norte-americano Samuel Morse entre 1832 e 1837 resultou na invenção do telégrafo, aparelho que transmitia sinais a distância.

Entretanto, a comunicação por ondas eletromagnéticas ainda não era possível, já que o telégrafo foi utilizado durante décadas somente por fios, o que obrigou, inclusive, a colocação de cabos submarinos para transmissão de informações entre continentes (THOMPSON, 1998, p.138).

Os primeiros sistemas telegráficos situados em terra e as distâncias geográficas eram verdadeiros empecilhos à comunicação. Somente a partir de 1850 foram desenvolvidas formas confiáveis de telégrafo submarino. Por volta de 1851 alguns cabos submarinos foram instalados ao longo do Canal da Mancha e entre a Inglaterra e a Irlanda. Em 1866 foi possível instalar um cabo transatlântico e transmitir mensagens por radiotelegrafia entre a Europa e os Estados Unidos, o que iria contribuir com as já existentes agências de notícias internacionais como a Havas (1835), *Associated Press* (1848) e outras (THOMPSON, 1998, p.138).

Pouco a pouco, ao redor do mundo, vários cientistas iam descobrindo possíveis formas de recepção e de transmissão das ondas eletromagnéticas. Em virtude disso, a paternidade do rádio é erroneamente atribuída ao italiano Guglielmo Marconi, como afirma Ferraretto (2001a, p.82). Já havia sido desenvolvida, pelo russo Aleksandr Popov, uma antena capaz de jogar sinais no ar. Outros inventos como os de Branly e Lodge também já eram conhecidos no mundo. Mas somente Marconi conseguiu fazer soar uma campainha à distância de um quilômetro através de ondas eletromagnéticas. Em 1896 realiza a primeira demonstração pública da radiotelegrafia¹⁰. Obtém a patente sobre o telégrafo sem fio. Em 1901 envia o primeiro sinal radiotelegráfico transoceânico.

No Brasil, o padre Roberto Landell de Moura, nesta mesma época, estava conseguindo obter resultados superiores aos dos cientistas estrangeiros. As primeiras experiências com transmissão e recepção de sons por meio de ondas eletromagnéticas teriam ocorrido entre 1893 e 1894 (FERRARETTO, 2001a, p.83). O autor destaca a relevância do trabalho do cientista gaúcho evidenciada em diversos documentos e jornais da época. As patentes das invenções, tanto as registradas no Brasil quanto as registradas nos Estados Unidos, comprovam o pioneirismo do cientista brasileiro.

O empreendedorismo de Marconi falou mais alto. Ele criou a primeira empresa do setor, a *Wireless Telegraph and Signal Company Limited*, mais tarde transformada em *Marconi's Wireless Telegraph Company*. Ainda em 1906, o canadense Reginald A. Fessenden transmitiu o som de um violino, de trechos da Bíblia e de uma gravação

¹⁰ **Radiotelegrafia:** Telegrafia sem fios com mensagens transmitidas em código Morse, usando ondas eletromagnéticas, entre dois pontos pré-definidos; **Radiotelefonía:** Telefonía sem fios em que o som é transmitido por ondas eletromagnéticas entre dois pontos pré-definidos (FERRARETTO, 2001a, p.92).

fonográfica (FERRARETTO, 2001a, p.86). Essas emissões foram ouvidas em vários navios na costa norte-americana. Estava desenvolvida a estrutura para a amplitude modulada.

Somente em 1916 o russo David Sarnoff sugere a utilização da nova tecnologia para a obtenção de um novo produto, que pudesse ser comercializado e viesse a estar nas casas de todas as pessoas. O novo invento passaria a ser utilizado como entretenimento doméstico e a ganhar contornos de meio de comunicação de massa, já que, até então, “[...] foi considerado um grave defeito do rádio o fato de que era possível captar com relativa facilidade as mensagens que, da estação emissora, eram endereçadas a um destinatário específico” (GIOVANNINI, 1987, p.183).

Em 1920 a empresa de Marconi foi transformada em *Radio Corporation of América (RCA)*¹¹, mas a primeira emissora de rádio surgiria por uma outra companhia, a *Westinghouse Electric and Manufacturing Company*. Era lançada a KDKA, de Pittsburgh, primeira emissora de rádio a obter licença comercial para funcionar, embora a KQW, de San José, na Califórnia, reivindique o pioneirismo nos Estados Unidos por ter começado suas transmissões regulares em 1912 (FERRARETTO, 2001a, p.89). Sarnoff chegou a ser presidente da RCA e foi decisivo na constituição do *mass-media* nos Estados Unidos, porque acreditava que o rádio pudesse se tornar um meio de comunicação popular e lucrativo.

Antes da Segunda Guerra Mundial, em 1939, Edwin Howard Armstrong desenvolve a tecnologia capaz de transmitir sons em frequência modulada, a FM (FERRARETTO, 2001a, p.156). Em 1961 os Estados Unidos regulamentam as transmissões nesta frequência.

Quanto à televisão, outro meio de comunicação pertencente ao termo radiodifusão, sua existência se dá em função de invenções anteriores como a fotografia, o cinema, o aprimoramento da energia elétrica, desenvolvidos desde o século XIX. Mesmo assim, a televisão totalmente eletrônica apenas se concretizaria em 1933 (GIOVANNINI, 1987, p.251).

¹¹ É a partir da RCA que surge a primeira rede norte-americana de rádio, em 15 de novembro de 1926, a *National Broadcasting Corporation - NBC* (FERRARETTO, 2001a, p.91).

Se as descobertas do Padre Roberto Landell de Moura não foram suficientes para comprovar o pioneirismo do brasileiro no campo da radiotelegrafia sem fios (rádio), foi neste país que o novo meio de comunicação conseguiu alcançar um dos maiores sucessos do mundo junto à população. A imprensa escrita havia levado séculos para chegar aqui, mas o meio de comunicação eletrônico levou menos tempo. Em 22 de setembro de 1922, durante as comemorações do Centenário da Independência, a *Westinghouse* realizou a primeira demonstração pública de rádio, irradiando o pronunciamento do presidente Epitácio Pessoa para várias partes da cidade do Rio de Janeiro. Mas foi no dia 20 de abril de 1923 que o educador Edgard Roquette-Pinto, considerado o pai do rádio brasileiro, inaugurou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, primeira emissora regular do país, em conjunto com Henry Morize. Antes disso, em 6 de abril de 1919 foi ao ar em Recife a Rádio Clube de Pernambuco (LAHNI, 2002, p.56), mas a emissora não fazia emissões com frequência.

O educador Roquette-Pinto tinha em mente fazer do rádio um meio de comunicação eminentemente educativo e cultural.

Nessa primeira fase, o rádio se mantinha com mensalidades pagas pelos que possuíam aparelhos receptores, por doações eventuais de entidades privadas ou públicas e, muito raramente, com a inserção de anúncios pagos, que, a rigor, eram proibidos pela legislação da época (ORTRIWANO, 1985, p.14).

A partir da década de 1930 surge o rádio comercial. A publicidade foi permitida por meio de decreto em 1º de março de 1932, mas ela era limitada no início a 10% da programação, depois foi ampliada para 20% e na década de 1980 para 25% (IBIDEM, p.15). Antes disso era permitido apenas divulgar patrocínios a horários de programas. “Com a nova lei, os reclames se multiplicaram rapidamente” (CASÉ, 1995, p.47).

Várias emissoras de rádio começaram a surgir pelo Brasil. Em 1934 surge o programa “A Voz do Brasil”, produzido pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural. Às 21 horas do dia 12 de setembro de 1936 entrava no ar a Rádio Nacional do Rio de Janeiro. Durante vários anos esta foi a emissora de maior audiência. Em 1940 a Nacional seria encampada pelo governo de Getúlio Vargas.

Na década de 1960 surgem as primeiras emissoras em Freqüência Modulada no Brasil. Era o tipo de rádio destinada a atingir consultórios médicos e hospitais, com músicas suaves ou escritórios e residências com música alegre e estimulante. No dia 2 de dezembro de 1970, os Diários e Emissoras Associados inauguravam em São Paulo a Rádio Difusora FM, primeira a transmitir exclusivamente em freqüência modulada. Mas, de acordo com Ortriwano (1985, p.23), há quem conteste essa primazia da Difusora, pois a Rádio Eldorado, fundada em 1958, transmitia em ondas médias e também utilizava o FM em alguns horários.

Até 1973 as transmissões em freqüência modulada são desorganizadas. Neste ano o regime militar dá prioridade à expansão do sistema através de uma portaria, do Ministério das Comunicações, de 27 de abril, na qual ficava estabelecida a possibilidade de conceder incentivos à indústria eletro-eletrônica para produção de transmissores e receptores (FERRARETTO, 2001a, p.157).

Em 1976 surgem as principais emissoras brasileiras em freqüência modulada como Jovem Pan 2, Transamérica e Atlântida. Mas a história do FM nacional mudaria em 1977 com a entrada da Cidade FM do Rio de Janeiro, pertencente ao grupo do Jornal do Brasil, que se espelha no ritmo de locução norte-americano e lança o rádio de segmento jovem.

A tecnologia permitiu avanços na transmissão. A primeira emissora brasileira a operar em rede através da utilização de satélite foi a Bandeirantes AM de São Paulo, em 1982. A Jovem Pan 2, também de São Paulo, deu início à formação de rede a partir dos anos 1990, emitindo a mesma programação para suas afiliadas. No Sul, já na década de 1990, a Rede Atlântida, do Grupo RBS, passaria a transmitir via satélite para suas 17 emissoras no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A Rede Transamérica também começaria a utilizar o satélite para integrar o Brasil com a mesma programação e se aprimoraria já em pleno século XXI, ao dispor no satélite de três programações exclusivas de rádio: *light*, *pop* e *hits*, conforme critérios estabelecidos de segmentação em diferentes regiões brasileiras.

Com o crescimento no número de emissoras em freqüência modulada, as que operavam em amplitude modulada tiveram que recorrer a novas táticas para manter a audiência. Já que a FM estava voltada para a transmissão de música, o jornalismo

parecia ser a salvação da AM. A primeira emissora a transmitir 24 horas de jornalismo foi a Rádio Jornal do Brasil AM, do Rio de Janeiro (FERRARETTO, 2001a, p.172). Tratava-se do modelo norte-americano intitulado *all news*, iniciado em 1965 com a Rádio *Wins* de Nova Iorque. A experiência da rádio carioca, entretanto, iria durar apenas seis anos por falta de investimentos. A Rádio Gaúcha de Porto Alegre também aposta no jornalismo a partir do início da década de 1980.

O sucesso do grupo gaúcho inspiraria as Organizações Globo a colocar no ar a Central Brasileira de Notícias (CBN). Hoje, ela tem afiliadas em todas as regiões do país e transmite, em algumas praças, em frequência modulada, como ocorre em São Paulo e Rio de Janeiro. O sucesso do jornalismo em emissoras como CBN e Bandeirantes AM, em São Paulo, por exemplo, é destacado pelo faturamento dessas empresas. A Bandeirantes AM fatura, em média, 60% a mais do que a Band FM, uma das maiores audiências de São Paulo (MATTOS, 2003a, p.2). Em maio de 2005 o grupo Bandeirantes lançou a Bandnews FM, emissora também voltada para o segmento *all news*.

3.1.1 Tipos de transmissão em rádio

Basicamente as emissoras de rádio podem emitir seus sinais em amplitude modulada (AM), como ocorre desde o início do século passado, ou em frequência modulada (FM), o que veio a acontecer na maior parte dos países após a década de 1960. Embora a qualidade sonora seja inferior a das FMs e sejam mais sensíveis a descargas elétricas de motores e dos fenômenos da natureza, como raios, as emissoras em amplitude modulada são as que podem chegar a transmitir em longas distâncias através das ondas eletromagnéticas.

A amplitude modulada é a “transmissão de sinais pela modulação da amplitude das ondas, em frequências que variam de 525 a 1.720kHz” (FERRARETTO, 2001a, p.66). Além da sintonia em ondas médias (OM), presente em todo receptor de rádio e na qual todas as emissoras de rádio em amplitude modulada operam, há as sintonias em ondas curtas (OC), ondas tropicais (OT) e ondas longas (OL). As emissoras em

ondas médias funcionam entre as frequências 500 kHz a 3 MHz até aproximadamente 500 quilômetros de distância (SMIT, 1986, p.24). Durante o dia estão vinculadas ao solo, sendo chamadas também de ondas terrestres. À noite apresentam reflexão ionosférica.

Nas ondas curtas, as transmissões de Amplitude Modulada podem atingir vários continentes do planeta, dependendo para isso da potência dos transmissores de cada rádio. As ondas curtas funcionam em HF (*high frequency*) entre as frequências 3 MHz e 30 MHz, por reflexão ionosférica, principalmente à noite, e atingem milhares de quilômetros (IBIDEM, p.24).

Já as ondas longas operam em VLF (*very low frequency*) ou LF (*low frequency*) e são utilizadas hoje para a comunicação marítima e rádio-farol. Elas se propagam entre as frequências 10 kHz e 500 kHz, são muito estáveis, e atingem centenas de quilômetros (IBIDEM, p.24).

A Frequência Modulada é a “transmissão de sinais pela modulação da frequência das ondas” (FERRARETTO, 2001a, p.67). O som tem maior qualidade mas o alcance é limitado. As frequências variam de 87,5 MHz a 108 MHz.

Por não atingirem a ionosfera, por terem uma forma de transmissão de sinal em linha reta, as emissoras em frequência modulada apresentam as mesmas características que o sinal de televisão: espalham-se enquanto não há qualquer obstáculo natural, como uma montanha. Para estas emissoras, assim como para a televisão, o fator altura é muito importante (e não só a potência dos transmissores) porque quanto mais alta estiver sua antena, mais longe o sinal chegará. Já para as emissoras em amplitude modulada (AM) o fator altura não é relevante porque as ondas vão do chão até o espaço e voltam, não tendo dificuldade de ultrapassar grandes montanhas, prédios, etc. Basta para isso a existência de transmissores potentes.

A importância de tal comparação se dá pelo fato de que as rádios comunitárias no Brasil operam em frequência modulada e, como possuem pequena potência, não conseguem atingir grandes distâncias. Para sintetizar as diferenças entre as frequências de radiodifusão citamos informações da Agência Nacional de Telecomunicações, a ANATEL:

QUADRO 1: Tipos de emissão em radiodifusão

Tipo de emissão	Características
Amplitude Modulada Ondas Médias	É a modalidade de serviço de radiodifusão que opera nas faixas de 525 kHz a 1.605 kHz e 1.605 kHz a 1.705 kHz, com modulação em amplitude.
Amplitude Modulada Ondas Curtas	É a modalidade de serviço de radiodifusão que opera nas faixas de 5.950 kHz a 6.200 kHz, 9.500 kHz a 9.775 kHz, 11.700 kHz a 11.975 kHz, 15.100 kHz a 15.450 kHz, 17.700 kHz a 17.900 kHz, 21.450 kHz a 21.750 kHz e 25.600 kHz a 26.100 kHz, com modulação em amplitude.
Amplitude Modulada Ondas Tropicais	É a modalidade de serviço de radiodifusão que opera nas faixas de 2.300 kHz a 2.495 kHz, 3.200 kHz a 3.400 kHz, 4.750 kHz a 4.995 kHz e 5.005 kHz a 5.060 kHz, com modulação em amplitude.
Frequência Modulada	É a modalidade de serviço de radiodifusão que opera na faixa de 87,8 MHz a 108 MHz, com modulação em frequência.
TV	Tipo de serviço de radiodifusão destinado à transmissão de sons e imagens, por ondas radioelétricas.
FM Comunitária RADCOM	É o serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, operada em baixa potência e com cobertura restrita, outorgado a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.

Fonte: ANATEL, 2004.

3.2 Características do rádio

O rádio é o único meio de comunicação que transpõe a barreira do analfabetismo, o que representa cerca de 11,4% da população brasileira (IBGE, 2002)¹², além daqueles considerados analfabetos funcionais, outros 30% da população. Por não depender de leitura, mesmo o público analfabeto e os deficientes visuais têm acesso às informações radiofônicas. Supera ainda outros problemas como a falta de energia elétrica. O baixo custo para adquirir um receptor permite levar informações aos

¹² Ainda sobre o analfabetismo, a primeira pesquisa do IBGE neste século revela outros dados: “Entre as regiões, o Nordeste apresentou a maior taxa (9,5%), seguido do Centro-Oeste (1,9%), Sudeste (1,2%) e Sul (1,2%). No total da população de 10 anos ou mais de idade, a taxa vem caindo ao longo dos anos: em 1992 era 16,4%, em 1996 cai para 13,7% e chega em 2001 a 11,4%” (IBGE, 2002).

menos favorecidos (FRIDERICH, 2002, p.45). A abrangência do meio é ilimitada em relação às ondas curtas e tropicais, ficando restrita apenas à potência dos transmissores e à legislação. Na frequência modulada, onde estão situadas as rádios comunitárias, a abrangência é reduzida significativamente por não ultrapassar obstáculos naturais.

Embora não tenha compromisso em aprofundar-se nas informações, é o mais rápido entre os meios de comunicação. Não exige atenção integral porque não contém imagens e, por isso, pode ser ouvido normalmente por quem desenvolve atividades paralelas como dirigir ou caminhar. Deixou de ser um meio de comunicação de audiência coletiva porque dispensou os fios. Tornou-se um meio de recepção individualizada (ORTRIWANO, 1985, p.79).

O Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) realizou pesquisa¹³ em 1995 sobre o tempo médio dedicado pelo público aos meios de comunicação. Infelizmente nenhuma outra pesquisa semelhante foi realizada nestes dez anos, considerando que outros dois importantes meios de comunicação começaram a fazer parte da vida das pessoas desde então: a TV por assinatura e a Internet. Os resultados da pesquisa demonstraram que, pelo menos até 1995, as pessoas despendiam maior tempo ao rádio do que a qualquer outro meio de comunicação, seja em casa, no carro ou no trabalho – 3h45min. O segundo colocado foi a televisão com 3h24min, seguido de jornal: 57min e revista: 54min (FERRARETTO, 2001b, p.54).

O rádio é o meio de comunicação que envolve o ouvinte com um discurso poderoso. Ele faz com que esse ouvinte imagine o que está sendo dito por intermédio de um diálogo mental. Essa característica é chamada de sensoriedade. É também, por excelência, o grande meio de comunicação local. A programação geralmente contempla o município-sede da emissora.

Em 2001, o rádio deixou de ser considerado o meio de comunicação mais presente nas residências brasileiras. Segundo o IBGE (2002), em 2001 a televisão

¹³ A pesquisa havia sido encomendada no final de 1994 pelo Escritório do Rádio que reunia as principais redes do país. Outros dados são relevantes: em cada 10 famílias com automóveis, seis possuíam rádio nos carros; 95% das residências dos entrevistados tinham pelo menos um receptor; nove de cada 10 pessoas ouviam rádio semanalmente (FERRARETTO, 2001b).

superou pela primeira vez o rádio em relação ao número de moradias. O número de residências atualmente com televisão é de 89%, enquanto que com rádio é de 88%. Em 1996, o percentual de moradias com um aparelho de rádio era de 90,4% e o daquelas com televisão, 84,4%. Em 1999, o percentual de domicílios com rádio - 89,9% - já apontava queda, mas ainda superava o daqueles que possuíam televisão - 87,8% (IBGE, 2002).

Se as residências com televisão superaram as que dispõem de rádio, geograficamente ele ainda é o meio de comunicação capaz de “chegar aos pontos mais remotos e ser considerado de alcance nacional” (ORTRIWANO, 1985, p.79). Isso faz parte da penetração do rádio, pois, mesmo sendo de alcance local, emite informações e facilita a identificação da cultura local ou regional pelo modo de falar, pelo sotaque. Esta é sem dúvida uma característica que contribui potencialmente para a geração de capital social nas comunidades de ouvintes. Por outro lado, cabe observar que, em vários pontos do Brasil e inclusive de Santa Catarina, as imagens de televisão ainda são precárias. Existem pequenos municípios que não recebem sinal televisivo em pleno século XXI. Além disso, mesmo que não haja emissoras de rádio numa determinada região, é possível sintonizar emissoras distantes por meio de ondas curtas. Essa característica também sugere que o público é

[...] muito diversificado, por não exigir um conhecimento especializado para a decodificação e a recepção nas condições mais diversas, todas elas favorecidas pela autonomia concedida ao aparelho receptor a partir do invento do transistor (PRADO, 1989, p.18).

3.3 Diferenças quanto ao conteúdo das emissoras de rádio

As emissoras em amplitude modulada ou frequência modulada podem ter partes da programação ou sua totalidade dirigida aos mais variados públicos. É a segmentação que faz do rádio um importante meio para venda dos mais variados produtos ou serviços. Atualmente, segundo Ferraretto (2001a, p.53) as emissoras estão

segmentadas em quatro tipos: jovem, adulto contemporâneo, *news* e comunitário¹⁴. Como o próprio nome diz, as emissoras com perfil jovem dedicam sua programação a um público de menor idade e utilizam-se de músicas nos estilos *rock* e *pop* nacional e internacional. Já o perfil adulto contemporâneo é dirigido a um público de maior idade e com maior poder aquisitivo, em virtude das músicas selecionadas ao estilo *light*, ou seja, com uma programação musical baseada em *jazz*, *blues* e música popular brasileira. As *news* transmitem jornalismo durante o dia inteiro. São destinadas também a um público com maior poder aquisitivo. O perfil comunitário divide-se em: a) rádios comunitárias e b) rádios com programação “populista” ou “popular” (sendo o sentido destes termos bastante controverso).

Portanto, todas as comunitárias seriam, por natureza, de perfil comunitário. Tal perfil englobaria, ainda, as emissoras com participação de ouvintes em pedidos de músicas sertanejas, gauchescas, pagodes, reclamações via telefone, cartas ou *e-mail*, programas sensacionalistas, enfim, o típico rádio surgido no final da década de 1960 e que hoje em dia abrange tanto as emissoras em AM quanto FM. Ferraretto cita opinião de Luiz Roberto Alves: “tais programas populares, em vez de assumirem a continuidade cultural comum às experiências históricas do povo, assumem, de fato, uma postura falsamente totalizante e unificadora da realidade” (FERRARETTO, 2001a, p. 53).

Seguindo a tendência de separar as emissoras de rádio pela programação que emitem, no Brasil, alguns estudiosos já discorreram sobre o assunto. Duas tendências são observadas nas programações brasileiras, na tentativa de especialização do setor, o que o ex-senador e jornalista Artur da Távola¹⁵ chama de “Rádio de Alta Estimulação” e “Rádio de Baixa Estimulação” (ORTRIWANO, 1985, p.29).

¹⁴ Tal classificação foi proposta pelo professor gaúcho Luiz Arthur Ferraretto.

¹⁵ Mais detalhes sobre essa classificação, ver Távola (s/d, p.16).

QUADRO 2: Rádio de alta e baixa estimulação

Rádio de Alta Estimulação	Rádio de Baixa Estimulação
1. é mobilizador	1. desmobilizante; é um rádio de lazer
2. uso de estímulos sonoros permanentes	2. baixo uso de estímulos sonoros, pois opera justamente sobre quem quer se desligar da intensa participação na sociedade moderna
3. caráter de urgência: aqui e agora, o fato e a notícia	3. é menos urgente
4. muito serviço e esporte	4. pouca atividade de serviço
5. proximidade da comunidade	5. uso de uma fala ainda elaborada e distante do colóquio
6. comunicadores individualizados (em geral disc-jóqueis famosos)	6. comunicadores não individualizados; raramente se conhece o nome e a vida de seus locutores
7. tem elenco e produtores	7. radiojornalismo generalizante com notícias em forma de pequenas manchetes
8. humor e descontração	8. quase nunca personaliza seu ouvinte, salvo em escolhas de discos em moda por telefone
9. sempre que pode, personaliza o ouvinte	9. a participação vem através da música contemporânea e seus principais temas em voga
10. trabalha permanentemente com análises de audiência	10. promove uma sensação de <i>status</i> para seus ouvintes
11. estimula o sentimento de solidariedade e participação nos principais acontecimentos da comunidade	11. seriedade e distanciamento
12. proximidade da cultura popular e de base brasileira	12. tende para a cultura de classe média e de base estrangeira

Fonte: ORTRIWANO, 1985, p.29-30.

Essas tendências também são chamadas, segundo Ortriwano (1985, p.30) de *rádio de mobilização* e *rádio de relaxamento* (ou desmobilização). Segundo a autora, o *rádio de mobilização* (voltado para a fala) procura tornar o ouvinte participante da transmissão, mantendo um ritmo sempre dinâmico. “O jornalismo é incentivado e o

critério da 'proximidade' ganha destaque, com o noticiário tendendo para assuntos locais e para a prestação de serviços à comunidade" (ORTRIWANO, 1985, p.30).

Já o *rádio de relaxamento* está voltado para a música e o combate ao *stress*, com um jornalismo "[...] diminuído na sua ênfase" e apresentando notícias internacionais, notícias gerais (IBIDEM, p.30-31).

A programação das emissoras de rádio no Brasil, independentemente de serem AM ou FM, comerciais, educativas ou comunitárias, podem ser, principalmente, de dois tipos básicos: linear ou em mosaico. No primeiro tipo, segundo Ferraretto, se enquadram as emissoras que dividem sua programação em programas diferenciados pelos nomes, mas que conservam, no conteúdo, o mesmo estilo. É como se todos os programas fossem iguais, apesar dos nomes serem diferenciados. Já na programação em mosaico, os nomes dos programas e os conteúdos destes são diferentes. Exemplo desse tipo são as emissoras que transmitem programas jornalísticos, musicais, humorísticos e esportivos. Como exemplo da programação linear, estão aquelas que transmitem notícias 24 horas por dia como a CBN, ou então aquelas eminentemente musicais, em que o "show da manhã" e o "show da tarde" somente se distinguem pelo nome.

3.4 Diferenças entre as emissoras de rádio

O Ministério das Comunicações estabelece três tipos de emissoras de rádio enquanto geradoras de conteúdo e independentemente de serem AM ou FM. São elas: comerciais, educativas e comunitárias. Esta diferenciação passou a ser feita desta forma a partir do surgimento das comunitárias em 1998. Passamos agora a um exame mais apurado das diferenças entre os tipos de emissoras de rádio brasileiras.

3.4.1 Comerciais

As emissoras chamadas de rádios comerciais são empresas que têm o objetivo maior de obter lucro com o meio de comunicação e podem transmitir em amplitude modulada (AM), compreendendo as ondas médias (OM), ondas curtas (OC) ou ondas tropicais (OT), e em frequência modulada (FM). Elas passaram a ser chamadas desta forma a partir de 1998, com a entrada em vigor da legislação das rádios comunitárias. As peças publicitárias como anúncios ao vivo, *spots* e *jingles* radiofônicos intercalam a programação dessas emissoras, sejam elas jornalísticas ou apenas de entretenimento.

Dois são os clientes destas rádios: os ouvintes e os anunciantes. Os primeiros ouvem a emissora e com sua audiência adquirem os produtos e serviços oferecidos. Os segundos auxiliam na manutenção da emissora através de contratos de publicidade que são mantidos diretamente com a emissora ou com a participação de agências de publicidade e propaganda. Em cidades como Itajaí, por exemplo, a maior parte dos comerciais presentes tanto nas emissoras em AM como nas de FM são conseguidos por departamentos comerciais próprios de cada rádio.

As concessões para a exploração do serviço de rádio comercial são distribuídas pelo governo à iniciativa privada. Os candidatos a receber os canais se habilitam quando existem editais abertos no Ministério das Comunicações. Durante o processo o Ministério dita as regras para a obtenção da autorização, como o respeito à potência estabelecida, levando em consideração a região na qual se encontra a emissora e a frequência que ela irá ocupar no espectro eletromagnético. Aumentos de potência ou troca de frequências poderão ocorrer, mediante solicitação e estudos técnicos enviados ao Ministério das Comunicações. Portanto, uma emissora comercial não tem limite de potência. Tudo depende do poder aquisitivo de seu diretor. Vale destacar que os meios físicos como torre, antena, transmissores, salas de redação, estúdios, pertencem ao proprietário da rádio, mas a concessão definitiva não. Ela é provisória porque representa um bem público. Pode ser prorrogada ou revogada num prazo de dez anos pelo Ministério das Comunicações.

A venda de espaços na programação para terceiros também se concretiza na prática entre os proprietários de emissoras de rádio comerciais. Programas religiosos e transmissões esportivas terceirizadas são realidade na maioria delas. O problema é a suposta isenção atribuída a quem cede o horário em troca de dinheiro, como se

nenhum tipo de responsabilidade coubesse a quem está, por direito, gerenciando a emissora, por ter em mãos uma outorga do Ministério das Comunicações.

3.4.2 Educativas

As emissoras de rádio consideradas educativas foram instituídas em 29 de outubro de 1982, em Olinda, durante encontro de representantes de emissoras de televisão e rádio não-comerciais. Na ocasião, os participantes

[...] lançaram bases do Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa que, em maio do ano seguinte, foi oficialmente criado, ficando sob a coordenação da Fundação Roquette-Pinto (FRP), órgão vinculado à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (FERRARETTO, 2001a, p.176).

A Fundação Roquette-Pinto sofreria mudanças estruturais a partir de 1998, no governo de Fernando Henrique Cardoso. A intenção era transformar a FRP em uma organização social, “uma espécie de empresa pública – nem estatal, nem privada” (IBIDEM, p.177). A fundação agora dava lugar à Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto (ACERP).

As emissoras educativas têm como diferencial a proibição da obtenção de lucro, mas podem se manter graças ao apoio cultural. Essas emissoras educativas operam de acordo com o poder econômico da entidade a qual representam e com as possibilidades técnicas de determinada região. A concessão pode também ser renovada ou revogada, dependendo do trabalho efetuado pela emissora. Quanto à programação musical, essas emissoras privilegiam MPB, jazz, como a UNIVALI FM de Itajaí e a Rádio da USP em São Paulo, mas também há casos de emissoras educativas disputando audiência de igual para igual com rádios comerciais, utilizando-se de programação voltada ao segmento jovem.

3.4.3 Comunitárias

As emissoras comunitárias só passaram a ser regulamentadas a partir da lei nº 9.612 de 19 de fevereiro de 1998, como forma de conter a disseminação de rádios livres no Brasil. Para obter a autorização de funcionamento, é preciso constituir uma associação sem fins lucrativos. A rádio comunitária não pode transmitir comerciais, apenas custear a manutenção da emissora através de apoios culturais de empresas existentes dentro da área de abrangência da rádio. Ao contrário das emissoras educativas e comerciais, a rádio comunitária só pode operar com 25 watts de potência e sua antena não pode ter mais que 30 metros de altura. A intenção é que a rádio sirva realmente apenas a uma determinada comunidade. Outra diferença em relação às rádios comerciais é que as comunitárias não podem formar rede, precisam operar com programação própria e não podem vender espaço para terceiros dentro da sua grade de programação.

O grande objetivo é prestar serviço à comunidade abrangida pelo sinal da rádio, que pode variar a apenas um bairro, no caso de cidades grandes, ou chegar a atingir todo um município de pequeno porte, caso não haja impedimentos geográficos para isso.

No próximo capítulo analisaremos toda a trajetória das emissoras sem comprometimento com o poder público ou com empresas constituídas de radiodifusão, as emissoras livres, até a regulamentação do serviço de rádio comunitária.

CAPÍTULO IV

RÁDIOS LIVRES, COMUNITÁRIAS E CIDADANIA: UMA INTRODUÇÃO AO CONTEXTO REGIONAL

O surgimento da radiodifusão trouxe consigo as emissoras livres, ou seja, sem autorização de funcionamento pelo aparelho estatal. Isso ocorreu em diferentes partes do mundo, inclusive no Brasil. A força que estas emissoras tiveram em momentos cruciais da história de países como a Itália, a França, a Bolívia, é descrita a seguir, assim como as primeiras experiências com rádio livre num Brasil marcado pela ditadura militar da década de 1970 e início da década de 1980.

A contribuição das emissoras livres no país acarretou a instituição das rádios de pequeno alcance, de baixa potência, embrião daquilo que começaria a ser pensado como rádio comunitária a partir da década de 1990. Primordiais neste momento são as visões de Cicília Maria Krohling Peruzzo, Marisa Meliani, Arlindo Machado, Caio Magri e Marcelo Masagão, Cláudia Lahni, Bruno Fuser, além de textos jornalísticos publicados pela ACAERT, ABERT e jornais de circulação nacional.

4.1 Aspectos históricos da radiodifusão livre

Embora o Ministério das Comunicações discipline a existência dos três tipos de emissoras de rádio citados no capítulo anterior, grupos espalhados pelo Brasil desafiam até hoje o poder estatal e colocam no ar emissoras sem autorização de funcionamento. Alguns desses grupos solicitam a abertura de canal de rádio comunitária e, com a demora do Ministério em liberar a autorização, entram no ar sem o documento legal. Outros, no entanto, continuam desafiando o poder estatal e abrem as emissoras mesmo sem o processo de solicitação de canal. São integrantes das chamadas rádios

livres, mesmo sob a fiscalização da ANATEL e com risco de serem detidos pela Polícia Federal, por desafiarem a legislação. Por outro lado, tais emissoras são chamadas de clandestinas ou piratas por proprietários de rádios comerciais que não admitem a concorrência, segundo eles, desleal.

As verdadeiras “piratas”, porém, de acordo com Machado *et al.*, (1987, p.60) eram aquelas que emitiam sinais de rádio diretamente de barcos na costa de algum país europeu onde a publicidade era proibida nas emissoras estatais – as únicas existentes até então. Como os transmissores ficavam situados dentro de barcos, e esses estampavam bandeiras, acabavam lembrando os antigos navios piratas. Daí o surgimento deste rótulo. Uma das mais famosas foi a Rádio Caroline, batizada em homenagem à filha de John Kennedy. Essas emissoras “bombardeavam” os países onde os produtos das multinacionais norte-americanas (*Lever e Ford*, por exemplo) não podiam ser divulgados nos meios de comunicação sob dominação do aparato governamental, a exemplo da Inglaterra, e ficariam conhecidas como piratas. “A primeira pirata a ir para o ar – a Merkur – estreou em julho de 1958 e um mês depois já contava com verbas publicitárias de 150 mil dólares” (IBIDEM, p.60).

Portanto, as rádios piratas nada têm a ver com as emissoras livres surgidas pelo mundo a fora e em terra firme. As livres são simplesmente as emissoras de rádio que operam sem autorização do poder concedente. Também em nada se igualam às chamadas rádios periféricas, ou seja, aquelas emissoras instaladas num país com programação direcionada a outros países como forma de disseminação de propaganda ideológica. “[...] rádios periféricas não são ‘piratas’ no mesmo sentido inglês. Teoricamente, elas emitem do exterior, não estando portanto subordinadas à lei do monopólio” (MACHADO *et al*, p.61). Entre os exemplos de emissoras periféricas estão a Rádio-Tele-Luxemburgo e a Sud-Radio (voltadas ao público francês) e as rádios Montecarlo e Capo d’Istria (ao italiano). Exemplos clássicos de batalhas sonoras ideológicas desempenhadas principalmente por países como Estados Unidos, União Soviética, Alemanha e Inglaterra ocorreram em várias oportunidades, a exemplo da Segunda Guerra Mundial.

As emissoras norte-americanas Free Europe, Liberty e Voice of América, a Rádio Central de Moscou, a Deutsche Welle da Alemanha Ocidental, além da própria BBC britânica, bombardearam os seus adversários políticos com emissões diárias em ondas curtas, seguindo o exemplo de Goebbels na Alemanha nazista (IBIDEM, p.61-62).

“Presume-se que a primeira rádio livre tenha sido uma emissora sindical que, em 1925, foi ao ar na Áustria” (PERUZZO, 1998a, p.241). No mesmo ano ainda aparece a União das Rádios Operárias dos Países Baixos e, em Chicago, nos Estados Unidos, “a Federação do Trabalho explora uma estação radiofônica” (MACHADO *et al.*, 1987, p.150). A primeira rádio livre norte-americana foi a WUMS, no Estado de Ohio, que ficou no ar por mais de cinquenta anos. Esta e outras que se seguiram também desafiaram a legislação norte-americana de radiodifusão (MELIANI, 1995).

Por vários países da Europa e da América Latina rádios livres apareceram em contextos diferenciados. Na Espanha, por exemplo, a Rádio Espanha Independente surgiu em 1941 e enfrentou a ditadura franquista durante trinta anos. De acordo com Meliani (1995), as rádios livres espanholas foram importantes para o processo de redemocratização do país.

Em 1969, entra no ar a Rádio Campus, de Lille, na França. No país, essas emissoras livres serviram, segundo Marisa Meliani (1995), “sob propostas de renovação política, num resgate da perspectiva revolucionária herdada de 68” e como alternativa ao monopólio da *Office de Radiodiffusion - Télévision Française* (ORTF). Na Itália, em 1974, surge a Rádio Bolonha e, em 1976, também em Bolonha, a mais famosa das italianas, a Rádio Alice (PERUZZO, 1998a, p.241-242). De origem comunista, esta emissora atuava contra a repressão mantida pela polícia aos estudantes. As livres italianas eram alternativas ao monopólio mantido pela Rádio e Televisão Italiana (RAI).

No continente latino-americano as rádios livres estiveram nas mãos de sindicatos de trabalhadores e sindicatos patronais, além de atuar em períodos de guerra. Várias sofreram repressões, como a Rádio Sucre, na Bolívia, em 1952, que saiu do ar já em 1953, segundo Machado *et al.* (1987, p.101). Outra emissora boliviana com grande destaque foi a Pio XII, criada em 1959 pela Missão Oblata de Maria Imaculada em Siglo XX por padres canadenses. Diferente das rádios sindicais existentes até então, a emissora chegou a ser dinamitada várias vezes por militantes sindicais porque representava ameaça às organizações operárias. “Razões não faltavam para isso: a

rádio da Missão Oblata defendia fortemente o COMIBOL (Corporação Mineira da Bolívia), uma espécie de sindicato patronal...” (IBIDEM, p.105). Anos mais tarde, após massacres de mineiros bolivianos, a rádio muda de lado e é acusada pelo governo de “comunista”, assumindo a defesa dos trabalhadores. As rádios mineiras pararam de transmitir quando foram destruídas por tropas do exército. Cinco das treze emissoras que foram fechadas voltaram a transmitir em 1980. Em 1984 foi instituída uma Cadeia de Rádios Sindicais, dirigida pela Central Operária Bolívia (PERUZZO, 1998, p.198).

Questões relativas às guerrilhas nacionais também desencadearam a criação de rádios livres na América Latina. A Rádio Rebelde foi idealizada por Che Guevara entre 1958 e 1959. “Essa rádio funcionou como instrumento de combate e uma arma político-militar de eficiência comprovada [...] A emissora foi o principal elo entre o quartel-general e as várias frentes guerrilheiras” (MACHADO *et al.*, 1987, p.96). Através da emissora cubana a população tinha acesso a informações diferenciadas daquelas lançadas pelo governo de Batista.

De acordo com Peruzzo (1998, p.217), a Revolução Sandinista, na Nicarágua, tentou acabar com a tirania econômica, política e ideológica de uma verdadeira dinastia atrelada aos interesses norte-americanos na América Central. A Rádio Sandino surgiu de forma livre em 1978 e de caráter opositor à Rádio A Voz da Nicarágua, emissora oficial do Estado sandinista.

A radiodifusão livre no Brasil começou, segundo Meliani (1995), lado a lado com as rádios tradicionais. Já em 1931 o publicitário Rodolfo Lima Martensen colocou no ar uma rádio não-autorizada no município de Rio Grande de São Pedro, no Rio Grande do Sul. A Rádio Cultura AM de São Paulo, segundo a pesquisadora, também entrou no ar sem autorização em 1933. Porém, essas emissoras nada têm a ver com o movimento das rádios livres despertado apenas na década de 1970, mas que teria alcance nacional somente na década de 1980. Em 1971, no auge da ditadura, surge a Rádio Paranóica, em Vitória, no Espírito Santo, considerada a primeira emissora livre do Brasil. Um jovem de 16 anos, Eduardo Luiz Ferreira Silva, estudante de eletrônica, foi o responsável pela empreitada que custou caro à família. Seu pai foi preso por três dias e punido com violência pela polícia. A alegação era de que eles mantinham ligações com grupos políticos contrários ao regime militar (MELIANI, 1995).

Foi no verão de 1982 que explodiu o maior movimento de rádios livres da história brasileira, na cidade de Sorocaba, em São Paulo, onde chegaram a existir 42 emissoras clandestinas de FM (ORTRIWANO, 1985, p.35). A primeira emissora livre da cidade, porém, teria sido a Spectro, já em 1976 (PERUZZO, 1998, p.244). O movimento teve proporção tal que até mesmo uma emissora de televisão sem concessão foi colocada no ar na cidade de Sorocaba (MACHADO *et al.*, 1987, p.148).

Na capital paulista várias emissoras livres surgiram a partir da década de 1980 com nomes curiosos: Rádio Totó, Rádio Ternura, Rádio Xilik, Rádio Trip, Rádio Livre-Gravidade. A primeira paulistana foi a Rádio Xilik, em julho de 1985 (IBIDEM, p.153). A maior parte dessas emissoras era mantida por jovens que reivindicavam a tão sonhada liberdade de expressão, mas mantinham-se na clandestinidade com medo da repressão policial. Outros movimentos populares, no entanto, começaram a reivindicar emissoras de rádio. É o caso do Sindicato dos Bancários de São Paulo que estreou a Rádio Teresa em 1985, com 120 watts de potência (PERUZZO, 1998, p.250). Graça Caldas citada por Lahni (1999, p.11) afirma que o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo também colocou no ar, por três meses, entre 1991 e 1992, uma rádio livre. Isso ocorreu devido à demora na avaliação do pedido de concessão feito pelo sindicato ao Ministério das Comunicações.

Outras emissoras livres entraram para a história num país marcado pela ditadura militar e pela concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucos. Em 1978 surge em Criciúma, Santa Catarina, uma das primeiras rádios livres brasileiras. Tratava-se da Rádio Globo de Criciúma, alusão irônica ao poderoso grupo de mídia brasileiro (PERUZZO, 1998, p.246). Em 1988, em São Paulo, um grupo que já havia criado um espaço para manifestações culturais chamado “Casa de Cultura Reversão” coloca a Rádio Reversão FM 106.7MHz no ar. Os transmissores foram fabricados pelo próprio grupo e alcançavam um raio de cinco quilômetros (MELIANI, 1995). Poesia, música, num espaço oferecido para artistas da Vila Ré, em São Paulo. A emissora foi fechada pela polícia em abril de 1991. O fundador, Leo Tomaz, é preso e indiciado no artigo 70 do Código Brasileiro de Comunicações. Em Ermelino Matarazzo, na zona leste de São Paulo, a Rádio Patrulha foi ao ar para dar voz desde as empregadas domésticas até os “trombadinhas” (PERUZZO, 1998, p.251).

Em 1990 a população da localidade de Queimados, no Rio de Janeiro, se mobiliza e coloca no ar a Rádio Novos Rumos, 107.7mHz, com vinte quilômetros de alcance. Os altos índices de criminalidade na Baixada Fluminense, onde ficava a emissora, foram determinantes para uma chamada à comunidade no sentido de mobilização popular. Nesta rádio havia espaço para programas de igrejas próximas. Um ano depois a rádio é lacrada pela polícia (MELIANI, 1995). Por insistência da comunidade local a rádio é reativada algum tempo depois.

A Rádio Livre Paulicéia entrou no ar em 1990, em Piracicaba, São Paulo. Um transmissor instalado dentro de um centro comunitário funcionava na frequência 98.1mHz com programação que chegou a atingir rapidamente toda a cidade. “A Paulicéia é organizada de forma totalmente autogestionária. Não tem dono e se mantém aberta a todos os moradores, sem qualquer restrição” (MELIANI, 1995). Segundo Marisa Meliani, a Paulicéia, assim como a Novos Rumos e a Reversão não podiam ser consideradas clandestinas porque forneciam telefone e endereço no ar. Depois de chegar à vice-liderança no IBOPE, a emissora foi violentamente lacrada por duas viaturas do GARRA (Grupo Armado de Repressão a Roubos e Assaltos).

É na década de 1990 que ocorre um descontrole por parte do Ministério das Comunicações com relação às rádios livres, disseminadas por várias partes do Brasil. Grupos organizados resolveram colocar em prática o que dispõe o Artigo 220 da Constituição Brasileira de 1988: “[...] manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição”, e o Artigo 5º que assegura: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença” (PERUZZO, 1998b).

De acordo com Peruzzo (1998b, p.2), esses grupos também foram amparados pelo Pacto de San José da Costa Rica, celebrado por ocasião da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em 1969. O documento destaca que o exercício de liberdade de pensamento e expressão...

[...] não pode estar sujeito a censura prévia, mas a responsabilidade ulteriores, que devem ser expressamente fixadas em lei [...] não se pode restringir o direito de liberdade de expressão por vias e meios indiretos, tais como abuso

de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de frequência radioelétricas ou de equipamentos e aparelhos usados na difusão de informação, nem por quaisquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de idéias e opiniões (PERUZZO, 1998b, p.2).

Por conta disso, rádios de baixa potência e sem autorização do Ministério das Comunicações começaram a operar em vários pontos do Brasil, embora o movimento tenha encontrado maior resistência no Sul do país. O descontentamento com o sistema concentrador de canais de rádio e televisão foi fundamental para as conversações em torno da regulamentação das rádios comunitárias. No dia 10 de abril de 1995 o então Ministro das Comunicações, Sérgio Motta, recebeu representantes de rádios livres e reconheceu a existência de milhares de emissoras de baixa potência, assumindo o compromisso de regulamentar seu funcionamento (PERUZZO, 1998b, p.5).

Foi em novembro de 1995 que se institucionalizou o termo “rádio comunitária”, no I Encontro Nacional de Rádios Livres Comunitárias, definidas como aquelas que têm gestão pública, operam sem fins lucrativos e têm programação plural. Elas encaixam-se no perfil das chamadas rádios de baixa potência (PERUZZO, 1998a, p.252).

Mas, como citamos no capítulo anterior, apenas em 19 de fevereiro de 1998, entra em vigor a lei 9.612 que regulamenta o serviço de Radiodifusão Comunitária intitulado RADCOM. Em 2002, segundo Cláudia Lahni, a Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão indicava o funcionamento de dez mil rádios livres e comunitárias. Já o Fórum Democracia na Comunicação apontava o funcionamento de cerca de sete mil emissoras (LAHNI, 2002, p.62).

Se a regulamentação pelo Ministério das Comunicações seria o primeiro passo para a liberdade tão sonhada pelas emissoras livres, parece que isso acabou não bastando. Ao mesmo tempo, há pressão do oligopólio privado no sentido de impedir, desestimular ou proibir a formação de rádios comunitárias e de meios de comunicação alternativos (ARBEX JR., 2003, p.389).

As comunitárias têm pequeno alcance e só podem operar em uma frequência pré-determinada em todo o Brasil, com potência de 25 watts, atingindo poucos bairros de uma cidade de porte médio. Mesmo assim, se houver algum conflito de sinal entre

emissoras diferentes no espectro eletromagnético¹⁶, o Ministério das Comunicações poderia conceder um outro canal para as comunitárias.

Sob o pretexto de que as rádios comunitárias ou as anteriormente denominadas rádios livres atrapalhariam as aeronaves, que a emissão de sinais radiofônicos poderia causar acidentes aéreos, Ferraretto cita trecho do boletim *No ar*, editado pela Associação Brasileira de Rádio Comunitária (ABRAÇO), no qual os defensores das emissoras livres apresentam as afirmações de João de Ataliba Nogueira, engenheiro de instrumentos da Varig:

[...] nenhum tipo de radiofrequência adentra através da fuselagem das aeronaves comerciais modernas, pois elas são construídas para suportar todo tipo de intempérie ou interferência que possa prejudicar a segurança de nossos passageiros.

[...] Nossas aeronaves são testadas em todas as condições adversas, antes mesmo da primeira decolagem e nas demais revisões de rotina, pois qualquer avião sobrevoa os quatro cantos do planeta, em lugares com as mais diversas atividades de rádio possíveis (FERRARETTO, 2001a, p.187).

Com tal desculpa, várias emissoras foram fechadas em todo o Brasil desde a década de 1970, quando o movimento de rádios livres teve início no país. O Código Brasileiro de Telecomunicações previa “pena de detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos, aumentada da metade se houver dano a terceiro” para quem desrespeitasse a legislação e colocasse uma rádio livre no ar.

Por outro lado, as comunitárias pertencem a entidades criadas, em alguns casos, apenas para fazer jus à legislação e atender às exigências do Ministério das Comunicações. Essas entidades são associações ou fundações responsáveis pelas rádios comunitárias. Em alguns casos, tais associações recebem designações do tipo “obras assistenciais”.

[...] A lei aprovada está repleta de problemas. Os grupos de comunicação conseguiram impor uma série de restrições técnicas e burocráticas ao serviço de radiodifusão comunitária. Hoje, há pelo menos cinco mil pedidos de regularização na fila; as concessões são dadas em ritmo deliberadamente lento, sendo óbvio que as comunidades solicitantes não dispõem de recursos para

¹⁶ Espectro eletromagnético é “a faixa total de frequências empregadas em radiocomunicação, entre oito e aproximadamente 300 Gigahertz” (DE MARCO, 1991, p.44).

pagar advogados e fazer *lobby*. E não podem funcionar sem autorização, sob pena de ter seu material apreendido (ARBEX JR., 2003, p.389-390).

A legislação brasileira garante o direito de funcionamento, mas o próprio Ministério das Comunicações não é claro o suficiente, no sentido de disciplinar o conteúdo dos programas existentes atualmente nas Comunitárias. Disciplinar aqui não deve ser entendido como controlar, vigiar, mas sim, no sentido de garantir que a programação das rádios comunitárias não sirva somente aos interesses de grupos religiosos ou político-corporativos, o que não contribui em nada com a ampliação do capital social de uma comunidade.

4.2 As rádios livres no Vale do Itajaí

A chamada rádio corneta já era utilizada como forma de rádio livre no Vale do Itajaí, ou seja, a colocação de caixas de som em postes para irradiação de informações. Isso começou na década de 1940 quando a própria Rádio Difusora AM de Itajaí, emissora mais antiga da cidade e terceira em Santa Catarina, iniciou seus trabalhos. Por alguns anos a rádio não dispunha de transmissores e antena, mas lançava programação através do serviço de alto-falantes instalados na rua Hercílio Luz, principal via comercial de Itajaí. Na vizinha cidade de Navegantes, a praia de Gravatá foi palco de outra empreitada radiofônica no estilo rádio corneta, em plena década de 1990. Batizado de “Rádio Beach”, o serviço de utilidade pública era especializado em achados e perdidos, divulgação das condições do mar para os surfistas e tinha um alcance de 600 metros (SOUZA; TRAMONTE, 1997, p.83).

Foi também na década de 1990 que o fenômeno da radiodifusão livre ganhou força no Vale do Itajaí, especificamente na região de Itajaí. Incentivado pelo movimento de rádios livres iniciado em todo o Brasil, fenômeno detalhado acima, o padre Alvinho Broering, então pároco da Igreja Matriz de Navegantes, liderou a implantação de algumas rádios comunitárias pelo estado de Santa Catarina. Até hoje ele é o responsável pelo setor de rádios comunitárias da Arquidiocese da qual faz parte, ou

seja, de Florianópolis. Auxiliou na implantação, inclusive, de emissoras que não tinham ligações com a igreja católica. É estudioso da legislação e dos procedimentos técnicos para implantação das rádios comunitárias.

Padre Alvino foi o pioneiro na implantação de uma emissora livre, ou seja, sem autorização de funcionamento, quando colocou no ar a Rádio Maristela FM, em Navegantes, emissora ligada à Igreja Matriz da cidade, onde trabalhava na época. A atitude ousada do padre ocorreu em 1997 e durou cerca de três meses até que a ANATEL apreendeu todos os equipamentos e retirou a rádio do ar. Por todo o Brasil atitudes similares estavam sendo promovidas por segmentos da sociedade cansados de esperar pela regulamentação de emissoras de rádio destinadas a atender a comunidade. Durante muitos anos o próprio padre Alvino pleiteou o direito de funcionamento de rádios comunitárias sem o aval de uma lei específica. Liminares pelo Brasil deram ganho de causa a várias entidades. Em alguns lugares, segundo o padre, quando a ANATEL fechava arbitrariamente as emissoras, a justiça mandava que os próprios técnicos da ANATEL subissem nas torres das igrejas e religassem os transmissores. Em Santa Catarina, porém, nenhuma liminar foi autorizada pela justiça para operação de rádios comunitárias. Padre Alvino atribui o fato ao poderio de grupos políticos e econômicos como a RBS. Anos mais tarde o padre iria inaugurar a primeira rádio comunitária de Itajaí, a Rádio Conceição FM.

Depois da Maristela FM, várias iniciativas livres foram ao ar na região de Itajaí. Atualmente existem pelo menos quatro emissoras em situação irregular operando nas cidades de Itajaí e Navegantes. Por enquanto elas são livres, não possuem autorização de funcionamento. O que impressiona é que nenhuma permanece na clandestinidade, ou seja, informam telefone, endereço, não se escondem mesmo com a possibilidade de repressão policial.

Em Navegantes existe a Navega FM (91.5MHz), pertencente à Associação Comunitária Independente Cultural de Navegantes. Está localizada na avenida Armação, esquina com a rua Valdemar Krüger, no bairro Gravatá. Os diretores afirmam tratar-se de uma rádio comunitária mas ela ainda não tem autorização. A emissora encaminhou projeto ao Ministério das Comunicações há dois anos embora a rádio já esteja no ar há três anos sem sofrer qualquer interferência da ANATEL. Até o momento

(julho de 2005) não houve resposta sobre a autorização para execução do serviço. O problema maior enfrentado no dia-a-dia, segundo um dos responsáveis pela emissora, é a falta de interesse da comunidade em aceitar a rádio, em fazer parte dela, atribuído a um suposto problema cultural de Navegantes (informação verbal)¹⁷. A programação da rádio é constituída de músicas sertanejas, evangélicas e internacionais dançantes com espaço para informativo jornalístico.

Outras duas emissoras do município estão no ar sem autorização do Ministério das Comunicações. Uma é a Rádio Sião FM (96.7mHz) do Movimento Desafio Jovem Monte Sião, uma casa de recuperação de dependentes químicos existente há 12 anos e vinculada à Igreja Pentecostal Monte Sião. A emissora está no ar há dois anos e meio. Na estação, localizada no bairro São Paulo, predomina a programação musical evangélica. Há também prestação de serviço através do atendimento de ouvintes via telefone (informação verbal)¹⁸. A terceira emissora livre navegantina é a Rádio Tropical FM (104.9 mHz), situada no loteamento Porto das Balsas e vinculada à Igreja Ministério Tenda dos Milagres (informação verbal)¹⁹.

No bairro Cordeiros, em Itajaí, também há uma rádio livre em operação. Trata-se da No Limite FM (104.5mHz), com programação musical nos estilos sertanejo, gauchesco e moda de viola. O responsável pela emissora promovia festas e bailes até que teve a idéia de montar uma rádio. A emissora também não é clandestina e está em operação desde o dia 27 de janeiro de 2004. A No Limite ainda não encaminhou a documentação para Brasília (informação verbal)²⁰. Como não há um projeto, também não há sequer uma associação por trás da rádio. Mesmo assim, a emissora é atuante. Promove o Natal das crianças das imediações da Capela Santa Maria e outras atividades culturais no bairro. O diretor da emissora recebe apoio de duas associações de moradores, embora a rádio não seja vinculada a nenhuma delas. Uma é a Associação do loteamento Jardim Progresso e a outra é a Associação de Moradores do

¹⁷ Informação concedida em depoimento fornecido pelo responsável da Rádio Navega FM, durante o Segundo Seminário sobre Rádio Comunitária realizado em Blumenau, no dia 27 de novembro de 2004.

¹⁸ Informação concedida durante entrevista fornecida pelo responsável da Rádio Sião FM, em 21 de janeiro de 2005.

¹⁹ Informação concedida durante entrevista fornecida por um dos colaboradores da Rádio Tropical FM, em 21 de janeiro de 2005.

²⁰ Informação concedida durante entrevista fornecida pelo responsável da Rádio No Limite FM, em 21 de janeiro de 2005.

loteamento Jardim Esperança. Mesmo assim, o diretor aguarda ansioso por uma conversa com o responsável pela Igreja de São Cristóvão, para concretizar mais um apoio à emissora.

4.3 A regularização do rádio de baixa potência

As rádios de baixa potência são consideradas todas aquelas que possuem transmissores menores do que 250 watts. Estão incluídas, portanto, todas as rádios comunitárias, já que estas possuem potência dez vezes inferior, apenas 25 watts. Somente para explicitar o que estes números representam, vale destacar que emissoras comerciais de grandes centros como São Paulo chegam a operar com 200 mil watts de potência.

De acordo com informações de Dioclécio Luz²¹, um dos líderes do movimento em favor das rádios comunitárias, as investidas em torno de uma rádio popular começaram na década de 1970, no Brasil, como destacado acima, mas as conversações em torno daquilo que seria denominado rádio comunitária iniciaram apenas na década de 1990. A partir de 1996 a vontade popular chegou ao Congresso Nacional. Em abril daquele ano várias entidades civis se reuniram com integrantes do Partido dos Trabalhadores e promoveram um seminário para debater o assunto que contou com a presença de 400 representantes de emissoras de todo o Brasil. Cerca de 80 deputados e senadores manifestaram apoio à iniciativa.

Oito projetos de lei propondo a regulamentação do serviço de rádio comunitária haviam sido encaminhados ao Congresso até o final daquele ano. Entre eles, um projeto encaminhado pelo Governo que estabelecia um alcance máximo de apenas 400 metros para cada emissora. O primeiro projeto foi do deputado Arnaldo Faria de Sá (PPB-SP). Por isso, várias modificações presentes nos textos dos projetos posteriores foram adequadas ao primeiro. No dia 9 de maio de 1997 a Comissão de Constituição e

²¹ Informações colhidas através de artigo publicado por Dioclécio Luz, representante do movimento em defesa das rádios comunitárias, em espaço cedido pelo deputado federal Walter Pinheiro (PT-BA), na Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação (ENECOS).

Justiça aprovou o projeto e encaminhou-o para o Senado, sendo aprovado em plenário no dia 28 de janeiro de 1998 e, em 19 de fevereiro do mesmo ano, a lei 9.612/98 das rádios comunitárias era sancionada. O Decreto nº 2.615/98 que regulamenta as rádios foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 4 de junho de 1998 e as Normas Operacionais no DOU de 7 de agosto do mesmo ano. A Resolução do Ministério das Comunicações sobre a frequência única de operação das rádios em todo o Brasil foi publicada em 28 de setembro de 1998 (LUZ, 2005).

Ainda em 1996 foi criado o Coletivo Petista no Congresso Nacional, em defesa das rádios comunitárias. No dia 1º de junho de 1999 foi instalada a Frente Parlamentar em Defesa das Rádios Comunitárias, com assinatura de mais de cem parlamentares de vários partidos. Em 2 de maio de 2000, 70 deputados dos mais diversos partidos deram entrada, como co-autores, no Projeto de Lei 2.949/00, que propõe mudanças na atual legislação (IBIDEM, 2005).

A atual legislação foi imposta pelos partidos aliados do Governo e pelo *lobby* da ABERT no Congresso Nacional. Ela é inaceitável pelo movimento. A determinação do movimento é não obedecer a esta legislação [...] Outro grande inimigo das RCs é o Governo FHC. Durante a discussão do tema na Câmara, o Executivo nunca mandou um representante para discutir com os parlamentares e quis imprimir à Lei os interesses da ABERT. Uma das propostas da ABERT era que as RCs alcançassem apenas 1 Km. Durante o debate, a proposta foi descartada. Mas o Governo, vergonhosamente, depois da lei aprovada, empurrou isto no Decreto Regulamentador. O Governo reprimiu e continua reprimindo as rádios comunitárias (IBIDEM, 2005).

4.4 O processo de conquista do canal comunitário

A facilidade política e empresarial em obter canais de rádio e televisão no país inteiro e, especialmente em Santa Catarina, destacada no segundo capítulo deste trabalho, contrasta com a burocracia gerada em torno da liberação das rádios comunitárias. As entidades que se habilitam a operar um canal de rádio comunitária nem sempre são atendidas. Algumas estão há quase oito anos esperando pela autorização. Muitas vezes, os pedidos tramitam durante anos na esfera federal ou

simplesmente são arquivados. Difícil é entender a burocracia vinculada à liberação desses canais.

Tudo deveria começar com uma associação entre pessoas de uma determinada comunidade que possuem a vontade, o desejo de ocupar um canal de comunicação eficiente e rápido, como é o rádio, e fazer dele um porta-voz junto à população envolvida. Antes de ir para o ar, essa emissora precisa ser muito bem planejada, estudada, sem esquecer de toda a parte jurídica da associação. A entidade então dirige requerimento ao Ministro das Comunicações demonstrando o interesse e solicitando um canal para a localidade. O requerimento – que pode ser conseguido pela Internet – deve ser preenchido com todos os detalhes solicitados. Ao Ministério caberá dar prosseguimento ao pedido, interrompê-lo ou arquivá-lo. Se o pedido seguir adiante, então haverá publicação de Aviso de Habilitação àquela entidade, ou seja, ela estará apta a continuar lutando pela emissora. Se ele for sobrestado (interrompido) é porque havia outro pedido para exploração do serviço na mesma localidade. Portanto, ele terá que aguardar a tramitação do pedido anterior. Caso essa solicitação anterior seja indeferida, os novos solicitantes entram no páreo. O pedido será arquivado quando não houver canal designado para o município no Plano de Referência para a Distribuição de Canais do Serviço de Radiodifusão Comunitária (PRRADCOM), da ANATEL ou quando a distância entre essa estação candidata for inferior a quatro quilômetros de uma já existente, ou seja, quando já houver outra entidade autorizada naquela localidade pretendida. Depois de habilitada, a entidade deve requerer autorização para executar o serviço de radiodifusão comunitária.

Toda a documentação necessária, como estatuto da entidade, relação dos associados e outras exigências que garantem a entrada no Ministério das Comunicações devem ser enviadas para Brasília. Depois de selecionada, a entidade deve apresentar um projeto técnico no prazo de trinta dias sobre a instalação da emissora, características de equipamentos, localização etc. A autorização de execução do serviço é outorgada através de portaria do Ministro das Comunicações. O Ministério publica um resumo da autorização no Diário Oficial da União e na Internet. O próprio Ministério encaminha à Casa Civil da Presidência da República para que seja elaborado

um projeto de lei, afinal, para cada emissora de rádio há necessidade de um projeto de lei específico, o que amplia enormemente o caráter burocrático.

O projeto de lei é então encaminhado ao Congresso Nacional para apreciação de três comissões na Câmara dos Deputados e outras três comissões no Senado. Em cada uma dessas comissões o prazo máximo é de 45 dias. Votado e aprovado, o projeto segue para sanção presidencial. No total dos 90 dias no Congresso, se ainda não obtiver a licença para funcionamento, a entidade pode solicitar uma autorização provisória junto ao Ministério das Comunicações, o que vem ocorrendo com frequência em todo o Brasil. Se for liberada a licença definitiva para a emissora e esta ainda não operava com licença provisória, terá então prazo de seis meses para entrar no ar e poderá operar em caráter experimental por no máximo trinta dias. Após a aprovação pelo Congresso Nacional e expedição de Decreto Legislativo, o Ministério das Comunicações emite a licença para funcionamento de estação, a definitiva, que na verdade tem validade de dez anos.

Para explicar a morosidade do processo, o padre Ângelo Bussolo, representante da Rede Brasil de Comunicação Cidadã e tesoureiro da ABRAÇO em Santa Catarina, utilizou dados fornecidos pelo Ministério das Comunicações, durante o Segundo Encontro de Rádios Comunitárias, realizado em Blumenau. De acordo com Bussolo, dos cerca de 7.200 pedidos enviados ao Ministério das Comunicações, 4.564, ou seja, mais da metade, foram arquivados (informação verbal)²². Os motivos são vários, desde a perda de prazo para apresentação dos documentos, erros cometidos no preenchimento ou até mesmo a inexistência de endereços das pessoas responsáveis. Em Santa Catarina, segundo ele, 269 entidades entraram com pedido, 35 foram autorizados; 30 estão parados na Casa Civil, porém estas emissoras já funcionam porque conseguiram liminares da justiça; 107 foram arquivados e outros 37 estão em “exigências”. Nestes casos, houve interrupção do processo porque as entidades solicitantes precisam comprovar dados apresentados. Outros 50 continuam tramitando normalmente sem perspectivas de prazo para aprovação.

²² Informação fornecida em depoimento concedido pelo padre Ângelo Bussolo durante o Segundo Seminário de Rádios Comunitárias realizado em Blumenau, em 27 de novembro de 2004.

4.5 Atual situação das rádios comunitárias no Brasil

As ligações político-partidárias para distribuição dos canais de rádio e televisão por todo o Brasil renovariam as reivindicações pela democratização dos meios de comunicação. Era preciso haver alguma saída, uma emissora pelo menos que falasse a “língua do povo”, que fosse feita “para e pelo povo”, para usar os termos popularizados no debate. Uma emissora de rádio que estivesse acima de quaisquer interesses econômicos e individuais e servisse a determinada comunidade. Depois do surgimento de milhares de rádios livres por todos os cantos da Federação, a pressão popular e, principalmente, dos empresários da comunicação, forçou o governo a instituir o serviço de Radiodifusão Comunitária (RADCOM), para controlar o rápido crescimento numérico de rádios livres e legalizar iniciativas de igrejas, políticos ou das comunidades que requeressem o direito de ter uma emissora de rádio com baixa potência.

O serviço RADCOM está presente em todos os estados brasileiros. Atualmente (fevereiro de 2005), segundo (MINASSIAN, 2004), já são 2.190 licenças liberadas para a exploração do serviço de rádio comunitária. Conforme a ANATEL (2004), o estado de Minas Gerais é o que concentra o maior número de emissoras: 425. Em seguida vem São Paulo, com 285 rádios comunitárias em funcionamento, seguido por Bahia, com 159; Paraná, com 140; Ceará, com 132; Goiás e Pernambuco, com 113.

Esses números poderiam ser considerados ótimos se estas rádios realmente estivessem sendo utilizadas para os devidos fins, ou seja, como porta-vozes de comunidades. Mas é interessante destacar que se a realidade do Vale do Itajaí em Santa Catarina for semelhante a dos demais municípios brasileiros, as licenças para as rádios comunitárias podem estar caindo nas mãos de pessoas que pouco ou nada têm a ver com as comunidades abrangidas pelos sinais.

A regulamentação do serviço de Rádio Comunitária no Brasil, em 1998, é considerada o “golpe de misericórdia” contra o desejo popular em termos de democratização dos meios de comunicação. Ao regulamentar o serviço o governo pôs fim às rádios livres que estavam operando ilegalmente. A partir daquela data, toda forma de emissão radiofônica sem a licença da ANATEL, no caso das rádios

comunitárias, seria vista como clandestina, passível de apreensão dos equipamentos e de prisão daqueles que fizessem uso dos mesmos. Não que isso não ocorresse anteriormente à lei, mas, a partir daquele momento, as investidas livres seriam mais controladas.

Por todo o Brasil começam a surgir emissoras de baixa potência com características semelhantes às rádios comerciais ou então apenas como disseminadoras de conteúdo religioso, transformadas em verdadeiras igrejas eletrônicas. A participação popular tão sonhada, a busca da identidade em novos meios de comunicação que fossem feitos pelo povo e não somente para o povo, acabaria com o decreto-lei de 1998.

De lá para cá, poucas iniciativas populares se destacam como detentoras de rádios comunitárias. A utilização por políticos que fazem do rádio um palanque eletrônico ou padres e pastores de igrejas as mais diversas, na tentativa de buscar fiéis através do rádio, tomou conta das rádios comunitárias.

Umam pregam palavras de louvor a Deus, outras vendem espaços da programação e apoios culturais que mais parecem anúncios publicitários idênticos aos das rádios comerciais. As populares conservariam, mesmo que minoritariamente, o conteúdo de uma verdadeira rádio comunitária, feita e mantida por integrantes de determinada comunidade. O que também prevalece é a falta de horizontalidade na gestão. A grande maioria apresenta proprietários, são os “donos”, aqueles que mandam no que vai ou não para o ar, aqueles que têm vínculo com partidos políticos ou até mesmo políticos profissionais que se apropriam das concessões destas rádios em benefício próprio.

Diversas reportagens de jornais de grande circulação demonstram a falta de critérios por parte do Ministério das Comunicações, na distribuição dos canais referentes à rádio comunitária, como denuncia matéria assinada pela jornalista Laura Mattos da Folha de S.Paulo intitulada “Família de ministro é ligada à rádio pirata” (MATTOS, 2004). Segundo a reportagem, de 2 de fevereiro de 2004, a família do Ministro das Comunicações Eunício Oliveira (PMDB-CE) tinha ligações com uma emissora chamada ELO, sigla de Eunício Lopes de Oliveira, que operava irregularmente, sem autorização, no município de Lavras de Mangabeira, no Ceará. A

emissora foi fechada pela ANATEL em junho de 2003. “Apresentava-se como comunitária e operava em nome da Fundação Cultural e Beneficente Otoni Lopes de Oliveira (pai do ministro) - que é dirigida por Discinelha de Oliveira (mãe dele)” (MATTOS, 2004).

Outra denúncia vinda da Folha de S.Paulo em 6 de outubro de 2003 é a instalação da Rádio Esperança FM (até então sem autorização do Ministério das Comunicações) em Guaribas, no Piauí, patrocinada pelo governo do PT, por ser uma cidade-piloto para o programa Fome Zero (MATTOS, 2003b).

Em outra reportagem, da mesma data, o jornal afirmava que o PT já havia acusado o governo de Fernando Henrique de ter utilizado politicamente a distribuição das rádios comunitárias. Segundo o texto, os deputados Gilmar Machado (MG) e Walter Pinheiro (BA) exigiram esclarecimentos dos tucanos sobre o projeto "Portal Alvorada". Os petistas suspeitavam que o governo anterior estaria planejando distribuir mil rádios comunitárias em regiões carentes do Brasil, em troca de que essas rádios se comprometessem a retransmitir o que o governo quisesse. “Há atualmente no país mais de 2.000 emissoras desse tipo regularizadas. Já o número das sem autorização deve chegar perto de 15 mil, nos cálculos de José Sóter, da ABRAÇO (Associação Brasileira de Rádios Comunitárias)” (PETISTAS..., 2003).

Em 21 de outubro de 2001 a Folha de S.Paulo destacou mais uma vez o uso político das rádios comunitárias. Sob o título “Pimenta da Veiga distribui rádios a aliados em MG”, a reportagem de Wladimir Gramacho destacava que o então Ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga (PSDB-MG), decidiu acelerar a abertura e a legalização das emissoras comunitárias principalmente no estado mineiro. “Dentre as 138 autorizações dadas para todo o país pelo ministério em 2001, 94 saíram no último dia 2 de outubro. A nova onda de rádios comunitárias interrompeu um longo período de escassez para esse tipo de concessão” (GRAMACHO, 2001). Entre as intenções do Ministro, segundo a reportagem, estava favorecer aliados políticos no estado de Minas Gerais, porque queria concorrer ao governo estadual nas eleições de 2002.

4.6 Relação conflituosa envolve entidades nacionais

Três entidades representativas de rádios comunitárias foram criadas desde a legalização das emissoras de baixa potência, ocorrida em 1998: ABRAÇO, ANCARC e RBC. Os conflitos internos, entre os integrantes de algumas dessas entidades, reflete a falta de entrosamento em torno dos mesmos objetivos. A conseqüência desse problema nacional afeta cada emissora de rádio que ainda não conseguiu sua autorização de funcionamento, além de enfraquecer cada vez mais o movimento em torno da democratização dos meios de comunicação. Em vez de unirem-se pelos mesmos ideais, interesses próprios parecem sobressair nas entidades.

A Associação Brasileira das Emissoras de Rádios Comunitárias (ABRAÇO) surgiu em 1996. A entidade tem ligações com a Central Única dos Trabalhadores. No quinto Congresso Nacional realizado em 2003, contou com a presença de 168 delegados de 17 estados brasileiros (ANEXO E). A instituição defende que, sem democracia na comunicação, não há democracia de forma alguma: nem racial, nem de gênero, nem econômica, política, social, jurídica, educacional etc. (ABRAÇO, 2005). Estimula a desobediência civil por meio de proliferação de rádios sem outorga do governo. Alguns integrantes ocupam a secretaria geral do Fórum pela Democratização da Comunicação (FNDC) na gestão que começou em 2004 e termina em 2006. Possui membro na Câmara dos Deputados, diretamente ligado à Campanha “Ética na TV”, que pretende melhorar a qualidade dos programas exibidos na televisão brasileira. A ABRAÇO faz parte da Rede Mundial de Rádios, que congrega mais de 600 emissoras de todo o planeta.

Em virtude das brigas internas na ABRAÇO, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) decidiu criar uma entidade que cuidasse dos interesses das rádios comunitárias de inspiração católica. Com isso, surgiu em Atibaia, São Paulo, ainda em 1996, a Associação Nacional Católica de Rádios Comunitárias (ANCARC). O vice-presidente nacional é o padre Alvino Broering, responsável pela Rádio Conceição FM de Itajaí.

Representantes da ABRAÇO e da RBC (terceira entidade) consideram a ANCARC muito ortodoxa, fiel demais à lei (informação verbal)²³. Várias emissoras comunitárias de inspiração católica não são filiadas à ANCARC, como é o caso da rádio de Jaguaruna, em Santa Catarina, comandada pelo padre Angelo Bussolo.

O vice-presidente da ANCARC não sabe ao certo quantas emissoras são filiadas, não há controle, segundo padre Alvino. Ele faz questão de afirmar que a associação é católica, mas tem caráter ecumênico e as rádios filiadas a ela são abertas à participação da comunidade em geral (informação verbal)²⁴. Mesmo assim, a ANCARC é considerada pela ABRAÇO e pela RBC como a mais direitista das organizações que “controlam” as rádios comunitárias. Não permite a operação das emissoras de forma livre, ou seja, sem concessão ou liminar da justiça para funcionamento. É contra a existência dessas emissoras. Já no caso da ABRAÇO e da RBC, várias emissoras filiadas a estas instituições ainda não receberam autorização do Ministério das Comunicações, como é o caso da rádio de Jaguaruna. Há oito anos a entidade espera pela regularização, mas está no ar.

A Rede Brasil de Comunicação Cidadã (RBC) é uma espécie de dissidência da ABRAÇO. Fundada entre os dias 2 e 4 de novembro de 2001, durante o Encontro Nacional de Rádios e TVs comunitárias de Ouro Preto, em Minas Gerais, a entidade já contava desde a fundação com o apoio de 148 emissoras espalhadas pelo Brasil, entre elas algumas catarinenses, principalmente as rádios vinculadas à Associação das Rádios Comunitárias do Sul de Santa Catarina (ARCOS), representada pelo padre Angelo Bussolo, responsável pela Rádio Comunitária Sambaqui, em Jaguaruna. Padre Angelo faz parte do Conselho Fundador da RBC e afirma seguir as determinações da entidade da qual participa ativamente, embora também ocupe o cargo de tesoureiro da ABRAÇO em Santa Catarina (informação verbal)²⁵. Para ele, esse fato não é contraditório, já que apesar das diferenças de opiniões, as duas entidades defendem a

²³ Informação fornecida em depoimento concedido pelo padre Ângelo Bussolo, durante o Segundo Seminário de Rádio Comunitária, realizado em Blumenau, em 27 de novembro de 2004.

²⁴ Informação fornecida durante entrevista concedida pelo padre Alvino Broering, em 27 de setembro de 2004.

²⁵ Informação fornecida durante entrevista concedida pelo padre Ângelo Bussolo, em 27 de novembro de 2004.

mesma coisa: o maior espaço para as rádios comunitárias e uma revisão urgente da legislação do serviço RADCOM.

A proposta da RBC, já organizada em todos os estados da Federação, é ser alternativa ao modelo anteriormente implantado pela ABRAÇO que, segundo o padre Angelo Bussolo, mantém fortes ligações político-partidárias, em especial, com o Partido dos Trabalhadores.

4.7 Iniciativas populares perdem espaço nas atuais rádios comunitárias

Por todo o Brasil a legalização das rádios comunitárias, ocorrida em 1998, acabou se transformando na perda da identidade popular. As rádios que deveriam servir às comunidades, sobretudo as carentes, acabaram virando canais alternativos para cidades onde o número de rádios no espectro eletromagnético já havia alcançado o limite permitido pelo Ministério das Comunicações.

Cláudia Lahni cita as conclusões de Marta Maia no tocante à legislação das rádios comunitárias:

[...] a recente atitude do governo federal de enquadrar este movimento – de rádios livres e comunitárias – por intermédio de uma legislação regulamentadora [...], aparece mais como uma tentativa de inibir a proliferação destas emissoras do que uma possibilidade real de ampliação do espaço eletromagnético para novas vozes (LAHNI, 1999, p.15).

Uma das maiores pesquisadoras de rádio no Brasil, Nélia Del Bianco, é citada por Fuser ao alertar para este problema já em 1998, mesmo ano da regulamentação do serviço RADCOM.

É preciso desmistificar o papel realmente exercido pelas emissoras comunitárias no Brasil, pois, muito mais que representar alternativas de comunicação participativa e democrática, têm se transformado em claro instrumento de autopromoção de políticos conservadores e ferramenta de difusão de vertentes religiosas evangélicas e carismáticas (FUSER, 1998, p.57).

De acordo com pesquisa realizada por Bruno Fuser, em Campinas, apenas três das 14 emissoras ditas comunitárias na cidade, em 1998, possuíam características que permitiam considerá-las “como parte de um esforço de construção de uma comunicação dialógica, com a participação da população da comunidade, instrumento de exercício de cidadania” (FUSER, 1998, p.59). Entre as emissoras analisadas, o autor identificou três tipos de rádios entre as comunitárias: as religiosas, as comerciais e as populares. As primeiras são as chamadas igrejas eletrônicas. As comerciais, neste caso, seriam as rádios comunitárias que vendem espaços na programação para terceiros ou então anúncios a título de “apoio cultural”. Emissoras que anunciam, inclusive, produtos e serviços de empresas distantes da sede da rádio, o que é considerado ilegal pela legislação do serviço RADCOM. Apenas as últimas se enquadrariam nas características reais de uma rádio comunitária. Portanto, essa classificação é importante para estabelecer os verdadeiros tipos de emissoras que promovem laços de solidariedade e oportunizam a ampliação de capital social.

Ponto fundamental desta pesquisa é o esclarecimento dos tipos diferentes de rádios comunitárias em funcionamento no Brasil, já que um dos objetivos deste trabalho é identificar a existência de rádios realmente “comunitárias” no Vale do Itajaí. Por isso, a classificação elaborada pelo pesquisador Bruno Fuser é tomada de empréstimo neste trabalho, por ser considerada de extrema importância para esta pesquisa.

4.8 Emissoras clandestinas são lacradas em todo o Brasil

O trabalho da Agência Nacional de Telecomunicações é o de fiscalizar, sobretudo, as condições técnicas das emissoras que foram agraciadas com a licença para funcionamento. Se as emissoras estiverem utilizando potência acima da permitida para operação dos serviços (25 watts), se a antena transmissora estiver afastada da sede da emissora ou tiver mais de 30 metros de altura, se os equipamentos estão interferindo em outros serviços como canais de televisão etc.

Mesmo assim, percebe-se que o grande número de emissoras lacradas pelo órgão serve muito mais como ação repressora das iniciativas populares de radiodifusão do que de controle quanto a questões técnicas. Segundo uma fonte do escritório da ANATEL em Santa Catarina²⁶, a intenção é fiscalizar os meios operacionais, técnicos e não de conteúdo. Segundo ela, pouco importa se a rádio é uma igreja eletrônica ou se tem vínculo com políticos. O importante, para a ANATEL, é saber se aquela emissora tem licença para operar. Se tiver, permanece no ar e não sofre qualquer sanção. Se não apresentar a licença, a Polícia Federal é acionada e apreende todos os equipamentos da rádio, além de deter os operadores, locutores e quem mais prestar serviços a ela. De acordo com esta fonte, foram lacradas, em Santa Catarina, cerca de 50 emissoras irregulares durante 2004, somente até o mês de setembro.

Esse número pode ser considerado modesto em relação ao fechamento de rádios sem autorização, no mesmo período, em todo o Brasil. Conforme informações presentes no site da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), em agosto de 2004 foram lacradas 14 emissoras em São Paulo (MOURA, 2004c). Em junho foram fechadas outras 25 emissoras no mesmo estado, ainda de acordo com a ABERT (MOURA, 2004a).

Em agosto de 2004 o mesmo site informava que outras rádios por todo o Brasil haviam tido suas transmissões interrompidas. “Durante o mês de julho, a ANATEL, com a colaboração de agentes da Polícia Federal, lacrou diversas emissoras que estavam operando ilegalmente na Bahia e no Piauí” (MOURA, 2004d).

Emissoras ditas comunitárias também operavam ilegalmente no Rio Grande do Sul, segundo a ABERT. “A Polícia Federal lacrou 04 (quatro) emissoras ilegais que estavam operando no Vale do Taquari (RS), mais precisamente duas na cidade de Lajeado, uma em Imigrante e a quarta em Santa Clara do Sul” (MOURA, 2004b).

Conforme noticiado por “O Informativo do Vale”, periódico que circula de segunda a sábado, “os equipamentos das rádios foram apreendidos e levados para a Polícia Federal, em Porto Alegre, que definirá o destino do material. Os

²⁶ Todas as informações atribuídas a esta fonte foram concedidas durante entrevista, na sede da ANATEL, em Florianópolis, em 3 de setembro de 2004. Por motivos compreensíveis, a fonte não quis ter seu nome divulgado na pesquisa.

processos foram encaminhados à Vara Federal de Lajeado". Segundo o delegado Marcos Rogério Peroto, entrevistado pelo referido órgão de imprensa, "trata-se de um crime federal porque contraria a concessionária, que é a União" e as pessoas que exploram ilegalmente atividade de radiodifusão podem "pegar de dois a quatro anos de prisão e devem pagar uma multa de R\$ 10 mil". (MOURA, 2004b).

Ainda no Rio Grande do Sul, a Associação Gaúcha das Emissoras de Rádio e Televisão (AGERT) noticiou o que considerou uma afronta à legislação brasileira, já que uma emissora livre de Uruguaiana promoveu um debate entre os candidatos a prefeito da cidade. Segundo a AGERT, Uruguaiana, na fronteira com o Uruguai, é o município gaúcho com o maior número de emissoras ilegais. A notícia foi publicada no site da Associação Catarinense das Emissoras de Rádio e Televisão (ACAERT).

O diretor da Rádio Pampeana, Paulo Sant'ana, informou a irregularidade à AGERT na semana anterior à da data que iria ao ar o debate ilegal na Rádio Comunidade 104.5, que não tem autorização para funcionar. O presidente da entidade, Afonso Antunes da Motta, entrou em contato com o presidente do TRE, Paulo Augusto Monte Lopes para acionar a justiça eleitoral de Uruguaiana. O juiz eleitoral da cidade proibiu o programa porque a rádio não cumpriu com uma das regras eleitorais estabelecidas (EMISSORA..., 2004).

No Extremo-Oeste de Santa Catarina a ANATEL também lacrou emissoras que se diziam comunitárias. A informação do Jornal A Notícia de 14 de julho de 2004 sobre a força-tarefa na região foi citada pelo site da ACAERT. Segundo a nota, a emissora de Itapiranga já havia sido lacrada um ano antes, mas os proprietários apenas mudaram de endereço e colocaram a rádio no ar novamente, prática comum entre as pessoas que não possuem licença para operar uma rádio. Até aquele momento o jornal informava que a ANATEL havia fechado 19 emissoras clandestinas no estado (FORÇA-TAREFA..., 2004).

Foi também no Oeste que um fato curioso ocorreu, quando do fechamento de uma rádio ligada à igreja católica. Segundo padre Angelo Bussolo, na cidadezinha de São João do Oeste, o padre local havia colocado no ar uma rádio sem autorização. Ele combinou com a comunidade que, caso o sino tocasse intermitentemente, todos deveriam correr para a igreja. Num certo dia, conta Bussolo, os fiscais da ANATEL e a Polícia Federal chegaram na emissora com a intenção de tirá-la do ar. O sino começou

a tocar e mais de 500 pessoas impediram que a rádio fosse tirada do ar. A pressão popular, neste caso, intimidou os fiscais da agência nacional (informação verbal)²⁷.

Quando da utilização do espectro de radiofrequência sem autorização, trata-se de crime previsto no Artigo 183 da Lei de Telecomunicações, 9.472 de 1987, por desenvolver clandestinamente atividades de telecomunicação. A pena é de dois a quatro anos de prisão mais multa de R\$ 10 mil. O próprio presidente da ABRAÇO em Santa Catarina, que luta por uma emissora na cidade de Tangará, no Oeste do Estado, foi preso, recorreu e a reclusão acabou substituída por pena alternativa. Toda semana ele presta serviços à comunidade.

A própria ACAERT publicou em 2002, em seu site de notícias, a relação das emissoras fiscalizadas pela ANATEL naquele ano. A grande maioria foi lacrada por estar no ar sem a autorização do Ministério das Comunicações. Caso particular foi o fechamento da Rádio Fortaleza de Blumenau, emissora que funcionou durante anos sem autorização. A história da emissora será detalhada no próximo capítulo.

²⁷ Informação fornecida em depoimento concedido pelo padre Angelo Bussolo durante o Segundo Seminário de Rádio Comunitária realizado em Blumenau, em 27 de novembro de 2004.

QUADRO 3: Emissoras lacradas somente em 2002 em Santa Catarina

Emissoras em situação irregular
- Ass. Com. De Agrolândia- FM Agrolândia Lacrada
- Ass. Com. Águas Chapecó-FM Águas de Chapecó Lacrada
- Ass. Rad. Com. Fortaleza- FM Blumenau Lacrada
- Ass. Rad. 8 de Novembro- FM Campo Belo do Sul Não Lacrada
- Ass. Mor. Três Porteiras-Est. Terrest. Campos Novos Lacrada
- Alternativa FM- FM Catanduvas Lacrada
- Rd. Com. Pedra Branca- FM Coronel Martins L. violado
- Soc. Educ. de TV SC- Trans. Progr. Criciúma Lacrada
- Soc. Educ. Criciúma de TV- Criciúma Lacrada
- Rádio Cultura- FM Criciúma Não Lacrada
- Ass. Amigos Bairro Vila Zuleima- FM Criciúma Lacrada
- Rd. Com. Garuva- FM Garuva Lacrada
- Ass. Cult. Porto de Gravatal- FM Gravatal Lacrada
- Ass. Rd. Guaraciaba- FM Guaraciaba Não Lacrada
- Rádio Nova Dimensão- FM Ilhota Lacrada
- RCI- Rd. Com. Itapirubá- FM Imbituba Lacrada
- Rádio Boa Nova- FM Ipira Não Lacrada
- Ass. Mor. Verde de Irienópolis- FM Irienópolis Lacrada
- Seara Alimentos- Radioamador Itajaí Lacrada
- Ass. Amigos da R.C.- FM Jacinto Machado Lacrada
- Darli Valle de Oliveira- FM Joinville Lacrada
- Ass. Rd. Com. Mauritana- FM Joinville Lacrada
- Ass. Com. Nova Brasília- FM Joinville Lacrada
- Ass. Rad. Com. Alegria- FM Joinville Lacrada
- Ass. Amigos Radcom Aventureiros Joinville Lacrada
- Ass. Mor. Do Costa e Silva- FM Joinville Lacrada
- Rádio Renascer 93,3 FM Joinville Lacrada
- Rádio Líder 98,1- FM Joinville Lacrada
- Rádio Estrela de David- FM Joinville Lacrada
- Ass. Mor. Jd. Florense- FM Joinville Lacrada
- Ass. Panaguá 96,1- FM Joinville Lacrada
- Ass. Cul. Com. Lagunense- FM Laguna Lacrada
- Ass. Desenv. Com.- FM Lebon Régis Relacrada
- Ass. Rad. de Meleiro- FM Meleiro Relacrada
- Rádio Verdes Matas- FM Monte Carlo Relacrada
- Rádio Cidade- FM Monte Carlo Não Lacrada
- Rádio Novo Horizonte- FM Monte Carlo Não Lacrada
- Rádio Alternativa 103,9- FM Papanduva Lacrada
- Ass. Rad. Cidadania- Rd. Com. Passo de Torres Lacrada
- Ass. Rádio Com. Trentina- FM Rodeio Lacrada
- Rádio Com. 97,7- FM São João do Sul Lacrada
- Ass. Rad. Com. Quebra Gelo- FM São Joaquim Não Lacrada
- Ass. Rd. Com. São Ludgero- FM São Ludgero Lacrada
- Rádio Cultura 105.9- FM S. Miguel do Oeste Lacrada
- Rd. Com. Schroeder 105.9- FM Schroeder Lacrada
- Rd. Com. Siderópolis- FM Siderópolis Não Lacrada
- Rádio Povão 107.7- FM Sombrio Não Lacrada
- Rádio 89.5- FM Sombrio Lacrada
- Rádio 88.1- FM Sombrio Lacrada
- Rádio Veneza- FM Nova Veneza Lacrada

Fonte: ANATEL, 2002.

O Vale do Itajaí mantém status de uma das regiões mais prósperas de Santa Catarina. Por isso, o chamado vale europeu conserva números melhores em termos de condições de vida, na comparação com os indicadores estaduais. De acordo com o Mapa da Fome, diagnóstico da exclusão social em Santa Catarina, cerca de 102.438 pessoas, 8,2% da população, possuem renda insuficiente, ou seja, igual ou menor que R\$ 90,00 por mês. São 313.368 (25,08%) pessoas pobres, ou seja, que possuem renda per capita menor ou igual a R\$ 180,00. Em toda Santa Catarina estes indicadores são piores. No estado, 12,4% das pessoas têm renda insuficiente e outros 32,7% são pobres (BORCHARDT, 2003, p.23).

A análise seguinte pretende identificar cada rádio comunitária em operação no Vale do Itajaí e classificá-las em algum dos três perfis – comercial, religiosa e popular, de acordo com as categorias de Bruno Fuser. Se são rádios comunitárias com tendência comercial, ou seja, seguem a mesma linha e chegam a se confundir com as FM tradicionais; se são de inspiração religiosa, no caso das rádios com programação eminentemente voltada à disseminação de conteúdo religioso; ou se são consideradas rádios comunitárias de iniciativa popular, feitas pela comunidade, como deveriam ser todas as rádios comunitárias. Neste terceiro caso, a iniciativa provém da comunidade que a mantém.

Longe de promover juízos de valor, a intenção a seguir é apenas a de identificar estes três tipos de rádios comunitárias – tendência nacional – em operação no Vale do Itajaí. Para tanto, esta pesquisa contou com entrevistas com responsáveis ou funcionários de todas as rádios envolvidas e audição da programação destas emissoras. É bom salientar que, apenas pela audição da programação, é possível identificar em qual dos três perfis a rádio se enquadra.

5.1 As rádios comunitárias do Vale do Itajaí

Nove emissoras de rádio comunitárias estão em operação no Vale do Itajaí e outras três aguardam autorização de funcionamento do Ministério das Comunicações (março de 2005). Entre os solicitantes de novos canais estão associações instaladas

nas cidades de Penha, José Boiteux e Timbó, municípios que devem ser contemplados em breve com uma emissora comunitária. As nove rádios comunitárias em operação estão instaladas, por ordem alfabética de município, em: Agrolândia, Balneário Camboriú, Bombinhas, Camboriú, Indaial, Itajaí (2), Mirim Doce e Taió.

A partir de agora essas emissoras serão agrupadas conforme a antiga divisão do estado em microrregiões, o que torna mais fácil a compreensão do leitor. Vale destacar que as próprias associações de municípios ainda estão intituladas desta forma, a exemplo da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (AMFRI) ou da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI). Respeita-se a vontade dos entrevistados que preferiram não ter seus nomes identificados.

5.1.1 Alto Vale

Na microrregião do Alto Vale do Itajaí três emissoras comunitárias estão em funcionamento na frequência 105.9 MHz. A Rádio Comunitária de Agrolândia (ZYM 552), emissora da Associação Comunitária de Apoio às Entidades de Agrolândia, faz parte da Associação das Rádios Comunitárias do Vale do Itajaí (ARCOVALI), entidade criada no final de 2004 para incentivar a proliferação de rádios comunitárias na região e para fornecer assistência técnica e jurídica às rádios. A emissora entrou no ar pela primeira vez em 2001, de forma livre. Foi fechada pela ANATEL em 2002 e em 24 de novembro de 2003 obteve licença provisória de funcionamento, entrando no ar em 1º de fevereiro de 2004. Todas as músicas são gerenciadas pelo computador. O responsável pela rádio diz que é difícil se manter em virtude da impossibilidade de divulgar os preços praticados pelo comércio nos anúncios em forma de apoios culturais. Segundo ele, a rádio é atuante na comunidade e mantém parcerias com a APAE, colégios e o hospital do município. A programação musical é variada, composta de música sertaneja, gauchesca, MPB, rock e pop. A rádio transmite poucos programas religiosos porque “algumas igrejas estavam prometendo curar câncer e Aids” (informação

verbal)²⁸, atitude condenada pelo conselho de programação. A emissora segue a linha comercial entre as rádios comunitárias, pois não tem vínculo com entidades religiosas, mas confunde-se com uma FM comercial, na forma de comunicação de seus locutores e de apresentação das músicas. A cidade não possui nenhuma outra emissora de rádio.

Em Taió também há rádio comunitária. Trata-se da 105 FM (ZYD 776), emissora pertencente à Associação Taioense de Cultura e Radiodifusão Comunitária. A rádio entrou no ar em 6 de outubro de 2001, mas recebeu licença definitiva somente em 22 de junho de 2003. É vista na cidade como a “rádio dos padres” (informação verbal)²⁹, segundo seu responsável, porque está situada junto ao seminário da cidade. Mesmo assim, a programação conta apenas com dois programas religiosos: diariamente das 6h às 6h15min, de origem católica, e às quartas-feiras das 11h às 12h, um programa evangélico. A emissora possui cinco comunicadores e a programação musical é composta de sertanejo, gauchesco, pop e rock. Ou seja, a programação, que vai das 6h às 24h também assemelha-se às rádios popularescas e comerciais. A cidade possui outras duas emissoras de rádio.

A Associação Comunitária e Cultural de Mirim Doce foi criada em 1998, mas somente em 3 de abril de 2004 conseguiu obter licença provisória de funcionamento de sua rádio – a Rádio Comunitária Mirim FM (ZYM 569). Nesses seis anos a comunidade se mobilizou para conseguir a primeira emissora de rádio do município. A rádio – única na cidade – está situada no centro do município e não possui vínculo religioso. A programação, que inicia às 6h e termina às 22h, conta com músicas sertanejas, gauchescas, pop nacional e internacional (informação verbal)³⁰. Um computador gerencia a programação que conta com três locutores. O estilo é o mesmo das duas rádios anteriores, ou seja, assemelha-se com uma rádio comercial em FM. Portanto, as três rádios comunitárias da microrregião do Alto Vale do Itajaí têm perfil comercial.

²⁸ Informação fornecida durante entrevista concedida pelo responsável da Rádio Comunitária de Agrolândia, que preferiu não se identificar, em 28 de março de 2005.

²⁹ Informação fornecida durante entrevista concedida pelo responsável da Rádio 105 FM, que preferiu não se identificar, em 28 de março de 2005.

³⁰ Informação fornecida durante entrevista concedida pelo responsável da Rádio Mirim FM, que preferiu não se identificar, em 28 de março de 2005.

Embora não tenham vínculos com entidades religiosas, estas emissoras também não são de caráter popular.

5.1.2 Médio Vale

Apenas uma emissora comunitária existe atualmente na microrregião do Médio Vale do Itajaí. Trata-se da Rádio Ponte FM (ZYM 544 – 105.9 mHz)³¹ pertencente à Associação Comunitária de Difusão Cultural de Indaial. A rádio tem computadores que gerenciam a programação e o sinal pode ser ouvido em parte da cidade de Blumenau, chegando até as proximidades do município de Rodeio. A rádio também faz parte da Associação de Rádios Comunitárias do Vale do Itajaí (ARCOVALI), com sede em Indaial. Campanhas são organizadas para doação de sangue, doação de agasalho no inverno e de sacolões para pessoas necessitadas. O apoio cultural é veiculado com uma duração que vai de doze a quinze segundos.

Em 1998 a associação entrou com pedido de concessão mas só em 27 de outubro de 2002 a rádio entrou no ar. A programação musical da emissora compreende desde pagode, músicas românticas e pop nacional. O estilo apresentado pela Ponte FM se assemelha às rádios de segmento comunitário comerciais.

5.1.3 Foz do Vale

Na Foz do Vale do Itajaí cinco emissoras estão em funcionamento na atualidade. A diferença é que nesta microrregião duas emissoras têm o perfil comercial e outras três são de inspiração religiosa. A Rádio Natureza³² (ZYM 520 - 105,9 mHz) pertence à

³¹ Informação fornecida por um funcionário da Rádio Ponte FM, que preferiu não se identificar, em 22 de novembro de 2004.

³² Informações sobre a Rádio Natureza foram retiradas do próprio site da emissora e através de audição de sua programação.

Associação Comunitária e Ecológica do Rio Camboriú. Entrou no ar em 28 de março de 2001 em caráter experimental e em 28 de maio do mesmo ano em caráter definitivo. Um dos objetivos da emissora é servir como meio de denúncia contra agressões ao meio ambiente, embora grande parte da programação seja destinada à emissão de música pop nacional e internacional, além de transmitir também os gêneros gauchesco e sertanejo romântico. A emissora mantém um site³³ na Internet com possibilidade de participação da comunidade através de pesquisa de opinião.

Embora não contenha programação religiosa, percebe-se, pela simples audição dos programas, que a emissora é de perfil comercial entre as rádios comunitárias.

Emissora semelhante é a Rádio Mariscal³⁴ (ZYM 521 - 104,9 MHz) de Bombinhas, pertencente à Associação dos Amigos da Praia de Mariscal (AMAR). A rádio obteve licença definitiva para funcionamento em 22 de março de 2002. Possui computadores que armazenam as músicas e gerenciam a programação. Um dos únicos programas com apresentação ao vivo é o “Comunidade em Ação”, no qual os ouvintes ligam para a emissora e pedem ou oferecem músicas. Neste programa também há prestação de serviço como bolsa de empregos, objetos e animais perdidos. Na Rádio Mariscal também há espaço para programas de igrejas evangélicas no período noturno.

A Rádio Paz no Vale (ZYM 524)³⁵, de Camboriú (105,9 MHz), pertence à Associação e Movimento Comunitário Rádio Paz no Vale FM, autorizada pela primeira vez a operar uma emissora de rádio em 21 de junho de 2000. A associação é ligada à Igreja Evangélica Assembléia de Deus. Está instalada no complexo de prédios da entidade, situada no Centro de Camboriú. A rádio não possui computadores, mas trabalha com MD e CD.

A emissora foi instalada dentro dos estúdios de uma outra rádio, a Marumby³⁶, que funciona em ondas curtas e tem sede em Florianópolis, mas alguns programas são transmitidos ao vivo de Camboriú. Assim, a igreja consegue se comunicar nacionalmente e até internacionalmente com seus seguidores. Desde 1982, quando

³³ www.radionatureza.com.br

³⁴ Informações sobre a Rádio Mariscal foram conseguidas por meio da audição da programação da emissora e através de um funcionário da rádio que preferiu não se identificar.

³⁵ As informações referentes à Rádio Paz no Vale foram fornecidas durante entrevista concedida em 6 de maio de 2004 por um dos responsáveis pela emissora, que preferiu não se identificar.

³⁶ A Rádio Marumby é uma das duas emissoras que transmitem em Ondas Curtas em Santa Catarina. A outra é a Rádio Guarujá, de tipo comercial, também situada em Florianópolis.

iniciou suas operações, a Marumby emite programação diretamente de Camboriú para a sede em Florianópolis, onde também está localizada sua antena transmissora.

A Rádio Paz no Vale entrou no ar em 1997, mas somente a partir de agosto de 2001 começou a operar regularizada. A antena fica junto à emissora, ao lado da sala G, onde estão os estúdios, em um prédio que sustenta também uma gráfica pertencente aos Gideões Missionários da Última Hora (GMUH).

Por questões geográficas, o sinal da emissora chega a Balneário Camboriú e entra na mesma frequência da Rádio Natureza. A antena desta está localizada sobre um prédio, mas como a cidade possui dezenas de edifícios o sinal acaba se tornando menos nítido. É aí que entra o sinal da Rádio Paz no Vale.

A programação musical da Paz no Vale é eminentemente evangélica com hinos religiosos. A prestação de serviço através do rádio também acontece durante todo o dia e envolve não só os ouvintes evangélicos de Camboriú, mas toda a comunidade.

Durante a maior parte do dia, entretanto, a programação é ocupada com programas religiosos, o que enquadra a emissora no tipo de rádio comunitária religiosa. Há participação dos ouvintes na rádio, mas no sentido de depoimentos ao vivo pelo telefone ou com pedidos de música.

A Rádio Conceição FM, ZYD 777, canal 290, 105.9MHz, foi a primeira emissora comunitária de Itajaí. O projeto de instalação da rádio estava em Brasília havia um ano e meio e não obtinha resposta. Em virtude da demora do Ministério das Comunicações em julgar o processo, no dia 13 de junho de 2000 a emissora obteve liminar da justiça e conseguiu entrar no ar no dia 16 de junho do mesmo ano, ou seja, três dias depois. Três semanas após entrar no ar a União recorreu da liminar e a emissora teve que sair do ar por três dias. A alegação era de que a Rádio Conceição não havia apresentado os documentos nos prazos estabelecidos e não estaria há tanto tempo pleiteando um canal na cidade de Itajaí.

Representantes da emissora foram até Porto Alegre e apresentaram a documentação da rádio e cerca de 20 mil e 500 assinaturas colhidas em tempo recorde à Terceira Turma da Quarta Região do Tribunal Regional Federal. A relatora do processo liberou de imediato a emissora, que voltou ao ar. A licença definitiva de operação da rádio sairia apenas em 22 de março de 2004, segundo o Ministério das

Comunicações. A emissora funcionou durante cerca de três anos nas instalações da Igreja Matriz e posteriormente os estúdios foram transferidos para a rua Jorge Mattos, no centro da cidade.

A Conceição está no ar vinte e quatro horas por dia com programação variada. Possui cerca de 50 programas que envolvem mais de 200 pessoas direta ou indiretamente. São entidades diversas desde a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Fundação Cultural de Itajaí, pastorais ligadas à igreja como a Pastoral dos Enfermos do Hospital Marieta e alunos do curso de Jornalismo da UNIVALI, numa iniciativa popular de programa intitulado “Barca do Povo”.

Os programas são direcionados para os mais diversos públicos, dos mais jovens até os idosos. Eles tratam de saúde, educação, cidadania, cultura, lazer, música, informação, religião. Não é uma rádio segmentada, “porque a comunidade não é feita só de um segmento”, diz o padre Alvinho Broering. De todos os programas, apenas três têm apoios culturais. De resto, a própria diretoria da rádio busca patrocínio. A comunidade auxilia na manutenção através de doações espontâneas na conta de luz, o que dá cerca de R\$ 350,00 por mês. “Há quem dá um real, quem dá dois, quem dá dez, acho que umas quatro ou cinco pessoas dão 20”, afirma o padre.

A abrangência da rádio compreende a área central de Itajaí e os bairros Promorar, Itaipava, Fazenda, além da área central de Navegantes (ANEXO G). A emissora faz parte das Obras Sociais e Culturais Conceição de Itajaí (OSCONI), entidade fundada já em 26 de novembro de 1951. Trata-se de uma entidade de Utilidade Pública Municipal (Lei nº 885, de 21 de agosto de 1968), Estadual (Lei nº 4.617, de 20 de setembro de 1971) e Federal (Portaria nº 48, de 17 de janeiro de 2002).

No estatuto da entidade consta em Parágrafo Único: “utilização dos Meios de Comunicação Social, notadamente a radiodifusão comunitária;”, única menção sobre a prestação de serviço de rádio comunitária. Isso quer dizer que a entidade a qual a emissora está vinculada tem estatuto, mas a própria rádio necessariamente não precisa tê-lo. No caso da emissora, nota-se uma certa organização a esse respeito já que existem os “Princípios Fundamentais” da Rádio Conceição, uma espécie de cartilha informativa destinada a todos que trabalham direta ou indiretamente na estação. São noções básicas do que se pode e do que não se pode fazer na rádio. Em pesquisa de

opinião pública espontânea³⁷ sobre qual rádio FM era mais ouvida pela população itajaiense, a Rádio Conceição ficou em oitavo lugar com 2,48%. Na pesquisa estimulada a Conceição ficou em nono lugar com 1,77%. O responsável pela emissora afirma que há estimativas de que a rádio esteja sendo ouvida por 20 mil pessoas, em alguns momentos do dia, pois cada telefonema para a emissora representa uma média de mil ouvintes, embora os estudiosos do rádio neguem a validade desse tipo de estimativa.

Em termos religiosos, a Rádio Conceição tem espaços reservados para programas de origem católica e evangélica. Representantes de outras igrejas foram convidados desde o início a participar da programação da rádio e o fazem até hoje. Mesmo assim, há predominância de programas de origem católica.

A segunda emissora comunitária existente em Itajaí também abre espaços de sua programação para programas religiosos. Diferente da Conceição, de inspiração católica, a Rádio Luz do Amanhã FM, ZYM 533, canal 290, 105.9mHz, é de inspiração evangélica. A emissora funciona na rua Pedro Camilo Vicente, no bairro Cordeiros, o mais populoso de Itajaí (ANEXO H).

A licença provisória para a rádio sairia apenas em 12 de junho de 2002, segundo dados do Ministério das Comunicações, mas a Luz do Amanhã operava com liminar da justiça desde 12 de outubro de 2001. A licença definitiva saiu em agosto de 2004, segundo o Ministério das Comunicações. Os ouvintes participam pedindo música ou fazendo solicitações de ajuda no programa “Balcão de Negócios”, uma espécie de classificados de jornal via rádio, onde se compra, vende e troca de tudo, além de busca de empregos por meio da emissora.

A programação é variada. Existem programas de utilidade pública, jornalísticos, de participação de integrantes da comunidade, muitos programas musicais e alguns de ordem religiosa. Da mesma forma que a Conceição – de inspiração católica – abre espaço para programas de outras igrejas, a Luz do Amanhã também mantém espaço para programas de origem católica.

³⁷ A pesquisa foi realizada em março de 2003 pelo Instituto Tendência com sede na rua Silva, 600, no centro de Itajaí.

A idéia de colocar uma rádio no ar surgiu exatamente como forma de auxiliar o Abrigo Luz do Amanhã. Conseguir recursos, chamar a atenção da comunidade para o trabalho desenvolvido no orfanato, conchamar as autoridades para os problemas diários da instituição. O Abrigo Luz do Amanhã tem onze anos e é destaque por ter sido a segunda casa a atender crianças com o vírus HIV em Santa Catarina.

O trabalho desenvolvido no orfanato – antes da licença para operar a rádio – ganhou reconhecimento e projetou o Abrigo nacionalmente. A atriz norte-americana Sharon Stone realizou um comercial para a Grendene em 2001 e doou parte do cachê para o orfanato itajaiense. Ocorre que a diretora do Abrigo Luz do Amanhã havia anteriormente enviado uma correspondência a então primeira dama Ruth Cardoso. Na carta, ela contava que o abrigo estava sem receber verbas municipais, estaduais ou federais e em situação difícil. Ao mesmo tempo, um diretor da Grendene entrou em contato com o Ministério da Saúde perguntando sobre a existência de projetos sociais em dificuldade. De acordo com o Jornal A Notícia, de 8 de fevereiro de 2001, o abrigo teria recebido US\$ 30 mil (cerca de R\$ 60 mil na época). (SARTORI, 2001).

5.2 Itajaí: duas emissoras comunitárias na mesma frequência

O maior problema enfrentado pelas duas rádios comunitárias itajaienses é o fato de elas dividirem a mesma frequência – 105.9 MHz – e estarem situadas a apenas quatro quilômetros de distância uma da outra, limite mínimo permitido pela legislação. Tal fato merece destaque porque não há precedentes na história da radiodifusão comunitária, em se tratando de uma cidade como Itajaí, que tem um relevo predominantemente plano.

Por estes motivos, o conflito de sinais é evidente em boa parte da cidade. Localidades como o bairro São João, por exemplo, são atingidas pelas duas rádios ao mesmo tempo. Não há possibilidade de compreensão do que cada uma emite. Simplesmente há conflito de sinais, o que prejudica ambas as rádios (ANEXO F).

A primeira emissora a entrar no ar nesta frequência foi a Conceição. Como ela ainda não havia recebido sua licença de funcionamento definitiva, não houve impedimento para o trâmite dos papéis da segunda emissora, a Rádio Luz do Amanhã. Nenhuma das duas pretendia dividir o espaço, o que se esperava, na realidade, é que uma frequência alternativa fosse concedida pela ANATEL, o que nunca ocorreu. Tanto a agência nacional quanto o Ministério das Comunicações foram omissos na questão. Há referência na legislação sobre a possibilidade de existência de duas emissoras na mesma localidade, o que seria resolvido com um canal auxiliar. Mesmo assim, embora as duas rádios inúmeras vezes tivessem solicitado tal canal à ANATEL, nunca houve resposta positiva do órgão.

A intenção do Ministério das Comunicações, quando da regulamentação das rádios comunitárias, era atender pequenas comunidades, mas como fazer para definir a área territorial ou o tamanho desta comunidade? A propósito, a legislação é clara ao dizer que a área atingida pela emissora é de um raio de um quilômetro da antena transmissora. Muito pouco em se tratando de radiodifusão. Como não há possibilidade de barrar as ondas eletromagnéticas no espaço, afinal elas se propagam enquanto não há obstáculos naturais, e como a cidade de Itajaí é basicamente plana, o conflito de sinais entre as duas rádios é inevitável.

Talvez o erro maior das duas emissoras tenha sido não chegar num acordo antes de iniciar as operações. Segundo o Ministério das Comunicações, quando há dois pedidos para rádio comunitária na mesma localidade, é preferível que essas duas associações se mobilizem e utilizem juntamente o canal. O Ministério tenta resolver a situação desta forma. Como não houve acordo entre a Conceição e a Luz do Amanhã, e os trâmites nos documentos da primeira emissora – que já estava no ar – demoraram além do tempo previsto, duas comunitárias ocupam a mesma frequência. Entre os maiores problemas enfrentados por conta disso, estão a área menor de exploração de anúncios, na forma de apoio cultural. Se elas estivessem em frequências diferentes, boa parte da cidade receberia os sinais das duas emissoras e elas poderiam contar com maior apoio financeiro para se manter.

5.3 A Rádio Fortaleza de Blumenau

Apesar das dezenas de emissoras fechadas em todo o estado, como foi destacado no capítulo anterior, caso particular é o da Rádio Comunitária Fortaleza de Blumenau. Quando entrou no ar, em 25 de novembro de 2001, a emissora teve apoio de 14 entidades do bairro Fortaleza de Blumenau, como associações de pais e professores de duas escolas, clube de idosos, centro comunitário, centro social, três igrejas, cinco associações de moradores e um sindicato de trabalhadores. Embora a emissora fosse obrigada a sair do ar porque nunca recebeu a autorização de funcionamento, é interessante destacar a força desta rádio na comunidade blumenauense. Do ponto de vista das teorias do capital social, este é sem dúvida um caso relevante, que servirá como parâmetro para comparação entre as rádios.

O município orgulha-se de ser pioneiro nos meios eletrônicos em Santa Catarina. Foi em Blumenau que surgiram a primeira rádio e a primeira emissora de televisão legalizada do estado. Em compensação, até agora a cidade não conta com rádio comunitária. A única iniciativa por parte da população ocorreu no bairro Fortaleza, mas nunca recebeu autorização de funcionamento e foi retirada do ar de forma truculenta.

A idéia de montar uma rádio comunitária veio da comunidade que fazia parte da Associação de Moradores da Fortaleza. A organização do grupo é evidenciada até hoje, mesmo com a rádio fora do ar. O desejo de integração fez com que várias promoções sociais como bingos e jantares dançantes fossem promovidos como forma de arrecadar dinheiro para montar a rádio. Os estúdios e transmissores foram confeccionados da forma mais modesta possível, comprovando que a emissora não tinha recursos para sobreviver, não fosse a boa vontade de seus colaboradores (ANEXO L). Dois encontros de rádios comunitárias já foram promovidos pelos integrantes da associação para reforçar a importância do movimento e atrair estudantes, professores, moradores de outras localidades, diretores de rádios comunitárias do Vale do Itajaí³⁸ (ANEXO M).

³⁸ No Segundo Encontro de Rádios Comunitárias, promovido em 27 de novembro de 2004, compareceram apenas os integrantes da Rádio Navega FM – rádio livre destacada no capítulo anterior. Os demais integrantes das rádios comunitárias do Vale do Itajaí foram convidados pelos organizadores, mas não estiveram presentes no evento.

De acordo com o jornalista Adenilson Teles, atual presidente da Associação de Difusão Comunitária Fortaleza, em 1999 o Ministério das Comunicações abriu edital para rádio comunitária em Blumenau. Imediatamente a entidade entrou com pedido junto ao Ministério através do posto avançado existente em Florianópolis, que posteriormente o encaminhou à Delegacia Regional do órgão em Curitiba e, em seguida, à Brasília. Segundo ele, a partir daí todo acompanhamento do processo (537400022501999) se deu através da Internet.

Ninguém foi até Brasília. A iniciativa da comunidade atraiu políticos que se interessaram pela causa mas as ofertas de auxílios foram recusadas pelos dirigentes da rádio. Talvez por isso se explique a morosidade do processo. Dois anos depois do pedido de concessão, os integrantes da associação decidiram não esperar mais a resposta do Ministério e colocaram a rádio no ar, com recursos obtidos em promoções como jantares, feijoadas e bailes.

O estúdio improvisado foi montado na sede da associação de moradores do bairro, mas os integrantes imaginavam que a emissora não ficaria no ar por mais de uma semana, temendo represálias das rádios comerciais. Porém, isso não ocorreu. A programação da primeira semana que se resumia em duas horas diárias (7h às 9h) foi estendendo-se aos poucos. O sucesso superou as expectativas e era comprovado pelo número de telefonemas diários. Teles afirma que a rádio nunca cobrou um centavo nem na forma de apoio cultural, garantida pela legislação das comunitárias. Diz também que a emissora nunca vendeu espaços dentro da programação diária e a seleção dos comunicadores era feita da seguinte forma: se o indivíduo quisesse fazer um programa na rádio, teria que fazer parte da associação. Participar das reuniões era um dos requisitos indispensáveis para evitar personalismos.

Tal medida pretendia coibir possíveis aproveitadores que utilizassem a emissora como possibilidade de projeção pessoal. O comunicador tinha que representar uma entidade existente na comunidade. “O comércio queria muito fazer anúncio, mas desde o início decidimos não fazer o apoio cultural [...] Isto porque, como estávamos sem a concessão, poderia ser visto pelas rádios comerciais como provocação ou

concorrência” (informação verbal)³⁹. A falta de recursos é visível nas instalações da emissora. Ao contrário de outras rádios comunitárias existentes no Brasil, não há e nunca houve o menor conforto nas dependências da emissora. Computador e condicionador de ar nunca foram comprados por falta de dinheiro. Os cubículos chamados pelos comunicadores de estúdios não tinham qualquer tipo de isolamento acústico e o teto possuía telhas de eternit, o que aumentava o calor no verão. Por outro lado, “tudo era verdadeiro, transparente”, com a participação em peso de integrantes da comunidade. Prestação de serviço, música e informação eram a tônica da emissora, como conta Adenilson Teles:

É preciso ressaltar que em nenhum momento quisemos desafiar a lei ou o Ministério das Comunicações. Colocamos a rádio no ar, primeiro: porque não tivemos nenhuma resposta do Ministério das Comunicações para o nosso pedido de concessão. Segundo: porque era um direito nosso garantido em lei, e também para fazer uma pressão no Ministério das Comunicações, para ter uma resposta. No nosso entendimento não éramos nós que estávamos descumprindo a lei, mas o governo federal que não liberava a concessão (informação verbal).

No dia 2 de maio de 2002, sete meses depois de entrar no ar, a rádio recebeu pela primeira vez a visita de fiscais da ANATEL. “Perguntamos se tinham mandado judicial e eles disseram que não. Então não permitimos que eles entrassem, fomos embora e os deixamos ali” (informação verbal). Uma semana depois a rádio voltou ao ar. Adenilson Teles conta que as rádios comerciais divulgaram notícia de que a Fortaleza havia sido fechada pela ANATEL. Depois disso, a Associação Fortaleza entrou com ação na Justiça Federal contra o Ministério das Comunicações pela demora na liberação do pedido de concessão da rádio e pelo cumprimento da lei que regulamenta o serviço das rádios comunitárias. Além disso, a entidade entrou com uma liminar pedindo uma concessão provisória de funcionamento.

No dia 4 de junho de 2003 a rádio sofreu um dos maiores exemplos de repressão às rádios sem concessão para funcionamento. Os mesmos fiscais da ANATEL, que já haviam tentado visitar a emissora um ano antes, voltaram à rádio

³⁹ Informações sobre a Rádio Fortaleza foram fornecidas durante entrevista com o presidente da Associação Comunitária Fortaleza, Adenilson Teles, em 2 de outubro de 2004.

acompanhados de policiais federais. Os policiais falaram que tinham mandado judicial para entrar na emissora.

Quando cheguei, uns 15 minutos depois, ao questionar se eles tinham mandado fui comunicado que estava preso e que seria levado até a Delegacia da Polícia Federal em Itajaí junto com o colaborador Antônio Gonçalves. Fui algemado e tratado como se fosse um bandido violento, isto sem ter esboçado qualquer reação. Recolheram todos os equipamentos e os levaram também. Daí em diante não pudemos mais nos comunicar com ninguém, nem mesmo com nosso advogado. Na delegacia, ao me ver algemado, o delegado se surpreendeu e mandou que tirassem imediatamente as algemas (informação verbal).

De acordo com Adenilson, os policiais foram covardes porque não tinham mandado algum e enganaram o comunicador da rádio para entrar na emissora. Segundo o jornalista, os fiscais da ANATEL e policiais federais estavam a serviço de proprietários de emissoras comerciais preocupados com a queda de audiência em razão da comunitária. Um folder explicativo (ANEXO J) foi distribuído à comunidade e a rádio foi recolocada no ar na semana seguinte.

A justiça negou a liminar de funcionamento em caráter experimental mas deu seqüência ao processo contra o Ministério das Comunicações, como afirma Adenilson:

Paralelamente também entramos com uma ação por danos morais contra a ACAERT por causa daquela propaganda mentirosa veiculada nas rádios comerciais contra as rádios comunitárias. As ações continuam tramitando até hoje (informação verbal).

Em junho de 2004 a justiça deu ganho de causa ao Ministério das Comunicações e à ACAERT, mas, segundo Adenilson, a associação Fortaleza recorreu e agora as ações tramitam no Quarto Tribunal Regional Federal de Porto Alegre. No mesmo mês o Ministério Público Federal pediu que a associação retirasse a rádio do ar. O pedido foi atendido e, por enquanto, os integrantes da Associação de Difusão Comunitária Fortaleza aguardam a concessão de funcionamento. Dizem que só vão recolocar a emissora no ar com a concessão definitiva.

O que ficamos indignados é que cidades que pediram concessão depois da nossa já têm sua rádio funcionando normalmente. É o caso de nossa vizinha Indaial, que as pessoas que coordenam não têm vergonha nenhuma de dizer que a liberação de sua concessão teve a "mão" de um influente deputado. Aliás, a influência política sempre foi o principal critério do governo passado (FHC). Com o governo Lula nossa esperança é que as coisas se agilisassem, porém até agora não disse a que veio em relação às rádios comunitárias. Diminuiu sim um pouco das influências políticas, porém sem nenhuma agilidade. Dizem que há mais de 20 mil pedidos de concessão de rádio comunitária. Nem computador tem para a análise desses processos, informou a senadora Ideli Salvatti. Nós, da Rádio Comunitária Fortaleza nunca quisemos usar de qualquer influência política, até para não ficar atrelado a ninguém, como se diz: com o "rabo preso" (informação verbal).

A força das emissoras comerciais pesou contra a Rádio Fortaleza. "A radiodifusão catarinense ainda comemora a decisão judicial proferida pelo juiz Adamastor Nicolau Turnês, que julgou improcedente a ação movida pela Associação Fortaleza contra a União Federal e a ACAERT" (ACAERT, 2004). Segundo o site, a ação que havia sido impetrada pelos integrantes da rádio era contra a campanha da ACAERT que alertava a população para não anunciar em rádios ilegais sob pena de ser responsabilizada judicialmente. O juiz aceitou a defesa da Associação Catarinense das Emissoras de Rádio e Televisão que não teria, em nenhum momento, citado a Rádio Fortaleza como exemplo de irregularidades. Assim, a rádio teve que sair do ar.

Embora ainda não tenha encontrado respaldo no Ministério das Comunicações para conseguir a licença de operação e esteja atualmente fora do ar, a Rádio Fortaleza de Blumenau se enquadra no tipo de iniciativa popular. Aliás, a única emissora que se enquadra nesta classificação em todo Vale do Itajaí, por ironia, está fora do ar (em maio de 2005). A proposta de criação da emissora partiu de uma legítima associação de bairro e, por isso, conquistou o sucesso que incomodou os proprietários das rádios comerciais da cidade. Dois outros fatores determinantes enquadram a emissora no estilo popular das comunitárias: a não vinculação direta com entidades religiosas e a preocupação em evitar a divulgação de anúncios comerciais.

Questionado sobre o caso da Rádio Fortaleza de Blumenau, o representante da ANATEL disse, em entrevista a este pesquisador, que a rádio simplesmente era ilegal e não poderia estar no ar porque não tinha concessão. "Aquela era clandestina [...] lá teve apreensão de equipamento [...] foi umas decisões judiciais *[sic]*". Mesmo assim,

preferiu não entrar em detalhes sobre o acontecimento, resumindo-se a dizer que Blumenau não tem nenhuma rádio comunitária.

Mas o fator de maior contraste entre a Rádio Fortaleza de Blumenau e outras rádios comunitárias que estão no ar legalizadas não está apenas nos equipamentos e estúdios. A relação interpessoal era diferente. A diretoria composta por integrantes da comunidade abria espaços para qualquer integrante do bairro apresentar sugestões, críticas, opiniões diversas sobre o serviço da emissora. A hierarquia funcional terminava no papel, ou seja, por um requisito legal no projeto de implantação da rádio, afinal, todos tinham voz. A julgar pelos depoimentos dos entrevistados, não havia hierarquia, ninguém mandava em ninguém, todos tinham o senso de cooperação, de querer servir à comunidade atendida, de querer contribuir mesmo sem ganhar nada, afinal, a maioria era composta de pessoas que trabalhavam em outros lugares ou aposentados.

Quando os equipamentos da Rádio Fortaleza foram apreendidos pela primeira vez e todo o trabalho de organização da comunidade teve que ser feito novamente para levantar os recursos, um político municipal chegou a oferecer todo o dinheiro para a compra dos aparelhos, oferta que foi recusada de imediato pelos integrantes da Associação Fortaleza. Não ter atrelamento político-partidário com quem quer que fosse é a tônica dos diretores da associação. Nestes quase seis anos de tentativa para se colocar no ar uma emissora comunitária em Blumenau, a crença na legislação e nos processos administrativos em âmbito federal foi o que restou para os integrantes da Fortaleza.

Abaixo, apresentamos uma tabela que retrata resumidamente a situação das rádios na região.

TABELA 1: Emissoras comunitárias em operação no Vale do Itajaí

Cidades	“Comerciais”	“Religiosas”	“Populares”
Agrolândia	Rádio Comunitária de Agrolândia – 105.9mHz		
Balneário Camboriú	Rádio Natureza – 105.9mHz		
Bombinhas	Rádio Mariscal – 104.9mHz		
Camboriú		Rádio Paz no Vale – 105.9mHz	
Indaial	Rádio Ponte – 105.9mHz		
Itajaí		Rádio Conceição – 105.9mHz Rádio Luz do Amanhã – 105.9mHz	
Mirim Doce	Rádio Mirim – 105.9mHz		
Taió	Rádio 105 FM – 105.9mHz		

Fonte: pesquisa do autor

CAPÍTULO VI

CONTROVÉRSIA LEGAL, SOCIOPOLÍTICA E IDEOLÓGICA

A suspeita de que interesses particularistas estariam em jogo nas emissoras comunitárias foi um dos motivos para a pesquisa sobre as rádios comunitárias do Vale do Itajaí. Nesta parte do trabalho apresenta-se o resultado da pesquisa que envolveu duas das nove rádios em operação. Antes, porém, é preciso que se considere o conceito de ideologia, neste estudo, “como sistema de crenças, ou formas e práticas simbólicas” (THOMPSON, 1995, p.75) que favorecem pessoas e grupos em posições de poder. Sem a intenção de entrar no debate sobre este conceito, cabe apenas ressaltar a opção, aqui, pela concepção proposta por Thompson, que desenvolveu uma das mais recentes e mais consistentes análises sobre as diversas abordagens deste termo. Para este autor, a análise da ideologia está interessada nas maneiras pelas quais “as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder” (THOMPSON, 1995, p. 75). Ele continua assim sua definição:

[...] estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação. Fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos significativos desde que eles sirvam, em circunstâncias socio-históricas específicas, para estabelecer e sustentar relações de dominação (THOMPSON, 1995, p.76) (grifos do autor).

As ideologias presentes nas emissoras comunitárias podem ser evidenciadas com as análises das programações e de um programa de cada emissora em especial. A intenção foi a de esclarecer interesses político-ideológicos em disputa nessas estações e se esses interesses influenciam a programação.

Para tanto, das nove emissoras em operação no Vale do Itajaí, foram escolhidas duas que serviram para uma análise aprofundada. Foram elaboradas entrevistas com colaboradores e dirigentes destas duas emissoras, assim como as programações dessas estações foram gravadas. Um programa de caráter jornalístico de cada uma foi

escolhido para uma análise mais apurada do discurso das emissoras, em virtude de que em uma delas apenas o radiojornal diferia do restante da programação, constituída em sua quase totalidade por programas musicais.

A partir deste momento as rádios analisadas passarão a ser denominadas de emissora A e emissora B. Dados relativos à localização e caracterização das estações serão excluídos porque o objetivo não é denunciar as entidades envolvidas. Trata-se de estudar casos que podem ter graus diversos de representatividade no conjunto das rádios comunitárias – sem a pretensão de deduzir do particular o geral. As classificações que atribuem o caráter comercial, religioso ou popular também são abandonadas, aqui, a fim de preservar-se a identificação das emissoras analisadas. Num segundo momento deste capítulo, analisa-se a legislação atual das rádios comunitárias e propõe-se algumas alterações que poderiam causar impacto imediato no trabalho desenvolvido por emissoras realmente comunitárias.

6.1 Análise da emissora A - programação

A programação da rádio A vai ao ar durante vinte e quatro horas por dia, todos os dias, mas durante a madrugada não existem comunicadores. Mesmo assim a programação ao vivo é extensa e vai das 8h às 24h. Essa programação é feita em mosaico, ou seja, os nomes de cada programa são diferentes e os conteúdos destes programas também são diferentes, conforme classificação proposta por Ferraretto no terceiro capítulo deste trabalho. Raros são os programas em que seus conteúdos se assemelham na grade geral de programação, o que representa variedade de atrações à disposição do ouvinte. O dia na emissora A inicia com programa de origem religiosa. Após essa atração, dois comunicadores produzem um radiojornal durante quase uma hora, passando em seguida a programas que variam conforme o dia da semana.

Durante o dia a estação abre espaço para a veiculação de programas evangélicos, embora os programas de origem católica existam em maior número. Nesses programas há presença de vários integrantes da comunidade, ligados a

pastorais, clube de idosos, associações de moradores de bairro, organizações não governamentais diversas e entidades representativas como a Ordem dos Advogados do Brasil. Esses programas transmitem músicas e informações sobre realização de cursos de capacitação, cursos artesanais, dicas de saúde, dicas de beleza, de comportamento cívico, de preservação ambiental, de nutrição e outros.

Ao meio dia há um programa religioso e durante a tarde um programa musical com participação da comunidade apenas por meio de telefone para pedidos de música. Existem ainda programas alternativos elaborados por estudantes, sempre de forma voluntária. Esses programas envolvem temáticas sociais importantes e são dirigidos principalmente à população de uma favela existente no município.

Em termos musicais, a rádio possui programação eclética, com destaque especial para músicas de origem católica, *gospel* e *pop* nacionais. As músicas internacionais são evitadas, mas quando são veiculadas os comunicadores informam os ouvintes do que tratam suas letras. Tradução literal não é feita, apenas destaca-se o enfoque da composição. Apesar de procurar dar ênfase aos programas comunitários, os programas musicais compreendem cerca de 80% da programação da rádio A. Como ponto positivo destaca-se ainda que a rádio A não terceiriza qualquer programa dentro de sua grade de programação, ou seja, não comercializa espaços.

6.1.1 Estrutura organizacional

Cerca de duzentas pessoas estão envolvidas direta e indiretamente com os cerca de 50 programas produzidos pela emissora comunitária, mas são apenas três os funcionários registrados atualmente. Entre esses colaboradores, pelo menos os comunicadores residem dentro da área de abrangência da rádio, como prescreve a legislação das comunitárias. Como os recursos são escassos, a emissora foi montada com contribuições vindas da comunidade, com realização de promoções como festas, bingos, jantares dançantes. Hoje em dia essas promoções ocorrem em menor número. Já há apoio cultural na forma de patrocínio para alguns programas e em relação à

programação geral da rádio. Porém, poucos programas diários são mantidos com apoios culturais.

Para amenizar os custos foi firmado um convênio com a empresa Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC). A comunidade abrangida pelo sinal da emissora pode contribuir com a rádio fazendo qualquer doação através da conta de energia elétrica. De acordo com a direção da rádio, isso representa cerca de R\$ 350,00 mensais.

Como não há a figura do representante comercial, as pessoas que dirigem a rádio saem em busca de verbas para mantê-la. A própria associação a qual a emissora está vinculada existe há quase cinquenta anos e possui caráter tradicional. Porém, a ligação entre a rádio comunitária e essa organização parece ficar em segundo plano, pois não há relação hierárquica entre elas.

Um ponto negativo observado indica que poucas pessoas da comunidade fazem parte do conselho de programação da rádio, formado exclusivamente por integrantes da organização maior que ganhou a licença do canal comunitário. Este conselho ainda é pouco atuante no sentido de opinar sobre os rumos da rádio comunitária. Outro ponto que contraria a legislação das rádios comunitárias foi observado durante a gravação da programação da rádio, em que um apoio cultural não fazia parte da área de abrangência da emissora.

Em compensação, há transparência nas ações da emissora, pois os nomes de todos os componentes do conselho de programação da rádio foram divulgados durante esta pesquisa. Não há personalização por parte da direção da rádio, já que a pessoa encarregada de administrar a estação se refere à condução dos trabalhos sempre na primeira pessoa do plural: nós. Essa pessoa também não ocupa qualquer cargo público.

6.2 Análise da emissora B – programação

A programação da emissora B é composta em cerca de 98% por músicas religiosas. Trata-se de rádio em que prevalece o tipo linear de programação, ou seja,

em que, mesmo com nomes diferentes de programas, o conteúdo destes é semelhante. Não há grandes diferenças, por exemplo, entre um programa musical apresentado de manhã cedo e outro veiculado no final da tarde. Esse tipo de programação reflete a falta de atrações diferentes para os ouvintes da emissora. As músicas apresentadas pela emissora B são, na sua totalidade, músicas evangélicas. O restante da programação divide-se em um programa jornalístico e outro de prestação de serviços. O caráter religioso é visível embora a estação não esteja ligada diretamente a nenhuma instituição de origem católica ou evangélica.

Da mesma forma como ocorre com a emissora A, também há uma entidade forte a que a rádio B está vinculada hierarquicamente. A emissora cede espaços para a difusão de um programa religioso católico semanal, embora mais de 90% de sua programação diária tenham vinculação com a mensagem evangélica.

Fora o programa de prestação de serviços e o jornalístico, a emissora B mantém sua programação eminentemente musical. Há possibilidade de participação da comunidade somente em pedidos de música.

Um dos comunicadores da rádio B descumpre a exigência do Ministério das Comunicações porque reside fora do raio de 1 km da emissora, pois mantém residência em outro município. O diretor afirmou, durante entrevista a este pesquisador, que a emissora não terceiriza a programação, ou seja, não vende espaços na programação. Outro ponto positivo veio à tona pela gravação da programação da rádio. Os apoios culturais veiculados durante o período de pesquisa foram, todos, pertencentes à área de abrangência da rádio.

6.2.1 Estrutura organizacional

Na emissora B, há relação hierárquica visível dentro da emissora. Os técnicos de som (2) tratam o coordenador da emissora como “chefe” e o diretor da rádio como “patrão”. O próprio coordenador refere-se ao diretor como seu “patrão”, o que não poderia ocorrer numa emissora dita comunitária.

Há também personalização evidente na rádio B. A estação foi montada com recursos próprios de seu diretor, portanto, não houve manifestações de apoio por parte da comunidade na promoção de eventos que viessem a financiar a instalação da rádio. Isto não representaria problema algum se a iniciativa de investir sozinho na estação não tivesse partido exatamente do diretor. Quer dizer, desde o início, o objetivo era financiar os equipamentos de forma individual e não expor o projeto à apreciação e participação da comunidade.

Durante a entrevista concedida, o diretor da emissora B utilizou várias vezes a expressão “minha rádio”, reafirmando um viés personalista. O diretor ainda negou-se a divulgar os nomes das pessoas que fazem parte do conselho de programação da rádio, o que nos leva a imaginar que este conselho é inexistente ou pouco atuante. Disse ainda que pretende concorrer a cargo público nas próximas eleições municipais, embora não tenha adiantado detalhes.

6.3 Rádio autogestionária

O trabalho comunitário desenvolvido pela rádio A tem méritos à medida que respeita o ouvinte, além de servir realmente à comunidade situada na área de abrangência da emissora. Já o trabalho realizado pela emissora B parece ter graves problemas estruturais porque, a começar pela concretização da rádio, vários desrespeitos são cometidos contra a legislação e, principalmente, contra os próprios ouvintes. Mesmo assim, esses dois exemplos destacados acima contrastam com um terceiro tipo de rádio comunitária, o tipo “C”, de perfil autogestionário, inspirado na experiência da extinta rádio Fortaleza de Blumenau. No pouco tempo em que esteve no ar, a emissora poderia ter servido de modelo para muitas rádios comunitárias brasileiras. A dedicação e o trabalho em equipe não foram suficientes, porém, para que a emissora blumenauense obtivesse a autorização de funcionamento. Em compensação, nunca ficaram tão evidentes os interesses da grande mídia em apressar o fim de uma rádio comunitária.

Na emissora de Blumenau não havia relação hierárquica. Os colaboradores se revezavam na coordenação dos trabalhos e eram escolhidos em assembléia aberta. O conselho de programação era e continua sendo atuante, mesmo depois que a rádio saiu do ar. Almoços e reuniões ainda são promovidos com freqüência. Os recursos que deram origem à rádio vieram apenas de promoções comunitárias. Interesses particularistas não são observados e o espírito de coletividade observado na comunidade do bairro Fortaleza resiste à falta da emissora.

Os apoios culturais nem eram veiculados para que não houvesse mais perseguição e também porque algumas empresas tinham medo de anunciar na rádio. O sertanejo de raiz e a MPB eram as opções musicais que correspondiam à maior parte da programação, apresentada por integrantes da própria comunidade diariamente.

A liberdade de crença era garantida com a abertura de espaço para programas religiosos, embora estes fossem ao ar em pequeno número. Todos os comunicadores residiam dentro da área de abrangência da rádio e, em hipótese alguma, os espaços da rádio eram comercializados para terceiros. No quadro abaixo, um resumo mostra as diferenças entre estes três tipos de rádios comunitárias do Vale do Itajaí.

TABELA 2: Comparação entre rádios A e B e em relação a uma autogestionária

ITENS DE COMPARAÇÃO	EMISSORA A	EMISSORA B	EMISSORA C
Relação entre dirigentes e colaboradores	Relação hierárquica branda. Dirigente não demonstra hierarquia mas ela está implícita nos colaboradores que o seguem como líder.	Relação hierárquica forte. Colaboradores se referem aos dirigentes como “patrões”.	Não há relação hierárquica. Colaboradores se revezam na coordenação dos trabalhos. A figura do coordenador é ilustrativa.
Conselho de programação	Pouco atuante	Nada atuante	Muito atuante
Origem dos recursos para instalação da rádio	Recursos próprios da entidade que dá sustentação institucional à rádio, além dos obtidos com promoções comunitárias.	Recursos próprios do diretor da rádio.	Recursos obtidos com realização de festas, bingos e outras promoções de comunidade.
Interesses próprios da direção da emissora	Não são evidentes. Prevalece o espírito coletivo.	Diretor admite que pretende concorrer a cargo público. Gestão personalística.	Não são evidentes. Prevalece o espírito coletivo.
Apoios culturais	Nem todos são da área de abrangência da rádio.	Todos são da área de abrangência da rádio.	Emissora não veicula apoios culturais para evitar represálias.
Comercialização de espaços na programação	Não há	Não há	Não há
Programação musical	Variada. MPB, pop nacional, músicas religiosas católica e gospel.	Somente música gospel.	MPB, sertanejo de raiz.
Disponibilização de espaços para programas religiosos.	Mantém programas católicos e alguns evangélicos.	Mantém programas evangélicos e um católico semanal.	Abre espaço para programas católicos e evangélicos
Quantidade de programas musicais em relação aos programas comunitários.	Mantém programas jornalísticos e de participação da comunidade, além de programas musicais. Porém, os musicais ainda compreendem cerca de 80% da programação.	Apenas um programa de meia hora diária foge do gênero musical que chega a 98% da programação.	Mantém vários programas de utilidade pública e jornalísticos, além dos programas musicais que não ultrapassam 70% da programação diária.
Residência dos comunicadores	Todos residem na área de abrangência da rádio.	Nem todos residem na área de abrangência da rádio.	Todos residem dentro da área de abrangência da rádio.

Fonte: pesquisa do autor

6.4 Análise da programação jornalística das rádios: critérios utilizados

Para comparar as programações entre duas rádios comunitárias existentes no Vale do Itajaí, pretende-se analisar um programa de cada emissora. Como em uma das emissoras a programação musical rege praticamente a totalidade das emissões diárias, preferiu-se analisar um programa de caráter jornalístico, já que este tipo de programação é o único a se igualar atualmente nas duas emissoras. Outros motivos levaram a este tipo de comparação: a) a segunda emissora analisada – rádio B – possui apenas um programa jornalístico diário como programa ao vivo sem interferências religiosas, por isso considera-se relevante comparar o mesmo tipo de programa nas duas emissoras; b) acredita-se que um programa de caráter jornalístico foge da estrutura-padrão das duas emissoras, já que não veicula conteúdo musical, comercial ou religioso, presentes na maioria das rádios comunitárias do Vale; c) um programa jornalístico em uma emissora de rádio caracteriza-se, em princípio, pela isenção. Também em princípio, o nível de atenção dos ouvintes é maior. Resta saber apenas como essa informação é passada ao público.

A intenção é a de averiguar o número de notícias veiculadas nas emissoras, dentro e fora da área de abrangência de cada uma. Além disso, pretende-se examinar as programações segundo um critério qualitativo, que denominamos “indiretamente dentro da área de abrangência”; tal critério serve para identificar assuntos mesmo não estando localizados na área de abrangência da rádio – de apenas 4 quilômetros em virtude de seus 25 watts – mas que podem causar interesse na área. A intenção é saber se o espaço jornalístico da emissora comunitária está sendo preenchido com informações que dizem respeito à comunidade, que são inerentes a ela, que trazem algum tipo de ganho àquela comunidade.

A hipótese inicial era de que um horário de comunicação com o público, tão importante numa emissora de rádio, como o espaço jornalístico, pudesse estar sendo mal utilizado nas emissoras comunitárias pesquisadas. Claro que informações sobre a economia e a política brasileiras são importantes para qualquer comunidade tanto quanto as informações sobre os jogos do Flamengo ou do Corinthians, times que reúnem torcedores em todos os cantos do Brasil. Mas é bom lembrar que rádio

comunitária é uma experiência que deveria surgir da comunidade, portanto, a programação dessas emissoras deveria ser feita pela comunidade e não para a comunidade.

Qualquer tipo de influência dos ouvintes por meio de comentários contra ou a favor dos órgãos públicos ou empresas privadas também foram considerados. O mesmo vale para problemas de ordem técnica que comprometam a informação. A seguir, apresentam-se as análises de quatro edições de cada um dos programas jornalísticos das emissoras A e B. No caso da emissora A, os programas analisados foram ao ar entre os dias 30 de novembro e 3 de dezembro de 2004. No caso da emissora B, os programas analisados foram ao ar entre os dias 23 e 26 de novembro de 2004.

6.4.1 Análise do programa jornalístico da rádio A

O programa da emissora A vai ao ar de segunda a sexta-feira das 8h às 8h50min. Durante os dias analisados percebe-se que o programa entrou no ar rigorosamente no horário, portanto seus dois apresentadores se preocupam em manter a identidade da atração e o respeito aos ouvintes. As leituras das notícias são feitas diretamente de jornais e *releases* enviados por prefeituras e empresas⁴⁰. Além dos dois apresentadores, dois assessores de imprensa entram no ar com boletins ao vivo, um direto da Câmara de Vereadores e outro do Batalhão da Polícia Militar. O programa é ordenado por zonas geográficas, com notícias locais, estaduais, nacionais e internacionais, além de contar com a editoria de esportes.

Na primeira edição analisada, em 30 de novembro de 2004, 29 notícias foram ao ar, no conjunto, contando as informações passadas pelos boletins. Destas, 18 notícias diziam respeito à área de abrangência da emissora A (62%), 8 eram de fora da área de abrangência (27,5%) e 3 (10,5%) podem ser incluídas numa terceira categoria, pois

⁴⁰ Informação concedida durante entrevista com um dos apresentadores do programa, que preferiu não se identificar por razões compreensíveis.

eram informações de fora da área de abrangência, mas que representam repercussão dentro da área de abrangência. Como exemplo, o último dia para declaração de isento do Imposto de Renda.

As informações educativas de como fazer a declaração também diziam respeito à localidade em que está inserida a rádio. Houve uma grande entrevista com o governador Luis Henrique da Silveira sobre a saída do PMDB do governo federal. Durante o programa houve a divulgação de uma notícia polêmica que envolvia indícios de irregularidades na aplicação de recursos federais em uma obra do município. Entretanto, a notícia foi lida sem qualquer tipo de comentário dos apresentadores. Informações policiais foram deixadas para o último bloco do programa, sem alardes sobre os assaltos, furtos e corpos encontrados. O único problema da edição foi a utilização de boletins retirados de emissoras do eixo-Rio São Paulo sem a devida identificação da fonte.

No segundo programa, de 1º de dezembro de 2004, 36 notícias foram divulgadas, sendo 14 da área de abrangência da rádio (38,9%), 17 de fora da área de abrangência (47,2%) e 5 consideradas de interesse indireto dentro da área de abrangência (13,9%), como apostas recordes da Mega Sena e Lotomania. Mais uma vez há presença de boletins sem identificação das fontes, como um em que o locutor informa sobre a fala do Ministro Antônio Palocci dizendo que a economia está crescendo de forma mais sólida. Suspeita-se que tenha sido extraído da RADIOBRAS. Uma crítica à administração municipal foi feita neste programa. Quando a informação dava conta da proibição do estacionamento em uma praia, o locutor fez um comentário crítico à forma como o turismo é pensado naquela cidade, expresso do seguinte modo:

Na verdade essa é uma polêmica, agora se pensa em turismo em [...] e não se pensa em como acomodar o turista. Na verdade, no trajeto da [...] ali, existe ali (*sic*) dois bolsões, que cabem o que, três, trinta, quarenta veículos cada um? É muito pouco, o turista vem pra [...] e precisa ser bem acomodado na nossa cidade, isso é que é verdade.⁴¹

⁴¹ Trecho obtido por meio de gravação do programa jornalístico da rádio A no dia 1º de dezembro de 2004.

Nesta edição não houve boletim ao vivo da Câmara dos Vereadores. A forma tradicional de montagem do jornal foi quebrada com informações sobre o dia mundial de luta contra a AIDS que entravam, a todo momento, entre as demais notícias.

O terceiro programa analisado, em 2 de dezembro de 2004, teve 31 notícias no total, sendo 15 da área de abrangência da rádio (48,4%) e 13 de fora (42%), além de 3 informações indiretamente (9,6%) com reflexos na área de abrangência. A emissora saiu do ar com problemas técnicos durante a veiculação do jornal. Diferentemente das edições anteriores, nesta houve uma entrevista ao vivo por telefone com um integrante de um coral que falou sobre uma apresentação pública. Duas notas lidas pelos apresentadores destacavam afirmações de um senador da região: “senador diz que consumidores serão os prejudicados pelo aumento dos combustíveis” e uma outra do senador reivindicando providências ao presidente da Infraero para consertar goteiras em um aeroporto. Ou seja, mesmo não estando juntas, as duas notas não traziam informações relevantes, não precisariam estar no programa. Percebe-se um certo viés a favor das opiniões do senador, possivelmente de *releases* enviados pela assessoria de imprensa do parlamentar.

No quarto e último programa analisado, que foi ao ar em 3 de dezembro de 2004, foram 33 notícias no total, 13 da área de abrangência (39,4%), 19 de fora da área (57,6%) e uma indiretamente de dentro da área de abrangência (3%). Numa notícia sobre o dia internacional do portador de deficiência física, uma crítica à administração municipal: a falta de estrutura para os deficientes nas ruas da cidade. Da mesma forma que na crítica apresentada no primeiro programa, não houve ofensa, provocação, apenas um “lembrete” à prefeitura.

Diga-se de passagem... a Administração Pública [...] tá devendo e tá devendo [*sic*] muito no que diz respeito ao conforto dos deficientes físicos na nossa cidade, não só na nossa cidade, mas sistema viário, calçadas, enfim, é preciso que a próxima administração que tá entrando aí olhe com muito carinho o assunto dos deficientes físicos na nossa cidade.⁴²

⁴² Trecho obtido por meio de gravação do programa jornalístico da emissora A no dia 3 de dezembro de 2004.

Três boletins externos com identificação do locutor que leu as notícias, mas sem identificação da fonte que as enviou, foram transmitidos durante o programa. No total de edições pesquisadas, 60 notícias (46,5%) eram da área de abrangência da rádio, 57 (44,2) eram de fora da área de abrangência e 12 (9,3) eram indiretamente da área de abrangência. Os números comprovam que a maior parte das informações é dirigida à comunidade atendida pela rádio, embora um número muito próximo de notícias de fora da área de abrangência seja veiculado pela emissora. Das 129 notícias, 17 (13%) foram de política, 17 (13%) de polícia e 5 de economia (0,3%).

TABELA 3: Resumo das quatro edições do programa da emissora A

EDIÇÃO	DENTRO	FORA	INDIRETA	TOTAL
1 – 30/11/04	18 (62%)	8 (27,5%)	3 (10,5%)	29
2 – 01/12/04	14 (38,9%)	17 (47,2%)	5 (13,9%)	36
3 – 02/12/04	15 (48,4%)	13 (42%)	3 (9,6%)	31
4 – 03/12/04	13 (39,4%)	19 (57,6%)	1 (3%)	33
TOTAL	60 (46,5%)	57 (44,2%)	12 (9,3%)	129

Fonte: pesquisa do autor

6.4.2 Análise do programa jornalístico da rádio B

O programa jornalístico da emissora B é apresentado de segunda a sábado das 12h às 13h, mas, nos quatro dias em que foi gravado para esta pesquisa, em nenhuma edição o horário foi respeitado. Em duas edições o programa começou no horário previsto, 12h, mas na primeira foi encerrado às 12h30min, na segunda, às 12h50min, na terceira iniciou às 12h15min e terminou às 13h10min, enquanto na quarta teve início às 12h10min e conclusão às 13h. Ou seja, não há pontualidade. As notícias não possuem uma ordem de apresentação, seja por zonas geográficas: locais, estaduais, nacionais ou internacionais, ou por editorias: polícia, política, economia etc. Elas

simplesmente são inseridas em qualquer parte do jornal e em qualquer ordem. A apresentação do programa fica a cargo de duas pessoas. O fundo musical existente durante as locuções variou durante as quatro edições pesquisadas, não servindo como meio de identidade do programa. Vários problemas técnicos básicos foram apresentados, desde o vazamento de comentários entre os locutores, até microfones desligados durante a leitura de grandes textos. Nessas ocasiões o fundo musical (*Background* – BG) ficava mais alto que a locução. Passamos agora à análise do conteúdo do programa jornalístico da emissora B⁴³.

A leitura na íntegra de textos extraídos de jornal, principalmente de um conhecido jornal sensacionalista, fazem com que o programa jornalístico da rádio B tenha menos notícias do que o da rádio A. O ritmo de locução é lento e há inúmeros problemas de leitura que dificultam a compreensão por parte do ouvinte. Em termos quantitativos, o jornal da emissora B apresenta quase a metade das notícias do jornal da emissora A. A leitura na íntegra de textos extraídos do jornal sensacionalista contempla todos os adjetivos, expressões chulas e erros de redação cometidos pela publicação.

Na falta de critérios de apuração, seleção e ordenação das informações que colocam no ar, os locutores da emissora B apelam para a mesma linguagem utilizada no jornal impresso, corroborando e até mesmo rindo das notícias que estão lendo. Somente na última edição analisada os locutores citaram a fonte das informações como sendo o jornal sensacionalista, comprovando a suspeita. Porém, é fácil perceber que em todas as edições analisadas os textos foram retirados da mesma publicação. O tipo de linguagem utilizada pela publicação é única⁴⁴. O jornal assume sua posição política que, nas edições em questão, pareceu identificar-se com a da própria emissora⁴⁵.

O primeiro programa analisado foi ao ar no dia 23 de novembro de 2004 e começou com uma notícia sobre o encontro de um prefeito eleito do PT com lideranças

⁴³ A análise segue os mesmos critérios utilizados no programa da rádio A, conforme indicações constantes nas páginas 127 e 128 deste trabalho.

⁴⁴ Para comprovar esta suposição foram pesquisadas as edições dos dias de apresentação do programa da emissora B e todas as notas lidas pelos apresentadores, principalmente de polícia, realmente constavam no jornal impresso.

⁴⁵ Supõe-se que a utilização dos textos do jornal sensacionalista poderiam ter as seguintes funções: a) abastecer o jornal devido à falta de repórteres para apurar as informações; b) aliar a linguagem chula conhecida pela população a um programa radiofônico, na tentativa de angariar ouvintes; c) manifestar a opinião do jornal que também era a opinião da rádio quanto às questões políticas municipais.

petistas e sua primeira visita à prefeitura, após as eleições. O problema é que na visita o prefeito eleito acabou encontrando-se com o adversário das urnas. Nota-se a posição manifestada no texto do jornal impresso e lida pelos apresentadores da rádio:

[...] Ao chegar na sede do governo municipal [...] deu de cara com [...]. Prontamente o prefeito eleito estendeu a mão cumprimentando o seu opositor nas últimas eleições. Ao entrar no gabinete topou com a promotora [...] que prendeu vários militantes de candidatos do PT no dia das eleições, prendendo inclusive o motorista de [...] no dia do pleito. [...] tratou a promotora com a mesma cordialidade mostrando que acima das diferenças políticas [...] é um político com P maiúsculo, dispensando a todos a mesma atenção e educação, tudo no mesmo estilo e com muita classe que um grande e verdadeiro político tem e deve ter.⁴⁶

A segunda notícia, sobre a ANATEL, acaba no mesmo problema, com comentário dispensável sobre a função do órgão federal. Daí em diante começam as trágicas notícias de polícia, contadas nos mínimos detalhes. Na nota sobre um ciclista que morreu atropelado por um caminhão, um show de sensacionalismo e adjetivação grosseira e inoportuna apresentado pelo jornal impresso é transportado para a rádio: “Corpo do rapaz foi arrastado pelo menos por nove metros pelo caminhão assassino”; “O rodado da carreta passou por cima do peito do Juarez”.

No total, foram 13 notícias, 5 (38,4%) de dentro da área de abrangência da rádio, 6 de fora da área de abrangência (46,2%) e 2 (15,4%) indiretamente da área de abrangência. O que chamou a atenção foi o significativo número de notícias policiais (5), correspondendo a 38,4% da edição.

No segundo programa analisado, do dia 24 de novembro de 2004, 15 notícias foram apresentadas, 3 (20%) da área de abrangência, 10 (67%) fora da área e 2 (13%) indiretamente dentro da área de abrangência. Dessas informações, 7 referiam-se à editoria de polícia, ou seja, 47% do programa. Continuaram as leituras do jornal sensacionalista sem indicação da fonte.

A edição do dia 25 de novembro de 2004, terceiro programa analisado, contou com 17 notícias. Destas, 4 (23,5%) eram da área de abrangência da rádio, 9 (53%) não eram e outras 4 indiretamente enquadravam-se na área de abrangência. Seis notícias

⁴⁶ Trecho obtido por meio de gravação do programa jornalístico da emissora B, em 23 de novembro de 2004.

(35,2%) eram de polícia e a linguagem continuou com o mesmo perfil sensacionalista e popularesco. Poder-se-ia questionar: a linguagem ofensiva do jornal impresso deveria ser lida numa emissora de rádio que se diz comunitária, sem qualquer preocupação com a educação dos ouvintes?

Colocações desnecessárias também foram apresentadas em duas oportunidades. Numa, sobre a aprovação da fábrica de enriquecimento de urânio no Rio de Janeiro, o comentário do locutor foi o seguinte: “Essa notícia dá até orgulho de ser brasileiro, o Brasil tem só coisa boa, né? O Brasil é um país que vai crescer muito. Você que tá ouvindo aí o [...]”. Em outro momento, o tom é de revolta com a política brasileira: “Agora, o Antony Garotinho tá sempre metido em coisas ruins, né? Lá no Rio ele fez aquele problema [*sic*] lá de compra de votos, né? Ficou feio pro PMDB, ficou feio pra ele, ficou feio pra todo mundo [...] essas raposas velhas têm que sair daí”. Esse discurso de incitação à mudança nos cargos eletivos causa preocupação porque não acrescenta nada, apenas expõe uma opinião que é do locutor. Numa notícia sobre a prisão de um traficante internacional em Joinville, o locutor mistura linguagem jornalística com o discurso religioso, atribuindo a Deus a captura do criminoso.

O quarto programa analisado, que foi ao ar em 26 de novembro de 2004, teve 21 notícias. Destas, 10 (47,6%) pertenciam à área de abrangência da rádio, 5 (23,8%) não pertenciam e 6 (28,6%) pertenciam indiretamente. Das 21, 7 eram notícias de polícia, compreendendo 33,3% da edição. Expressões comuns ao jornal impresso foram novamente incorporadas pelo programa, mas desta vez os locutores citaram a fonte. O locutor chegou a dizer que estava prestando uma homenagem ao jornal. Algumas expressões e gírias utilizadas naquele dia exemplificam a linguagem popularesca: “a dona *justa*” (referindo-se à Justiça); “eles foram *grampeados*” (ou seja, presos), etc.

Neste programa duas outras notas chamam a atenção: uma conclamação aos petistas da região de abrangência da rádio, para que participassem de uma reunião e uma crítica feroz à administração municipal sobre o lançamento de um edital.

[...] Esse porto já foi arrendado uma vez para que fosse feito uma ampliação. Eles ficaram mamando tantos anos e foram fazendo a obra junto. Em vez de fazer a obra antes, arrendar, não, eles ficaram enrolando, enrolando, enrolando, enrolando, e com o próprio dinheiro que ganharam fizeram a obra. Então, eles têm que fazer a obra já no contrato, né?, depois que entra o

dinheiro é [...] vai produzir a obra? A obra tem que ser feita assim que entra, começar no primeiro dia.⁴⁷

O comentário não é claro o suficiente para um bom entendimento por parte dos ouvintes. Quanto à chamada petista – “Atenção companheiros do PT” –, tratava-se apenas de um curso a respeito de orçamento participativo.

No total apresentado pela emissora nos quatro programas analisados, foram 66 notícias, 22 (33,3%) da área de abrangência da rádio, 30 (45,4%) de fora da área de abrangência, 14 (21,3%) indiretamente dentro da área da rádio. Nesses quatro dias, constata-se que 25 notícias (38%) foram da editoria de polícia, 7 de política e outras 7 de economia, cada uma representando 10,6%. Os números demonstram que a intenção do programa é destacar as informações policiais lidas diretamente do jornal impresso, com sensacionalismo, deboche, erros propositais de português, características do jornal impresso que fazem sucesso junto ao público leitor, na busca de ouvintes para a emissora. Tais números também deixam dúvidas quanto ao compromisso da rádio com a comunidade atendida e quanto à seriedade do trabalho desenvolvido.

TABELA 4: Resumo das quatro edições do programa da emissora B

EDIÇÃO	DENTRO	FORA	INDIRETA	TOTAL
1 – 23/11/04	5 (38,4%)	6 (46,2%)	2 (15,4%)	13
2 – 24/11/04	3 (20%)	10 (67%)	2 (13%)	15
3 – 25/11/04	4 (23,5%)	9 (53%)	4 (23,5%)	17
4 – 26/11/04	10 (47,6%)	5 (23,8%)	6 (28,6%)	21
TOTAL	22 (33,3%)	30 (45,4%)	14 (21,3%)	66

Fonte: pesquisa do autor

⁴⁷ Trecho obtido por meio de gravação do programa jornalístico da rádio B, em 26 de novembro de 2004.

6.5 Uma análise da legislação das rádios comunitárias

Após a análise de duas das nove emissoras comunitárias presentes atualmente no Vale do Itajaí, torna-se imprescindível recorrer à legislação do Serviço RADCOM. A intenção não é justificar o comportamento dessa ou daquela emissora comunitária que, em vez de trabalhar com a comunidade, define sua programação de forma personalista, de acordo com os interesses mercadológicos, religiosos ou político-partidários da organização à qual faz parte. O objetivo é examinar a legislação e os interesses econômicos corporativos que a mesma encobre de forma ideológica.

Depois da Lei nº 9.612 de 19 de fevereiro de 1998, aprovada com o Decreto nº 2.615 de 3 de junho de 1998 (ANEXO C), a legislação das rádios comunitárias passou por uma pequena reformulação em 24 de setembro de 1998, com a Resolução nº 60 da ANATEL que designou a utilização do canal 200 para uso exclusivo e em caráter secundário, das estações do serviço RADCOM, em nível nacional.

Em 31 de agosto de 2001 a Medida Provisória nº 2.216-37, art.19, alterou o parágrafo único da Lei 9.612 de 19 de fevereiro de 1998 e criou, com isso, a possibilidade de emissão da autorização provisória para o funcionamento de estação de rádio comunitária. Tal medida visava reduzir a quantidade de liminares obtidas em todo o Brasil em virtude da demora do Ministério em analisar os pedidos e conceder as licenças. Representou, por outro lado, subterfúgio ideal para colocar no ar emissoras descompromissadas com as comunidades abrangidas e calcadas em interesses político-partidários e ideológico-religiosos.

Em 12 de dezembro de 2002, através da Lei nº 10.610, no item que dispunha sobre o prazo de outorga, as rádios comunitárias passaram a ser concedidas, quando da licença definitiva, por um período de dez anos, e não mais por três anos, como anteriormente dizia o texto da lei 9.612 de 1998 (ANEXO D). Neste ponto, se a idéia era garantir a posse da rádio comunitária por um período de tempo maior, também acarretou na impossibilidade de retirar do ar emissoras que pouco ou nada tinham de comunitárias. O interessante é que aqui a falta de estrutura para fiscalização pode ter influenciado na decisão de aumentar o prazo de autorização de funcionamento. Ou seja, a redução do tamanho do Estado, conforme argumentam setores da esquerda,

também tem conseqüências contrárias aos interesses públicos. Historicamente, a fiscalização do cumprimento das leis é problemática no Brasil, não apenas por deficiência de estrutura estatal, mas também por deficiente cultura cívica (fraca composição de capital social).

A mais recente complementação na legislação das rádios comunitárias foi feita através da Norma nº 1 de 2004, estabelecida em 23 de janeiro daquele ano pelo Ministério das Comunicações. Esta Norma trata de detalhes técnicos causadores de confusão e com pouco esclarecimento até então, como as características técnicas das antenas transmissoras de sinais de rádio comunitária, instalação de antenas, proximidade da antena com a sede da emissora, além de detalhar com maior propriedade todos os passos a serem dados por uma associação, quando da solicitação de um canal de rádio comunitária. Embora a legislação seja considerada nova, ela está amparada no Código Brasileiro de Telecomunicações instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, modificado e complementado pelo Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

Quando se examina o anexo ao Decreto Lei que instituiu o serviço de rádio comunitária no Brasil, ou seja, o regulamento do serviço de radiodifusão comunitária, que corresponde à legislação do sistema RADCOM, encontra-se alguns trechos que, ao nosso ver, deveriam ser alterados pelo Ministério das Comunicações. Tais trechos refletem a falta de compromisso do governo com as entidades verdadeiramente comunitárias e explicitam as ligações estreitas entre o Ministério das Comunicações e os donos da grande mídia nacional.

Começamos pelo Capítulo I, artigo 4º .

Art. 4º A Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – designará um único e específico canal na faixa de freqüências do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, para atender, em âmbito nacional, ao Serviço de que trata este Regulamento (BRASIL, 1998).

Este artigo mostra o comportamento do governo quando da liberação do serviço RADCOM. Tratando-se de um canal de baixa freqüência, problemas como a existência de duas ou mais emissoras comunitárias utilizando o mesmo canal numa cidade podem

ocorrer, a exemplo do que acontece atualmente em Itajaí (conforme visto anteriormente). Já que cada rádio não pode estar localizada a menos de 4 km de distância uma da outra, conclui-se que dificilmente haverá possibilidade de uma outra rádio comunitária entrar no ar na cidade, pois a capacidade do espectro para as comunitárias está esgotada em Itajaí, segundo informações da ANATEL. Não se tratando de uma cidade grande e possuindo uma característica geográfica plana, a interferência de sinais entre as duas emissoras é identificada em alguns pontos do município e já acarreta problemas.

Fica claro, também, que apenas uma rádio comunitária poderá entrar no ar em cidades que têm dimensões territoriais inferiores ao raio de 4 km exigido pelo Ministério das Comunicações. O alcance das emissões, permitido pela legislação, não pode ser considerado grande – muito pelo contrário; considerando-se a realidade territorial das cidades brasileiras, pode ser considerado muito pequeno. O problema maior é a impossibilidade de pleitear um canal secundário e ter que utilizar obrigatoriamente a mesma frequência determinada por regiões do país.

Outro problema decorrente da utilização do mesmo canal numa localidade como Itajaí é que as duas emissoras saem perdendo oportunidades de inserção na coletividade. Os ouvintes-cidadãos também perdem meios de informação, expressão e possibilidades de ampliação de seu capital social. No caso das rádios religiosas, perdem fiéis. Perdem anunciantes que poderiam ampliar os apoios culturais, e, como conseqüência, perdem a possibilidade de aquisição de equipamentos, CDs, manutenção técnica das emissoras, etc. Além disso, se o alcance do sinal fosse maior e houvesse ampliação no número de apoios culturais, as emissoras poderiam contratar mais pessoas. Ainda que as rádios sejam comunitárias, sem fins lucrativos, a remuneração de funcionários, como os operadores de mesa, é parte da realidade profissional. A legislação atual não atende adequadamente a esta necessidade. Um maior número de pessoas com carteira assinada reduziria os níveis de desemprego e subemprego, fazendo das atuais duas mil rádios comunitárias espaços de profissionalismo e de potencial ampliação de capital social.

O segundo caso de desrespeito que se aponta na legislação pode ser conferido no documento de licença definitiva de rádio comunitária, afixado nas paredes das rádios

analisadas. O preconceito estampado no próprio documento emitido pelo Ministério das Comunicações é previsto no Capítulo II, Artigo 8º, parágrafo I:

I - Licença para Funcionamento de Estação: é o documento que habilita a estação a funcionar em caráter definitivo, e que explicita a condição de não possuir a emissora direito à proteção contra interferências causadas por estações de telecomunicações e de radiodifusão regularmente instaladas (BRASIL, 1998).

Tal artigo revela a falta de garantias que o sistema RADCOM possui perante as outras formas de emissão de ondas radioelétricas, sejam elas de rádio ou televisão comerciais e a posição de desvantagem que as rádios comunitárias têm em relação ao sistema de radiodifusão comercial. É flagrante já na legislação que se as emissoras comunitárias ocasionarem qualquer interferência nos outros serviços de radiodifusão, podem ter que sair do ar imediatamente, enquanto que a elas não é garantido qualquer direito no caso de sofrerem interferências. Entende-se, do ponto de vista da teoria do capital social, que a prestação de serviço mantida pela comunidade não pode ser apontada como algo inferior, muito pelo contrário. Entretanto, a legislação confirma o enfoque ideológico no Capítulo VII, Artigo 27º, conforme se evidencia com o seguinte trecho:

Art. 27. Caso uma emissora do RADCOM provoque interferência prejudicial nos demais Serviços regulares de Telecomunicações e de Radiodifusão, a ANATEL determinará a imediata interrupção do seu funcionamento, até a completa eliminação da causa da interferência (BRASIL, 1998).

A legislação deixa evidente no Capítulo III, Artigos 9º e 10º, a quem cabem as obrigações de fiscalização quanto ao conteúdo e quanto às questões técnicas. Ao Ministério das Comunicações cabe a função de fiscalizar tudo o que disser respeito ao conteúdo da programação. Já à ANATEL cabe fiscalizar o uso do espectro radioelétrico.

Observando as atitudes reais das emissoras que fazem parte do Vale do Itajaí, pode-se comprovar que há desrespeito com relação à legislação. O coordenador de uma das nove rádios do Vale do Itajaí afirmou que pessoas da comunidade compram espaços da programação para difundirem programas próprios. Isso é previsto no

Capítulo XI que trata das infrações e penalidades ao descumprimento da legislação do serviço RADCOM: o parágrafo XIII diz que serão aplicadas nessa ordem: advertência; multa e, na reincidência, revogação da autorização se houver “cessão ou arrendamento da emissora ou de horários de sua programação” (BRASIL, 1998).

No Capítulo IV, que dispõe sobre a autorização do sistema, em Parágrafo único, consta que “Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a executar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida” (BRASIL, 1998).

A Norma Complementar N^o 1 de 2004 trouxe mais detalhes sobre os procedimentos para se obter e para manter uma rádio comunitária: no item 7.1, que trata da documentação a ser apresentada ao Ministério das Comunicações, a letra “h” diz que os proponentes devem apresentar “declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso” (BRASIL, 2004). Porém, há casos de diretores de rádios comunitárias da região analisada residindo fora da área de abrangência da emissora.

Tal obrigatoriedade está no Capítulo XI, das Infrações e Penalidades, Artigo 38^o, parágrafo IV da legislação de 1998. “Manutenção, pela autorizada, no seu quadro diretivo, de dirigente com residência fora da área da comunidade atendida” (BRASIL, 1998). Num outro ponto da Norma, item 8.2, dos requisitos básicos para análise dos pedidos das rádios comunitárias, a letra “C” diz que os diretores “mantenham residência na área de execução do Serviço, exceto nas localidades de pequeno porte, onde poderão residir em qualquer ponto da área urbana” (BRASIL, 2004).

A Norma também traz os critérios de desempate quando da existência de duas entidades disputando um canal de rádio comunitária numa mesma localidade. Se isso ocorrer, diz a Norma que em trinta dias essas entidades deverão se associar para explorar o serviço de forma comum. Se não houver manifestação favorável ao acordo entre as entidades, será selecionada a entidade que tiver apresentado o maior número de manifestações de apoio. Ainda assim, se o número for igual, deveria haver sorteio. Nada disso ocorreu em Itajaí, cidade onde duas emissoras comunitárias estão no ar na mesma frequência.

6.6 Proposições para a legislação das rádios comunitárias

A luta por uma rádio que se identifique com a comunidade abrangida e que esteja em sintonia com a cultura local, ou seja, um serviço público atuando lado a lado com a população na defesa de seus direitos e trazendo cidadania por intermédio das ondas do rádio – consolidou-se a partir da legislação de 1998. Mesmo assim acredita-se que alguns pontos da Lei 9.612 e da Norma Complementar de 2004 provocam certa discriminação contra as rádios comunitárias.

Como tratar os ouvintes de rádios comunitárias como cidadãos em igualdade de direitos aos ouvintes e telespectadores de rádios e televisões comerciais? Por que as emissoras comunitárias são postas em segundo plano desde a identificação junto ao Ministério das Comunicações (que as separam das FMs tradicionais)? Por que elas não têm sequer o direito de defesa no caso de sofrerem interferência das emissoras comerciais? Por que o fator limitador de distância é apenas de 4 quilômetros, já que isso pode ocasionar problemas semelhantes aos que ocorrem em Itajaí? Aliás, por que não há a mínima hipótese de se conceder uma frequência auxiliar nesta cidade?

As próprias emissoras teriam melhores condições de buscar apoios culturais com uma área de abrangência maior, sem ter que dividir o mesmo espaço numa cidade com outra emissora comunitária, o que acaba ocorrendo em Itajaí. De maneira alguma poderia conceder-se duas autorizações para rádios diferentes numa mesma frequência e numa distância tão próxima.

Na questão da potência limitada das rádios comunitárias, acredita-se que os interesses das emissoras comerciais não poderiam barrar as comunitárias em 25 watts com zero *db* de ganho, quesito fundamental para a operação de uma comunitária. Trata-se de uma potência extremamente baixa para qualquer veículo de comunicação que precisa sobreviver com anúncios mesmo na forma de apoios culturais. Esses apoios precisam ser da área de abrangência da emissora, o que acaba por inviabilizar a manutenção das próprias rádios pelo simples fato de não ter onde buscar esse recurso. Reduzi-lo à área da rádio como maneira de restringir o sinal à comunidade atendida é

interessante, mas a potência de 25 watts torna a emissora vulnerável perante as concorrentes, que chegam a ter 20 mil watts, 35 mil watts, 50 mil watts, alcançando outras regiões e estados do Brasil. (ANEXO I). Nota-se nesta imposição a presença unilateral dos interesses comerciais perante à radiodifusão brasileira.

Há que se rever a questão da área protegida e o real significado desse termo para que o serviço de rádio comunitária não comprometa o trabalho de ninguém. Há que se manter maior controle com relação aos critérios para distribuição dos canais de rádio ditos comunitários. Interesses pessoais e políticos beneficiam grupos oportunistas, antidemocráticos, com canais que poderiam estar a serviço de entidades realmente comunitárias, contribuindo com a formação de uma sociedade democrática rica em capital social.

A morosidade na aprovação dos projetos também precisa ser revista junto aos órgãos executivo e legislativo federais. A tramitação dos processos é extremamente lenta e tem beneficiando apadrinhados políticos – algo que se repete na história dos demais meios de comunicação. Resta lembrar que não será possível avançar na democratização⁴⁸ da sociedade brasileira sem que se democratize o acesso aos meios de comunicação, já que a multiplicação destes, proporcionada pelo mercado e pela tecnologia, não significa automaticamente uma ampliação do capital social, ou seja, da qualidade da vida democrática.

6.7 Retomando a reflexão teórica

O capital social, destacado no segundo capítulo, é revisitado aqui porque serve para uma análise sobre o papel das instâncias democráticas e dos meios de comunicação brasileiros na atualidade. Os problemas em torno das rádios comunitárias são muitos, como destacado acima e no capítulo anterior. Apesar da consolidação do direito de instalação e funcionamento de rádios comunitárias, vários obstáculos

⁴⁸ Sobre democracia, importante contribuição é a distinção entre democracia participativa e democracia social, presente no artigo do professor Carlos Eduardo Sell, em Boeira (2005, p.15-49).

surgiram, tornando mais complexa a relação entre democracia e direito de expressão e/ou direito à informação.

Se antes da consolidação o que importava era a legislação regulamentar o serviço RADCOM, agora as preocupações são maiores. Em primeiro lugar, nota-se uma certa falta de critérios democráticos por parte do poder público em conceder emissoras comunitárias para entidades que pouco ou nada fazem pela comunidade a qual representam, numa clara demonstração de que o clientelismo se mantém como um dos núcleos da cultura política brasileira. Em segundo lugar, a briga com os capitalistas da radiodifusão parece não ter fim. Novas batalhas ocorrem a cada dia por meio de recursos impetrados na justiça para impedir o trabalho de rádios comunitárias nas mais diversas regiões do país. Em terceiro lugar, a legislação aprovada em 1998 apresenta, como destacado no capítulo anterior, entraves à própria consolidação democrática.

Em quarto lugar, as emissoras que conquistaram seus espaços dividem-se entre aquelas que – em menor número – trabalham diretamente com as comunidades e estão inseridas nelas, seja através de programas elaborados por integrantes dessa comunidade ou pelo fato de se fazerem ouvir por meio do rádio e outras – em maior número – compostas também por interesses capitalistas, mesmo estando de posse de canais destinados às comunidades, com interesses religiosos e corporativos de fazer proselitismo e/ou comercializar espaços da programação e, por fim, interesses particularistas de pretensos candidatos a cargos públicos, ou mesmo de simples busca de posição social mais elevada.

Por todos esses motivos vale a pena entender porque o capital social é proposto neste trabalho como forma de disseminação via meios de comunicação eletrônicos, especialmente via rádios comunitárias. A democracia pode estar regredindo com o atual modelo de rádio comunitária existente no Brasil à medida que este modelo se inspira em padrões estabelecidos pelo sistema capitalista.

6.8 Ampliação de capital social através do rádio?

Numa época em que a sociedade mundial vive uma aceleração do desenvolvimento tecnológico, é relevante focalizar a atenção no que ocorre em estratos populares de sociedades semiperiféricas como a brasileira. O lado atrasado do Estado brasileiro, como enfatiza Amélia Cohn, sempre se localizou na “área social, enquanto a busca constante da modernidade se localizou – e ainda se localiza – no aparato do Estado voltado para a dotação de infra-estrutura econômica e/ou para a intervenção em setores estratégicos” (COHN, 1996, p.7). Outro autor, Klaus Frey, parece ter o mesmo ponto de vista, pois afirma que, embora tenha sido um dos países que mais cresceram em todo o planeta, nos últimos anos, o Brasil “[...] enfatizou primordial ou exclusivamente o desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, menosprezou ou ignorou a necessidade de uma política efetiva de justiça social” (FREY, 1996, p.107).

Em contrapartida ao desenvolvimento das máquinas e da rapidez da informação, há um constante desgaste das instâncias públicas, governos, sindicatos, escola, partidos políticos, além da fragilização dos laços sociais que deteriora valores informais como ética, moral, confiança e solidariedade (BAQUERO, 2001b, p.60). Este processo certamente não é linear, envolvendo também, paradoxalmente, ampliação de espaços públicos e iniciativas de cidadãos pela ética na política, experiências de economia solidária, ampliação da democracia por intermédio do chamado terceiro setor, etc. Neste choque de tendências contraditórias, retrato da complexidade contemporânea (MORIN e KERN, 1995) emerge uma percepção nas ciências sociais: a democracia contemporânea avança de forma inusitada, ou seja, ampliando globalmente a desigualdade social (SORJ, 2004). Mas no Brasil, dadas as circunstâncias históricas e a fragilidade do capital social em formação pós-ditadura militar (1964-1985), os cidadãos freqüentemente internalizam essa situação como “natural”, permitindo assim que o Estado não cumpra suas responsabilidades sociais e econômicas na promoção da igualdade social e do desenvolvimento pleno da cidadania (BAQUERO, 2001b, p.53).

Em vez de servirem apenas como recursos de diversão, os meios de comunicação poderiam auxiliar comunidades, tanto nos países periféricos quanto nos países semiperiféricos e centrais do sistema de poder mundial, no sentido de fomentar os laços sociais fundamentais ao desenvolvimento do ambiente democrático. A sugestão principal deste trabalho é que as rádios comunitárias sejam concebidas como

canais para a disseminação de valores éticos, de ajuda-mútua, de educação popular e ambiental na sociedade. Conforme diz Baquero (2001b, p. 63) a “estrutura educacional de um país, os meios de comunicação, o funcionamento das instituições na formação de valores, pode contribuir ou não para a formação de capital social”.

Fenômeno recente na comunicação brasileira, as rádios comunitárias representam um avanço em termos de legislação destinada a atender às comunidades, sobretudo as menos favorecidas, em todo o território nacional. Porém, desde que o serviço foi regulamentado pelo Ministério das Comunicações, houve uma verdadeira explosão no número de emissoras comunitárias por todo o Brasil, como detalhado nos capítulos anteriores. As autorizações desenfreadas de várias rádios em contradição com a morosidade no encaminhamento dos processos de outras – populares – torna cada vez mais o poder público desacreditado: ao menos uma parcela de cidadãos-ouvintes percebe nas rádios comunitárias um reflexo de uma democratização deficiente, que não gera confiança nas instituições públicas.

É justo reconhecer, por outro lado, que essas emissoras podem estar, em parte, contribuindo com a ampliação da cidadania, com o estabelecimento de relações de confiança e com o espírito comunitário, ao serem geridas por integrantes da comunidade em relações ditas horizontais, sem a relação hierárquica presente nas empresas que visam a apropriação particular do lucro (como é o caso das empresas convencionais de comunicação). Mas, e quando isso não ocorre? E quando uma rádio comunitária se torna exatamente aquilo que não deveria? O que fazer no caso de emissoras que abandonaram sua bandeira social em prol da concorrência desleal com rádios comerciais ou emissoras religiosas? Ou quando as rádios comunitárias surgem sem a pretensão de levantar qualquer bandeira social, sem qualquer propósito de fato comunitário?

Para tentar responder a todas essas perguntas se faz necessário observar como as relações sociais são complexas no Brasil. O clientelismo, cuja noção originalmente foi associada aos estudos de sociedades rurais em que o contato pessoal entre camponeses e coronéis, os chefes locais, se dava numa relação de subordinação dos primeiros, dado que não possuíam a terra (NUNES, 2003, p.26-27), é evidenciado na distribuição dos canais de rádio e televisão há décadas. As rádios comunitárias não

foram excluídas desse mesmo tipo de negociação. Utilizando-se de táticas clientelísticas essas emissoras são manipuladas como canais de troca de favores em práticas assistencialistas imbuídas de interesses político-partidários, ou personalístico-populistas, junto às comunidades atendidas por essas rádios.

Bem diferente disso, pensamos que o papel a ser desempenhado pelas comunidades na manutenção dessas emissoras implicaria na participação cidadã em todas as fases inerentes à programação. Tal papel também incluiria uma relação de cooperação entre os líderes de emissoras, sem troca de favores com os ouvintes ou grupos poderosos, sem assistencialismo, sempre com o objetivo de trabalhar coletivamente, disseminando e desenvolvendo valores cívicos e éticos.

Em várias regiões subdesenvolvidas do Brasil essas emissoras desempenham papel primordial tanto para suas audiências, que vêem nelas uma possibilidade de ampliação da cidadania (seja por meio do trabalho voluntário, na organização de bingos, festas, atividades para as crianças, para os idosos, etc). Essa é a tônica central da teoria do capital social. “[...] A participação em associações voluntárias gera normas de cooperação e confiança entre seus membros e [...] essas normas são exatamente aquelas exigidas para a participação política [...]” (BAQUERO, 2001a, p.36).

A acumulação de capital social difere do capital monetário em um detalhe básico: quanto mais se investe no capital social, maior é o retorno (de confiança) obtido pelos próprios indivíduos envolvidos, ou seja, a reciprocidade torna-se eficiente e gera ainda mais confiança. Laços de amizade se tornam tão estreitos em alguns casos que até mesmo questões financeiras são resolvidas apenas pelo capital social. Exemplo disso ocorre quando um dos integrantes da associação passa por dificuldades e é socorrido pelos demais. Trata-se do que Baquero chama de solidariedade fronteiriça. Com esse estímulo à cidadania, os padrões democráticos ampliam horizontes importantes nas relações sociais porque as redes de confiança estabelecidas promovem ganhos mútuos entre as partes envolvidas.

É por isso que se torna urgente, segundo Baquero (2001b, p.58), reterritorializar o conceito de capital social. Longe de ser tido como algo inatingível, utópico, o capital social pode ter aplicabilidade como “alternativa potencial e viável de construção democrática mais eficiente...”. Conforme o autor, ele “[...] pode ser o início de um

processo de resgate da sociedade para uma situação em que o cidadão possa se inserir de forma mais conseqüente nos assuntos políticos [...]”.

Muitas rádios comunitárias trabalham com a difusão de informações sobre direito, educação, cultura, saúde, aquilo que interessa a essas comunidades, com uma linguagem que – pelo menos parece ser esta a intenção -- busca ser bastante próxima à dos integrantes da comunidade e não com uma linguagem “importada”, que vem de fora daquela localidade com a intenção de padronizar os costumes, as crenças, as motivações, com apelo principalmente comercial. Tal importação não acrescenta valor algum àquela comunidade, muito pelo contrário.

É certo que há muito ainda por ser pesquisado em se tratando de linguagem considerada adequada às chamadas rádios comunitárias. Numa abordagem crítica da ideologia implícita no abuso do termo “comunidade”, observa-se que este termo com freqüência é usado como forma de encobrir as diferenças sociais, sejam de classe, de poder, de etnias, etc. Evidentemente um único padrão de linguagem, seja qual for, não poderá ser considerado adequado a uma localidade cuja “comunidade” é marcada pela diversidade cultural. O espaço dito comunitário e cidadão, nestes casos, teria a própria linguagem e a cultura, de forma mais ampla, como objeto de informação e debate, como foco da ampliação da cidadania, da convivência entre cidadãos diferentes em suas condições e estilos de vida. As histórias dos bairros, das transformações urbanas, contadas pelos idosos, por exemplo, permitiria erguer um contrapeso à ótica tecnocrática e mercadocêntrica que arrasa culturas em nome de um suposto e mal definido “progresso” ou “desenvolvimento urbano”.

Uma rádio participativa no dia-a-dia da comunidade adapta-se às circunstâncias reais, seja nos acontecimentos dramáticos, como os desmoronamentos ocasionados em épocas de enchentes, em casos de acidentes naturais ou em homicídios presenciados na localidade; em épocas festivas com a intenção de revelar novos talentos artísticos, ou na busca solidária pela solução negociada de problemas recorrentes, como falta de saneamento básico, por exemplo.

Giddens, citado por Baquero (2001b, p.59), destacava que é a vida cotidiana que permite compreender o sentido das instituições sociais mais amplas. Tais realidades comunicacionais já são observadas em grandes cidades brasileiras como São Paulo,

Belo Horizonte, Recife, Rio de Janeiro e outras, mas podem se estender por todo o país se a causa das rádios comunitárias for realmente compreendida pela população em geral e, principalmente, pelos governos que as concedem. Bons exemplos já foram destacados na grande mídia em programas jornalísticos especiais e até mesmo pelo cinema, como é o caso do filme “Uma onda no ar”, do cineasta Helvécio Ratton, inspirado na Rádio Favela FM, situada no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte (BARTOLOMEI, 2002). A estação iniciou suas operações em 1981 e conquistou projeção internacional pelos dois prêmios que recebeu da Organização das Nações Unidas (ONU), embora antes disso tivesse sido alvo de perseguição como ocorreu com a Rádio Fortaleza de Blumenau.

O aumento significativo no número de emissoras comunitárias vem despertando a ira de empresários do setor de comunicações que acompanham, nessas localidades atingidas pelo sistema RADCOM, a diminuição da audiência de suas estações comerciais provocada pela disseminação das rádios de baixa potência. Esse processo é compreensível, já que, muitas vezes, a programação das comunitárias é feita pelos integrantes da própria comunidade, num misto de trabalho e paixão, na busca de informar seus conhecidos, colegas, parentes, numa comunicação com ideal igualitário entre emissor e receptor. O primeiro não está longe do segundo. Muitas vezes a relação física de vizinhança pode tornar-se efetiva, enquanto relação social, com uma interação simbólica viabilizada pelo rádio. Às vezes basta caminhar alguns metros para chegar à emissora e conversar com o locutor. Não é necessária ligação telefônica ou uso de Internet. A comunicação é rápida e a interação simbólica entre receptor e emissor pode recuperar dimensões afetivas típicas das pequenas localidades rurais, isoladas, marcando e remarcando laços de confiança – que repercutirão, sem dúvida, na qualidade de vida e inclusive na segurança pública, à medida que representam um contraponto à indiferença, à apatia e à solidão.

Por outro lado, há casos em que repórteres da emissora descem o morro e entrevistam os moradores ao vivo, ao ar livre. Os voluntários que prestam serviços à rádio podem ser convocados a comparecer na emissora em razão de problemas relacionados à programação, via microfone e auto-falantes, resolvendo o problema da

falta de telefonia na localidade, assim como ocorria no início da radiodifusão em amplitude modulada.

Desta forma, a comunidade é, potencialmente, chamada a participar das atividades promovidas pela rádio comunitária. O resultado da audiência é observado quase que simultaneamente nas conversas entre as pessoas da localidade que comentam os assuntos abordados na emissora. Ficam ligadas na rádio durante várias horas do dia. Deixam de lado as estações comerciais porque se identificam com o que está sendo emitido, com as pessoas que estão falando no rádio, pessoas essas conhecidas pelo nome, pelo apelido.

Jovens desprovidos de qualificação profissional podem encontrar nas rádios comunitárias um campo de aprendizado e em seguida aprimorar seus conhecimentos para trabalhar em emissoras comerciais como *disk-jockeys* profissionais, técnicos especializados em edição sonora e em apoio às equipes de reportagem. Pessoas excluídas do mercado podem trabalhar para a emissora na qualidade de representantes em busca de apoio cultural para os programas. Nesse trabalho de encontrar anunciantes, vale a interação simbólica, em forma de amizade, assim como a conquista de participação nos valores negociados pelo próprio conhecimento que possuem dos comerciantes de uma determinada região. Por exemplo, se uma panificadora não pode anunciar seus produtos e serviços na mídia convencional, pode entrar com apoio cultural permutando produtos que serão entregues às famílias dos comunicadores. Por que não anunciaria nos programas elaborados pelos próprios conhecidos e com preços irrisórios, em comparação com as rádios comerciais, já que sua área de abrangência é limitada, concentrando-se apenas na clientela da panificadora?

A formação de capital social permite tanto uma melhor gestão dos assuntos públicos quanto do próprio mercado, resgatando sua inserção nas relações sociais efetivas, ou seja, resgatando o valor de uso e complementando o valor de troca via moedas. Sabe-se que a economia convencional, ao longo das décadas, tornou-se tecnocraticamente afastada das relações sociais, a ponto de seus indicadores deixarem de fazer qualquer sentido às vidas humanas e ao meio ambiente. Exemplos disso são o PIB e o PNB, que nada dizem a respeito da qualidade de vida e do capital natural (POLANYI, 2000).

A oportunidade de falar ao microfone amplia o sentimento de responsabilidade pública, o que desencadeia, supostamente, o desejo de fazer bom uso das regras gramaticais ou de reafirmar formas peculiares de interpretar o patrimônio lingüístico. Seja pelo ideal de participar da língua considerada culta, seja pela oportunidade de reafirmar afinidade com diferentes padrões culturais, a rádio comunitária exerce potencialmente o papel de espaço cultural público. Ainda que se possa reconhecer, realisticamente, que este espaço seja também o da expansão das vaidades, dos personalismos e narcisismos, trata-se de uma oportunidade singular de autoconhecimento das comunidades por elas mesmas, ou mesmo da transformação de aglomerados de pessoas em efetivas comunidades, apesar das diferentes condições de vida, vocações e estilos.

Em termos de desenvolvimento urbano, Bernardo Sorj (2004, p.87) apresenta informações do Banco Mundial para afirmar que em áreas urbanas, capital social e confiança são mais difíceis de se manter e desenvolver porque os grupos são maiores em meio ao ritmo de vida acelerado e ao anonimato.

Fukuyama observa (2000, p. 133) que os índices de criminalidade a partir da década de 1960 (especialmente na realidade norte-americana) tornou-se uma das explicações mais importantes para o declínio da confiança pública. Mesmo quando as vizinhanças não são fisicamente perigosas, a percepção de índices crescentes de criminalidade, estimulada por meios convencionais de mídia, tem favorecido uma cultura do cinismo individual. “A este respeito, a mídia desempenha com freqüência um papel grande e inútil” (FUKUYAMA, 2000, p. 133).

A violência poderia, conforme supõem os autores que tratam da teoria do capital social, diminuir numa localidade em processo de formação de sua capacidade de agir comunitariamente; os laços de solidariedade, aumentando entre vizinhos, constituem um contexto normativo entre os indivíduos em geral. A dimensão social da moral não é necessariamente repressiva e contrária ao desenvolvimento do potencial humano dos indivíduos, conforme supõe uma interpretação meramente individualista e atomista das relações sociais.

Também é relevante observar-se que, não sendo estimulada a formação de capital social voltado explicitamente para os bens públicos, abre-se espaço para os

conhecidos casos de controle de localidades pelo crime organizado, que, inclusive, utiliza instalações de rádios comunitárias para seus fins, como o comércio de drogas. Essa forma negativa de “capital social” pode ser melhor compreendida como um “contracapital social”, já que gera insegurança pública, ou seja, desconfiança generalizada e cinismo individual.

CONCLUSÕES

As conclusões apresentadas a seguir são derivadas tanto da análise da bibliografia disponível quanto da pesquisa documental e empírica das rádios comunitárias situadas no Vale do Itajaí.

O advento dos meios de comunicação de massa representou sensíveis modificações nas sociedades contemporâneas, porém ainda são pouco investigados dentro das ciências sociais. A bibliografia esparsa sobre rádio no Brasil comprova isso e é geralmente direcionada à compreensão das atividades de cunho técnico. Estudos relacionados à audiência das emissoras e ao papel que o meio desempenha junto aos ouvintes são escassos, necessitando de maior aprofundamento, afinal de contas, o país é o segundo em número de emissoras, mas certamente o primeiro no tocante à importância dada pelo público ao meio, principalmente junto às populações carentes.

Num Brasil cercado de desigualdade social por todos os lados, milhares de crianças passam fome, grande parte das residências não possui saneamento básico, os problemas de moradia se acumulam em todas as grandes e médias cidades, há crescimento de inúmeros problemas de saúde e a violência impera. Talvez por isso o rádio representa muitas vezes a única fonte de informação ou de entretenimento de uma parcela excluída de quase tudo, até mesmo pelo fato de ser o mais abrangente, mais rápido e mais barato meio de comunicação.

Neste cenário o tema comunidade merece maior destaque e sempre vai merecê-lo pois, independentemente do caos social, todos vivem em comunidade, seja na família, nas associações, nas empresas. Cada uma dessas comunidades é diferente entre si mas a base que as fundamentam é igual. Trata-se de uma unidade de agrupamento social imprescindível para a conquista de direitos individuais e coletivos, principalmente em uma sociedade onde poucos têm muito e a grande maioria luta dia-a-dia para sobreviver.

Se a realidade econômica do Vale do Itajaí faz dessa região uma das mais prósperas de Santa Catarina, seria de se supor que aqui não houvesse necessidade da existência de rádios comunitárias, o que está completamente fora de questão. A região

é rica mas os indicadores econômicos contrastam com problemas sociais semelhantes aos das regiões brasileiras menos desenvolvidas. É na luta conjunta e diária que essas comunidades podem ampliar valores essenciais como a solidariedade, a confiança, o que acaba conseqüentemente gerando capital social.

Mesmo sendo visto como óbvio demais para autores como Sorj, o conceito de capital social pode ser considerado um avanço, simplesmente quando se consegue detectá-lo num meio social. A transposição de uma confiança perdida durante as últimas décadas nas instituições públicas para um outro tipo de confiança, no amigo, no colega de trabalho, no vizinho, reflete avanços em meio a uma sociedade cercada de ódio, desavenças, individualismo e competição.

O capital social pode representar o início de um processo de mudança social apenas a partir do momento em que os indivíduos comecem a ampliar esses laços de solidariedade cada vez mais ausentes no meio do capitalismo. Buscar alternativas de socialização, de ampliação da confiança, de resgate da cidadania, pode ser a saída para as crises constantes da sociedade e para a falta de crença nas instituições públicas. Através dos meios de comunicação, o capital social poderia ser estimulado, testado em uma determinada comunidade. É aí que entram as rádios comunitárias, criadas exatamente para servirem a uma pequena comunidade.

O aspecto negativo, neste caso, é que as rádios comunitárias acabaram desvirtuadas dos valores embutidos nas antigas rádios livres. Essas últimas nasceram ao redor do mundo como possibilidade de expressar idéias, ampliar a cidadania, seja nas frentes de lutas civis em países latino-americanos, em protestos estudantis de uma Europa atrasada nas questões relativas aos direitos humanos, por manutenção de direitos trabalhistas em países sul-americanos e como disseminadoras de cultura e educação em vários outros lugares do mundo.

Hoje as rádios livres não se reconhecem como “clandestinas” no Brasil. Desafiam a autoridade governamental irradiando programações idênticas às rádios comerciais com músicas populares e intervalos comerciais. Nestes casos não há comprometimento social, não há vontade de servir a uma comunidade, não há interesse social. Em vez de utilizarem suas emissões para auxiliar uma determinada parcela da população e conquistarem audiência, tais rádios perderam o caráter de ativismo

político, de inquietação, de luta pela liberdade de expressão. Estão estacionadas do ponto de vista político. Não lutam, não reivindicam, por isso não incomodam, não são fiscalizadas.

Evidencia-se nesta pesquisa que as comunitárias em operação no Brasil conquistaram seu direito de irradiação mas não usufruem, na maioria das vezes, desse privilégio chamado “autorização de funcionamento”. Dividiram-se ao longo do tempo em pelo menos três tipos: comerciais, religiosas e populares (ou autogestionárias). Infelizmente apenas este último modelo se enquadra no tipo de rádio comunitária considerado historicamente “ideal”. Enquanto estas trabalham em prol de uma comunidade e suas programações são feitas por estas comunidades, as outras duas competem com as rádios tradicionais em duas grandes frentes: a conquista de fiéis através da mídia, numa clara transformação de uma emissora de rádio em uma igreja eletrônica, ou na acumulação de capital, como é o caso daquelas que se assemelham às rádios pertencentes a empresários do setor de comunicação.

Constatou-se ainda que a tão sonhada rádio comunitária muitas vezes não é de fato comunitária. Indivíduos que as dirigem estão imbuídos de interesses pessoais, constroem a estrutura necessária para a emissora com recursos próprios e as particularizam mesmo antes delas entrarem no ar. Quando conseguem a autorização de funcionamento, essa dependência que a rádio desenvolve com aquele indivíduo a impede de ser comunitária. Outro caso que chama atenção é o envolvimento político-partidário com as rádios comunitárias. São associações de moradores que, mesmo desenvolvendo trabalho invejável junto às suas comunidades, aliam-se a deputados e senadores com o único propósito de conseguir comprar os equipamentos ou apressar o encaminhamento do processo no Ministério das Comunicações, autarquia federal em que não conseguiriam nem mesmo entrar, se não houvesse influência de determinados parlamentares.

Nestes casos, o clientelismo fala mais alto e a “gratidão” perdura mais do que os dez anos de licença obtidos do governo para operar um canal de radiofrequência. É o clientelismo o principal vilão das rádios comunitárias. Quando não praticado para o início dos trabalhos da emissora, como descrito acima, ele pode se manifestar de uma

outra forma, ainda mais perversa, quando a emissora vira balcão de negócios junto à comunidade atendida e passa a fazer do assistencialismo sua principal bandeira.

Em alguns casos esse assistencialismo parece ser menos aproveitador, mas não deixa de ser assistencialismo. Em outros, chega a assustar pela forma como é realizado, no caso daqueles que concedem o favor já convocando o necessitado a atuar junto à rádio e ao lado de seus dirigentes, principalmente quando estes participarem de qualquer atividade de cunho eleitoral naquele município. Para piorar a situação, existem casos em que os proponentes ao cargo público deixam seus programas temporariamente nas rádios comunitárias, impedidos pelo Tribunal Regional Eleitoral, mas continuam utilizando a emissora como cabo eleitoral eletrônico. Além das mensagens indiretas manifestadas por comunicadores que apóiam o candidato, o balcão de negócios entra em cena mais uma vez, ou seja, o clientelismo disfarçado é praticado pela rádio em benefício do político.

Independentemente do tipo de rádio comunitária escolhida por uma associação, existem outros problemas visíveis dentro e fora dessas emissoras. Fora delas há uma relação de conflito com as rádios tradicionais pela disputa de audiência, que começa com as denúncias regulares ao órgão fiscalizador – ANATEL – feitas pelas rádios comerciais. Mas o pior ocorre quando essas emissoras são colocadas em posição inferior em relação às rádios comerciais e educativas. As comunitárias que apresentarem qualquer problema de ordem técnica são obrigadas pela legislação a saírem do ar imediatamente, como se constatou na análise da legislação do sistema RADCOM. Ao contrário, se qualquer outro veículo de comunicação interferir tecnicamente nas emissões das comunitárias, nada lhe acontece.

Dentro das emissoras os problemas também ocorrem. Recheadas de programas sensacionalistas ou apenas com participação de ouvinte para pedidos musicais, as rádios comunitárias continuam sendo descaracterizadas de sua função inicial, ou seja, servir a uma comunidade. Pessoas interesseiras utilizando espaços terceirizados para promoção pessoal e possível ascensão a um cargo público, programas especializados apenas em servir como classificados de jornal onde se compra, vende e aluga de tudo; programas informativos que não priorizam as informações de caráter local ou da área de abrangência da rádio, feitos por pessoas que nem residem nessa área de

abrangência, que desrespeitam os ouvintes com uma linguagem chula, nem mesmo incentivando o desenvolvimento cultural de uma população.

Outro ponto negativo observado dentro das emissoras é a relação vertical entre um “patrão” que comanda o “negócio” e os funcionários que obedecem. Nestes casos a geração de capital social se torna impossível. Os laços de solidariedade e confiança são substituídos apenas pelo “respeito”. O fato de estar na emissora representa questão de sobrevivência e não uma sensação de fazer parte da comunidade, de agir em benefício dela, de ser altruísta.

Em se tratando dos possíveis avanços democráticos obtidos com as rádios comunitárias, basta dizer que o fato de serem obrigadas a operar com baixa potência denuncia o descaso do governo na manutenção dessas rádios e a forma perversa pela qual foram legalizadas no Brasil. Isto quer dizer que, além de seus princípios terem sido distorcidos por boa parte daqueles que fazem uso desses canais, a própria legislação concedeu os direitos de operação mas não ampliou os horizontes democráticos. Afinal de contas, não houve preocupação com a responsabilidade social.

Comprova-se com esta pesquisa que a política de concessão de emissoras de rádio e televisão continua privilegiando interesses econômicos e políticos de grupos dominantes, por meio de práticas clientelísticas. As políticas públicas de comunicação atualmente não favorecem o ambiente democrático e muito menos as rádios comunitárias. Portanto, há necessidade de revisar seus objetivos e dessas emissoras atuarem com mais afinco em benefício da população. Uma revisão da legislação das rádios comunitárias também é necessária em curto prazo, para que se corrijam erros e para que se impeça a proliferação de modelos distorcidos de rádio comunitária pelo Brasil.

Em decorrência do que foi dito acima, sugere-se a elaboração de novos estudos relacionados às rádios comunitárias e sua rápida expansão na sociedade brasileira. Pesquisas direcionadas à análise da audiência dessas emissoras são importantes para compreender os avanços ou retrocessos democráticos que rondam este meio de comunicação. Uma análise mais aprofundada sobre os programas religiosos desenvolvidos nessas rádios também pode checar o grau de influência que grupos religiosos exercem nas comunidades.

Deste relativo pioneirismo em aproximar a problemática atual das rádios comunitárias com as teorias do capital social, resulta, por um lado, a necessidade de uma abordagem de perfil introdutório e propositivo e, por outro, a necessidade de uma abordagem fundamentalmente empírica e indutiva, para a qual os aspectos conceituais são complementares, são apoios ainda frágeis. Somente com a proliferação de pesquisas empíricas baseadas na teoria do capital social, em diversas regiões, será possível fazer comparações mais precisas entre as experiências e entre as abordagens teóricas, de onde poderá resultar uma vinculação densa entre teoria e empiria, assim como uma contribuição significativa à teoria do capital social.

A luta pela democratização dos meios de comunicação segue firme enquanto distorções propositais acometem as emissoras de rádio e televisão, controladas em sua maioria por poucos grupos econômicos que ditam os rumos da comunicação no Brasil. Enquanto não conseguir ampliar a responsabilidade social e, conseqüentemente, desenvolver capital social dentro das emissoras comunitárias, a sua regulamentação pouco terá servido.

REFERÊNCIAS

ABRAÇO. Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária. Disponível em: <<http://www.abraconet.org.br/default.asp?arquivo=texto/apresentacao.html>> Acesso em: 09 mar. 2005.

ABU-EL-HAJ, Jawdat. O Debate em torno do capital social. **BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), nº 47, 1º semestre 1999, p.65-78.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. Sociedade. In: FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Souza. **Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à Sociologia**. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1978, p.263-275.

ALBERONI, Francesco. **Gênese: como se criam os mitos, os valores e as instituições da civilização ocidental**. Tradução Mario Fondelli. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

ANATEL. Agência Nacional de Telecomunicações. **Informação serviços de comunicação de massa**. 2004. Disponível em: <<http://sistemas.anatel.gov.br/siscom/consulta/default.asp>> Acesso em 04 out. 2004.

ANATEL lacra emissoras ilegais. **ACAERT**. Florianópolis, 2002. Disponível em: <<http://www.acaert.com.br/noticias2.asp?codigo=141>> Acesso em: 07 set. 2004.

ARBEX JR. José. Uma outra comunicação é possível (e necessária). In: MORAES, Dênis. (Org.) **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 385-400.

BAQUERO, Marcello. Alcances e limites do capital social na construção democrática. In: _____, (Org.). **Reinventando a Sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social**. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: Ed.Universidade. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), 2001a. p.19-49.

_____. Capital social na América Latina. In: _____, (Org.). **Reinventando a Sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social**. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: Ed.Universidade. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), 2001b. p.50-70.

BARBOSA, Gustavo; Rabaça, Carlos Alberto. **Dicionário de comunicação**. São Paulo: Ática, 1995.

BARTOLOMEI, Marcelo. Engajado socialmente, "Uma Onda no Ar" defende rádio pirata. **Folha de S. Paulo Online**, São Paulo, 04 set. 2002. Folha Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u27101.shtml>>. Acesso em: 09 abr. 2003.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 2003.

BIRKNER, Walter Marcos Knaesel. Desenvolvimento: reformas institucionais e capital social. **Revista de Divulgação Cultural**. Blumenau: Furb, Ano 23, nº 73-74, janeiro-abril e maio-agosto, 2001. p.99-109.

BOEIRA, Sérgio Luís. (Org.) **Democracia & Políticas Públicas: diversidade temática dos estudos contemporâneos**. Itajaí: Editora Universidade do Vale do Itajaí, 2005.

BORCHARDT, Ilmar. **Diagnóstico da exclusão social em Santa Catarina: mapa da fome**. Florianópolis: SDS/Instituto Ceba/SC, 2003. CD-ROM.

BRASIL. Norma complementar nº 1/2004. Serviço de radiodifusão comunitária. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 jan. 2004. Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/Tools/frame.asp?link=/biblioteca/normas/normas_mc/norma_001_2004.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2004.

_____. Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998. Aprova o regulamento do serviço de radiodifusão comunitária. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 4 jun. 1998. Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/index.asp?link=/biblioteca/regulamentos/regula_mc/regula_serv_radio_comun.htm>. Acesso em: 6 jun. 2004.

BUBER, Martin. **Sobre Comunidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

CASÉ, Rafael. **Programa Case: o Rádio começou aqui**. Rio de Janeiro: Mauad, 1995.

COHN, Amélia. Políticas Sociais e Pobreza no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), n.12, mai. 1996, p.1-17.

CRUZ, Dulce Márcia. **Televisão e Negócio: A RBS em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.

CUNHA, Magali do Nascimento. O crescimento do *marketing* evangélico no Brasil – resultado da inserção da doutrina neoliberal no discurso religioso das igrejas evangélicas. **Revista Comunicação & Política**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA), VI, nº 2 e 3, maio-agosto, setembro-dezembro, 1999, p.63-77.

DE MARCO, Benhur. **O Controle da Mídia**: elites e a radiodifusão em Santa Catarina. 1991. 140 f. Dissertação. (Mestrado em Sociologia Política). Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

DIAS, Paulo da Rocha. Fracas e Fortes. **Revista Mundo e Missão Online**. Disponível em: <<http://www.pime.org.br/pimenet/mundoemissao/comunicfracas.htm>>. Acesso em: 09 mar. 2005.

DURKHEIM, Émile. Aula inaugural do Curso de Ciências Sociais (Bordeaux, 1887) In: CASTRO, Ana Maria e DIAS, Edmundo Fernandes (Org.). **Introdução ao pensamento sociológico**. 9. ed. São Paulo: Editora Moraes, 1992. p.31-96.

EMISSORA ilegal do Rio Grande do Sul comete crime eleitoral. **ACAERT**. Florianópolis. 30 ago.2004. Disponível em: <<http://www.acaert.com.br/noticias2.asp?codigo=289>> Acesso em: 06 set. 2004.

ERBOLATO, Mário; BARBOSA, Júlio César. **Comunicação e cotidiano**. Campinas: Papirus, 1984.

EVANS, Peter. **A tríplice aliança**: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

FEDERICO, Maria Elvira Bonavita. **História da Comunicação**: Rádio e TV no Brasil. Petropolis: Vozes, 1982.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio**: o veículo, a história e a técnica. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001a.

_____. Tendências da programação radiofônica: as emissoras em amplitude modulada. In: MOREIRA, Sônia Virgínia; DEL BIANCO, Nélia (Orgs.) **Desafios do rádio no século XXI**. São Paulo: Intercom; Rio de Janeiro: UERJ, 2001b, p.46-61.

FONSECA, Alexandre Brasil. Além da evangelização: interpretações a respeito da presença das igrejas evangélicas na mídia brasileira. **Revista Comunicação & Política**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos. Volume IV, nº 2, nova série, maio-agosto, 1997, p.81-116.

FORÇA-TAREFA fecha rádio ilegal no Extremo-oeste. **ACAERT**. Florianópolis, 14 jul. 2004. Disponível em: <<http://www.acaert.com.br/noticias2.asp?codigo=280>> Acesso em 6 set. 2004.

FRANCO, Augusto de. **A revolução do local**. Disponível em: <<http://www.augustodefranco.org/conteudo.php?cont=textos&id=P27>> Jan. 2003a. Acesso em 21 ago. 2004.

_____. **Capital Social**. Leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy. Brasília: Instituto de Política Millennium, 2001.

_____. **Carta DLIS Especial sobre “A Revolução do Local”**: o livro. Disponível em: <<http://www.augustodefranco.org/conteudo.php?cont=textos&id=P171>> Dez. 2003b. Acesso em 21 ago. 2004.

_____. **Pobreza & Desenvolvimento Local**. Disponível em: <<http://www.augustodefranco.org/conteudo.php?cont=textos&id=P22> > Abr. 2002. Acesso em 21 ago. 2004.

FREY, Klaus. Crise do Estado e estilos de gestão municipal. **Revista Lua Nova**. São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, n.37, 1996, p.107-138.

FRIDERICHS, Bibiana de Paula. **A comunicação popular no rádio comercial**. Passo Fundo (RS): UPF, 2002.

FUKUYAMA, Francis. **A grande ruptura**: A natureza humana e a reconstituição da ordem social. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

FUSER, Bruno. Rádios comunitárias em Campinas: a perda de espaço da alternativa popular. **Revista de Estudos do Curso de Jornalismo**. Campinas (SP): Centro de Linguagem e Comunicação Faculdade de Jornalismo, v.5, n.1, outubro 1998, p.53-75.

GALLIANO, A. Guilherme. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981.

GIOVANNINI, Giovanni. **Evolução na comunicação**: do Sílex ao Silício. Tradução Wilma Freitas Ronald de Carvalho. 2. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1987.

GOHN, Maria da Glória. Comunidade: a volta do mito e seus significados. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº 32, maio, 1990, p.115-125.

GRAMACHO, Wladimir. Pimenta da Veiga distribui rádios a aliados em MG. **Folha de S. Paulo Online**, São Paulo, 21 dez. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u25908.shl>>. Acesso em: 08 abr. 2003.

HERZ, Daniel. **A história secreta da Rede Globo**. 9. ed. Porto Alegre, Editora Tchê, 1987.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/12092002pnad.shtm > Publicado em 12/09/2002. Acesso em 08 mar. 2004.

JUNG, Milton. **Jornalismo de rádio**. São Paulo: Contexto, 2004.

LAHNI, Cláudia. Outras possibilidades para o rádio. **Comunicarte**. Campinas (SP): Centro da Linguagem e Comunicação / PUC, v.19, n.25, 2002, p.55-65.

_____. Rádios livres e comunitárias: democracia no ar. **Revista de Estudos do Curso de Jornalismo**. Campinas (SP): Instituto de Artes, Comunicação e Turismo / PUC, v.1, n.2, junho 1999, p.7-18.

LOBATO, Elvira. Políticos controlam 24% das TVs do país. **Folha de S. Paulo Online**, São Paulo, 06 ago. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u23172.shl>>. Acesso em: 10 set. 2004.

LUZ, Dioclécio. **Rádios comunitárias**: Gabinete do Deputado Federal WALTER PINHEIRO (PT-BA). Disponível em: <http://www.enecos.org.br/docs/radcom_estatuto.doc>. Acesso em: 18 jan. 2005.

MACHADO, Arlindo, MAGRI, Caio, MASAGÃO, Marcelo. **Rádios livres**: a reforma agrária no ar. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARTINS, Sérgio. A nova era do Rádio. **Veja**. São Paulo: Abril, edição 1894, ano 38, n.9, 2 mar. 2005, p.106-109.

MARX, Karl. Teoria da Ciência. In: CASTRO, Ana Maria e DIAS, Edmundo Fernandes (Orgs.). **Introdução ao pensamento sociológico**. 9. ed. São Paulo: Editora Moraes, 1992. p.165-203.

MATTOS, Laura. Família de ministro é ligada a rádio pirata. **Folha de S. Paulo Online**, São Paulo, 02 fev. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u57796.shtml>>. Acesso em: 10 jun. 2004.

_____. O segredo da sobrevivência das AMs. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 24 dez. 2003a. Outra Freqüência. Folha Ilustrada, p.E2.

_____. PT patrocina emissora pirata em Guaribas. **Folha de S. Paulo Online**, São Paulo, 06 out. 2003b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u54113.shtml>>. Acesso em: 10 jun. 2004.

MELIANI, Marisa. **Rádios Livres**: o outro lado da voz do Brasil. 1995. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995. Disponível em: <www.rbc.org.br/art.tesemarisa.htm> Acesso em: 09 nov. 2004.

MIGUEL, Luis Felipe. **Política e Mídia no Brasil**: episódios da história recente. Brasília: Editora Plano, 2002.

MINASSIAN, Ara Apkar. Tecnologias de Inclusão. In: SEMINÁRIO POLÍTICAS PÚBLICAS DE RÁDIO E TELEVISÃO, 2., 2004. Salvador. **Anais eletrônicos...** Brasília: ANATEL, 2004. Disponível em: <www.anatel.gov.br> Acesso em: 25 nov. 2004.

MONTERO, Paula; DELLA CAVA, Ralph. A Igreja Católica e os meios de comunicação de massa. **Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos da Religião (CER) e Instituto de Estudos da Religião (ISER). Novembro, 1986, p.62-74.

MORAIS, Fernando. **Chatô: o rei do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MORIN, Edgar. **O método 6: ética**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MORIN, Edgar; KERN, Anne. **Terra-pátria**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

MOURA, Rodolfo Machado. Fiscalização da Anatel retira vinte cinco emissoras ilegais em São Paulo no mês de junho. **ABERT**. Brasília, 27 jul. 2004. Disponível em: <www.abert.org.br>. Acesso em: 31 ago. 2004a

_____. Polícia Federal lacra rádios piratas no Vale do Taquari. **ABERT**. Brasília, 2 ago. 2004. Disponível em:<www.abert.org.br>. Acesso em: 31 ago. 2004b.

_____. Quatorze emissoras ilegais tiveram suas irradiações interrompidas no mês de julho no Estado de São Paulo. **ABERT**. Brasília, 23 ago. 2004. Disponível em: <www.abert.org.br>. Acesso em: 31 ago. 2004c.

_____. Rádios ilegais na Bahia e no Piauí são lacradas. **ABERT**. BRASÍLIA, 9 ago. 2004. Disponível em: <www.abert.org.br>. Acesso em: 31 ago. 2004d.

NOVA postura no mercado. **Meio&Mensagem Especial Rádio**. São Paulo: M&M Editora; Três Editorial, ano XXVI, n. 1.127, 27 set. 2004. p.4-6.

NUNES, Edson. **A Gramática Política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; Brasília: ENAP, 2003.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. Comunidade, igreja e poder – em busca de um conceito sociológico de “igreja”. **Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos da Religião (CER) e Instituto de Estudos da Religião (ISER). Novembro, 1986, p.42-60.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no Rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. 3. ed. São Paulo: Summus, 1985.

PAIVA, Raquel. **O Espírito Comum: Comunidade, mídia e globalismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PEREIRA, Moacir. **Imprensa & Poder: a comunicação em Santa Catarina.** Florianópolis: Editora Lunardelli, 1992.

PERUZZO, Cícilia Maria Krohling. **Comunicação nos Movimentos Populares: A participação na construção da cidadania.** Petrópolis: Vozes, 1998a.

_____. Participação nas rádios comunitárias no Brasil. In: **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação.** 1998b. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/peruzzo-cicilia-radio-comunitaria-br.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2005.

PETISTAS acusavam PSDB de uso político de rádios. **Folha de S. Paulo Online**, São Paulo, 06 out. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u54112.shtml>>. Acesso em: 25 mai. 2004.

PEYREFITTE, Alain. **A Sociedade de Confiança: Ensaio sobre as origens e a natureza do desenvolvimento.** Tradução Cylene Bittencourt. Rio de Janeiro: Topbooks/Instituto Liberal, 1999.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: As origens da nossa época.** 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PRADO, Emílio. **Estrutura da Informação Radiofônica.** São Paulo: Summus, 1989.

PUBLICIDADE movimenta em SC R\$ 488 mi anuais. **A Notícia Online.** Joinville, 27 fev. 2002. Economia. Disponível em: <<http://an.uol.com.br/2002/fev/27/0eco.htm>> Acesso em: 08 fev. 2004.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna.** Tradução Luiz Alberto Monjardim. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SANTA CATARINA. **Mapa Interativo.** 200Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina. 1 mapa, color. Disponível em: <<http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br/>>. Acesso em 8 out. 2004.

SARTORI, Raul. Doação. **A Notícia Online.** Joinville. 22 jan. 2001. Disponível em: <<http://64.233.187.104/custom?q=cache:Ku8FG8gWBYkJ:an.uol.com.br/2001/jan/22/0sar.htm+%22abrigo+luz+do+amanh%C3%A3%22+%2Bitaja%C3%AD&hl=pt-BR&ie=UTF-8>> Acesso em: 12 nov. 2004.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Muito além do Jardim Botânico: Um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre trabalhadores.** 3. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1985.

SMIT, Jaroslav. **Rádio propagação.** 4. ed. São Paulo: Érica, 1986.

SOARES, Alexandre Bárbara. “Eu conto mais é com os colegas lá da rua”: Comunidade e apropriação do espaço urbano por jovens cariocas. **O Social em Questão**. Rio de Janeiro: Programa de Mestrado em Serviço Social da PUC-Rio. Ano VI, nº 7, 1º semestre 2002, p.99-114.

SORJ, Bernardo. **A democracia inesperada: cidadania, direitos humanos e desigualdade social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

SOUZA, Márcio Vieira de. **As vozes do silêncio: o movimento pela democratização da comunicação no Brasil**. Paris: Fondation pour l'ê progrès de l'homme; Florianópolis: Dialogo, 1996.

SOUZA, Márcio Vieira de; TRAMONTE, Cristiana. (Orgs.) **Redes de Comunicação: experiências educativas e comunitárias na América Latina**. Paris: Fondation Charles Léopold Mayer Pour Le Progres de L'Homme; Florianópolis: Dialogo, 1997.

STEIN, Rosa Helena. Capital Social, desenvolvimento e políticas públicas. **Serviço Social & Sociedade: políticas públicas e sociedade civil**. São Paulo: Cortez, nº 73, março, 2003, p.157-193.

TÁVOLA, Artur da. Um veículo forte à espera de programas criativos. In: **Cadernos de Jornalismo**. 2. ed., Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre, n.1, s/d., p.16.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1995.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. Tradução Régis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão Técnica Gabriel Cohn. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

_____. Teoria da Ciência. In: CASTRO, Ana Maria e DIAS, Edmundo Fernandes (Org.). **Introdução ao pensamento sociológico**. 9. ed. São Paulo: Editora Moraes, 1992. p.103-156.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

98.3 é a voz da favela de Heliópolis. **Folha de S. Paulo Online**, São Paulo, 17 jun. 2001. Folha Cotidiano. Disponível em: <
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u31247.shl>>. Acesso em: 11 jun. 2003.

ACAERT ganha ação de rádio ilegal de Blumenau. **ACAERT**. Florianópolis, 2004. Disponível em: <<http://www.acaert.com.br/noticias2.asp?codigo=281>> Acesso em: 06 set. 2004.

ACORDO assegura R\$ 721 mil para comunidade indígena. **Folha de S. Paulo Online**, São Paulo, 14 mai. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u19796.shl>>. Acesso em: 02 jun. 2002.

ALBUQUERQUE, Liege; ZONZAN, Patricia. Ciro diz sentir vergonha de ser político. **Folha de S. Paulo Online**, São Paulo, 05 set. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u37227.shtml>>. Acesso em: 11 nov. 2003.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1984.

ANATEL lacra rádio comunitária na periferia de Campinas. **Folha de S. Paulo Online**, São Paulo, 11 set. 2003. Folha Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u81971.shtml>>. Acesso em: 25 mai. 2004.

ASSEF, Cláudia. Grupo de DJs e produtores se reúne para realizar ações beneficentes. **Folha de S. Paulo Online**, São Paulo, 09 dez. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u18133.shl>>. Acesso em: 10 out. 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

_____. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BIANCARELLI, Aureliano. Igreja da Consolação abrigará "rádio pirata". **Folha de S. Paulo Online**, São Paulo, 17 jun. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u31246.shl>>. Acesso em: 13 ago. 2003.

BORBA, Julian. Uma defesa do potencial analítico do conceito de ideologia. **Alcance**. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, ano IX, n.5, novembro 2002, p.83-95.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **Além dos meios e mensagens**: Introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. Serviço de Radiodifusão Comunitária. RADCOM. In: **ANATEL**: Agência Nacional de Telecomunicações. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/radiodifusao/FM_Comu/Default.asp?CodTopico=1850&CodArea=29&CodTemplate=478>. Acesso em: 06 jun. 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. **Homem e Sociedade**: Leituras básicas de sociologia geral. 7. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

CARIELLO, Rafael. Petista realiza falso "cadastramento" para o Fome Zero. **Folha de S. Paulo Online**, São Paulo, 20 out. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u54578.shtml>>. Acesso em: 10 jun. 2004.

CARMO, Ivete Cardoso do. A televisão como transmissora da ideologia do Estado. **Comunicarte**. Campinas: Instituto de Artes, Comunicações e Turismo / PUC, v.12, n.20, 1995 –1996, p.62-72.

CASTRO, Daniel. Globo vai tocar em rádio comunitária. **Folha de S. Paulo Online**, São Paulo, 18 jun. 2003. Folha Ilustrada. Outro Canal. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u34171.shtml>>. Acesso em: 12 abr. 2004.

CEM mil pessoas acompanham o Festival Internacional de Londrina. **Folha de S. Paulo Online**, São Paulo, 25 mai. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u24212.shl>>. Acesso em: 13 ago. 2003.

CONHEÇA as rádios comunitárias que foram autorizadas legalmente. **Folha de S. Paulo Online**, São Paulo, 06 set. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u24450.shl>>. Acesso em: 13 ago. 2003.

DELUMEAU, Jean. **As Grandes Religiões do Mundo**. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

DEPUTADO petista quer liberar publicidade em rádio comunitária. **Folha de S. Paulo Online**, São Paulo, 08 out. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u37622.shtml>>. Acesso em: 25 mai. 2004.

DOMENICH, Mirella. Garoto de 15 anos apresenta programa de rap na Favela FM, de BH. **Folha de S. Paulo Online**, São Paulo, 14 jan. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u20482.shl>>. Acesso em: 13 ago. 2003.

DUALIBI, Júlio; VALENTE, Rubens. Waldomiro negociava mais de R\$ 1 bilhão em emendas. **Folha de S. Paulo Online**, São Paulo, 20 fev. 2004. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u58651.shtml>>. Acesso em: 14 jun. 2004.

FERÁÑDEZ-ARRESTO, Felipe; WILSON, Derek. **Reforma: O Cristianismo e o mundo 1500-2000**. Rio de Janeiro, 1997.

FERNANDES, Florestan. **Comunidade e Sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

LUZ, Dioclécio. **Rádiodifusão comunitária: faça você mesmo**. Disponível em: <<http://www.nit.com.br/petersen/hp/radio/>> Acesso em 30 abr. 2005.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Tradução Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MALO, Marie-Claire. Cooperação e economia social e solidária: uma releitura de autores clássicos. **Saberes**. Revista Interdisciplinar do CETEAD e CIRIEC Brasil. Salvador (BA), Número 0, 2003, p.23-34

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Tradução João Maia. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Tradução Décio Pignatari. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 1988.

MEDEIROS, Ricardo; VIEIRA, Lúcia Helena. **História do rádio em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 1999.

MEIRINHO, Jali. **Datas históricas de Santa Catarina: 1500 – 2000**. 2. ed. Florianópolis: Insular, Ed. da UFSC, 2000.

MILLS, C. Wright. A sociedade de massas. In: FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Souza. **Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à Sociologia**. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1978, p.307-325.

MINISTÉRIO das Comunicações agiliza cadastro de rádio comunitária. **Folha de S. Paulo Online**, São Paulo, 14 fev. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u58169.shtml>>. Acesso em: 14 jun. 2004.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **Rádiodifusão: Histórico**. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/historico/radiodifusao/default.htm>>. Acesso em 02 ago. 2004.

MORIN, Edgar. A indústria cultural. In: FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Souza. **Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à Sociologia**. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1978, p.299-306.

NISBET, Robert. Comunidade. In: FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Souza. **Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à Sociologia**. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1978, p.255-262.

OLIVEIRA, Jonicael Cedraz. Vozes múltiplas comunitárias recriam cidades e metrópoles: No desejo de sermos felizes sem ter medo de sê-los. **Universidade e Sociedade: Mídia e Poder**. Brasília, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Ano XI, nº 27, junho, 2002, p.37-46.

ORTIZ, Renato, **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

PINTO, Louis, **Pierre Bourdieu e a teoria do Mundo Social**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **PNUD**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/rdh>>. Acesso em 14 out. 2004.

PRUDENCIO, Kelly. Mídia e movimentos sociais contemporâneos: a luta do sujeito pela construção do significado. **Revista Comunicação & Política: pela integração latino-americana**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA), Volume X, nº 3, nova série, setembro-dezembro, 2003, p.95-108.

PUNTEL, Joana T. **A Igreja e a Democratização da Comunicação**. São Paulo: Paulinas, 1994.

RADIALISTA é baleado e tem a mão perfurada. **Folha de S. Paulo Online**, São Paulo, 04 out. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u39188.shtml>>. Acesso em: 10 jan. 2004.

RÁDIO comunitária do Rio conta a história dos Beatles. **Folha de S. Paulo Online**, São Paulo, 14 jul. 2002. Folha Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u25649.shl>>. Acesso em: 11 jun. 2003.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1989.

RBC. Rede Brasil de Comunicação Cidadã. Disponível em: <www.rbc.org.br/quem_somos.htm> Acesso em 27 nov. 2004.

RODRIGUES, José Albertino. (Org.) **Émile Durkheim: sociologia**. 7. ed. São Paulo: Ática, 1995.

RUSSI, Alberto Cesar. **A Univali FM e o papel da Rádio Educativa na produção e propagação das culturas locais**. 2003, 138 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de

Políticas Públicas), Centro de Ciências Jurídicas, Políticas e Sociais, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2003.

SCHMIDT, João Pedro. Equilíbrio de baixa intensidade: capital social e socialização política dos jovens brasileiros na virada do século. In: BAQUERO, Marcello (Org.) **Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social**. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: Ed.Universidade, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), 2001. p.119-149.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. **O Estado Espetáculo: ensaio sobre e contra o star system em política**. Rio de Janeiro – São Paulo, 1978.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. São Paulo: Cortez, 1987.

SOUZA, Sueli de. O papel da mídia na formação de consciência. **Comunicarte**. Campinas: Instituto de Artes, Comunicações e Turismo / PUC, v.18, n.24, 2001, p.133-138.

SROUR, Robert Henry. **Poder Cultura e Ética nas organizações**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Tem razão a Administração?** Ensaios de teoria organizacional e gestão social. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

TOURAINE, Alain. Os movimentos sociais. In: FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Souza. **Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à Sociologia**. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1978, p.335-365.

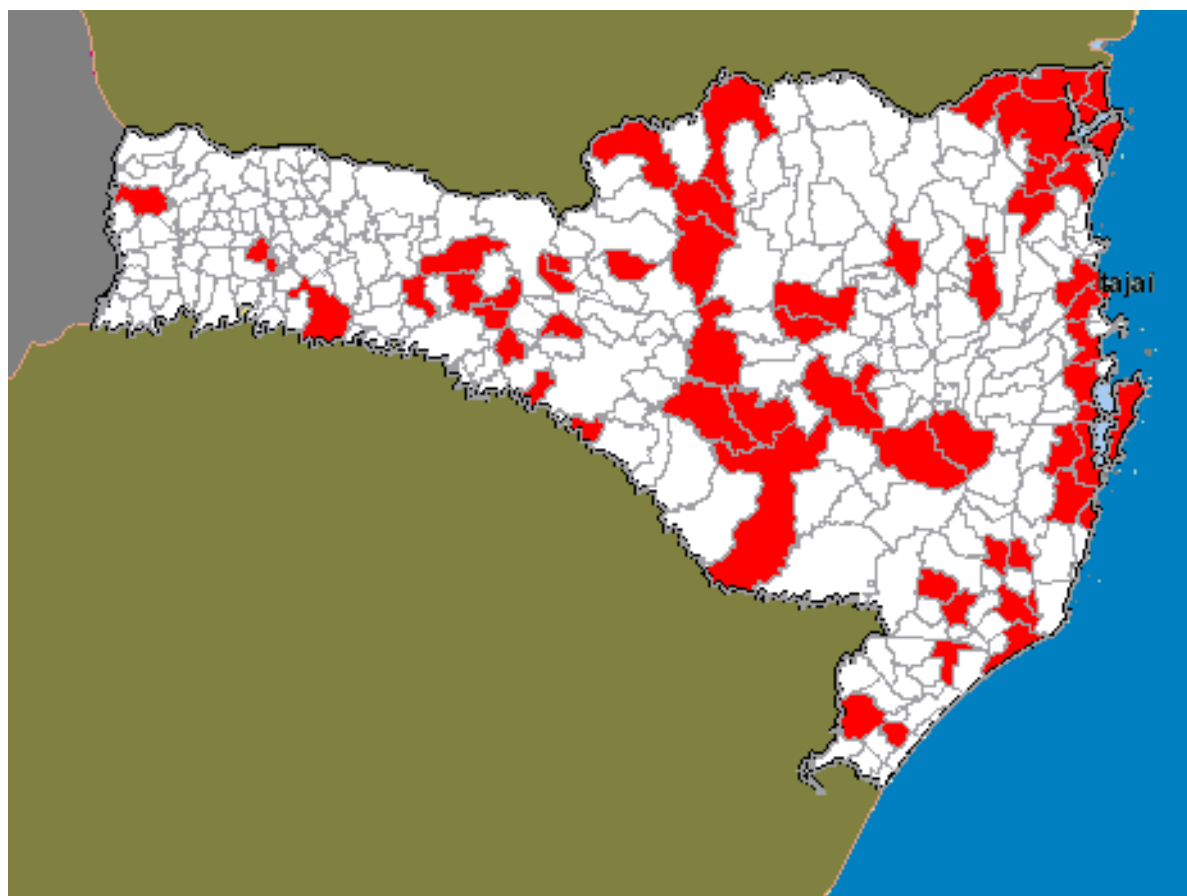
VIOLÊNCIA na região de Itajaí preocupa polícia. **A Notícia Online**. 28 ago. 2004. Disponível em: <<http://64.233.187.104/custom?q=cache:hjIWzcF7ecQJ:an.uol.com.br/2004/ago/28/0pol.htm+viol%C3%Aancia+%2Bitaja%C3%AD&hl=pt-BR&ie=UTF-8>> Acesso em: 22 abr. 2005.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução M. Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tamás J.M.K. Szmrecsányi. 15. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

ZIMMERMANN, Patrícia. Governo abre inscrições para rádios comunitárias. **Folha de S. Paulo Online**, São Paulo, 10 set. 2001. Folha Dinheiro. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u30717.shl>>. Acesso em: 11 jun. 2003.

APÊNDICES

MAPA DOS MUNICÍPIOS COM RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM SANTA CATARINA



■ Cidades nas quais existia pelo menos uma emissora de rádio comunitária até dezembro de 2004⁴⁹.

⁴⁹ O Mapa de Santa Catarina presente acima foi modificado por este pesquisador apenas para mostrar as cidades (em vermelho) que possuem rádios comunitárias. O mapa original, sem destaque em vermelho, pode ser encontrado na página oficial do Governo do Estado de Santa Catarina na Internet.

**DISTRIBUIÇÃO DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS POR ESTADO
(SETEMBRO – 2004)**

Estado	Número de emissoras
Acre	3
Alagoas	32
Amazonas	30
Amapá	6
Bahia	159
Ceará	132
Distrito Federal	12
Espírito Santo	35
Goiás	113
Maranhão	98
Minas Gerais	425
Mato Grosso Sul	57
Mato Grosso	43
Pará	40
Paraíba	95
Pernambuco	113
Piauí	38
Paraná	140
Rio de Janeiro	52
Rio Grande Norte	66
Rondônia	21
Roraima	2
Rio Grande Sul	104
Sergipe	11
São Paulo	285
Tocantins	13
TOTAL	2.125

Fonte: pesquisa do autor com base nas informações da ANATEL. Números disponíveis em: www.anatel.gov.br. Acesso em 4 de setembro de 2004.

ANEXOS

ANEXO A: RÁDIOS COMUNITÁRIAS DE SANTA CATARINA.....	177
ANEXO B: NÚMEROS ATUAIS DA RADIODIFUSÃO NO BRASIL.....	180
ANEXO C: LEGISLAÇÃO DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS.....	183
ANEXO D: DECRETO LEI QUE ALTERA O PRAZO DE OUTORGA.....	194
ANEXO E: ABRAÇO – REIVINDICAÇÃO.....	196
ANEXO F: MAPA DE ITAJAÍ COM DESTAQUE PARA A LOCALIZAÇÃO DAS DUAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS EXISTENTES NO MUNICÍPIO.....	199
ANEXO G: MAPA DA ÁREA DE COBERTURA DA RÁDIO CONCEIÇÃO FM DE ITAJAÍ.....	201
ANEXO H: MAPA DA ÁREA DE COBERTURA DA RÁDIO LUZ DO AMANHÃ FM DE ITAJAÍ.....	203
ANEXO I: EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA INSTALAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA.....	205
ANEXO J: FOLDER DA RÁDIO FORTALEZA DE BLUMENAU.....	209
ANEXO L: FOTOS DA RÁDIO FORTALEZA DE BLUMENAU.....	211
ANEXO M: FOTOS DO SEGUNDO ENCONTRO DE RÁDIOS COMUNITÁRIAS DO VALE DO ITAJAÍ.....	214

**ANEXO A: RÁDIOS COMUNITÁRIAS DE
SANTA CATARINA**

ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações

Data: 04/09/2004

Superintendência de Serviços de Comunicação de Massa (SISCOM - Informações dos Serviços de Comunicação de Massa)

Serviço: 231 (FM - COMUNITARIA)

UF: SC

Loc. da Outorga	Razão Social	Lic.	Loc.Estúdio	Endereço Estúdio	Canal	Ind.
Agrolândia	ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE APOIO AS ENTIDADES DE AGROLANDIA	(S)	Agrolândia	RUA PIONEIROS, 460	290	ZYM552
Alfredo Wagner	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL NASCENTE DO VALE DE ALFREDO WAGNER	(S)	Alfredo Wagner	RUA HERCILIO LUZ, S/N	285	ZYM515
Araquari	ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE ARAQUARI	(S)	Araquari	RUA BOM JESUS	200	ZYM567
Armazém	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ARMAZÉM	(S)	Armazém	RUA ANTONIO DAVID FELITTE; 45	285	ZYM547
Balneário Camboriú	ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA ECOLOGICA DO RIO CAMBORIU	(S)	Baln.Camboriú	RUA 901-SALA 1101-ED.CENTRAL PAR	290	ZYM520
Biguaçu	ASSOCIACAO BIGUACUENSE DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA - ABRACOM	(S)	Biguaçu	RUA JOAO PESSOA, 138 - SALA 15	285	ZYM542
Bom Retiro	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNIC. E CULTURA PORTAL DA SERRA	(S)	Bom Retiro	RUA QUATORZE DE JANEIRO	285	ZYM530
Bombinhas	ASSOCIACAO DOS AMIGOS DA PRAIA DE MARISCAL	(S)	Bombinhas	RUA GERAL, S/N - ED. MORADA DO SOL	285	ZYM521
Braço do Norte	ACB - ASSOCIACAO COMUNITARIA BRACONORTENSE	(S)	Braço do Norte	RUA NIVEA FILIPPI	285	ZYM519
Camboriú	ASSOCIACAO E MOVIMENTO COMUNITARIO RADIO PAZ NO VALLE FM	(S)	Camboriú	RUA JOAQUIM NUNES	290	ZYM524
Campo Alegre	ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA DE CAMPO ALEGRE - SC	(S)	Campo Alegre	RUA KARL DUDDA	285	ZYM585
Canoinhas	ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS	(N)	Canoinhas		200	ZYM575
Capivari de Baixo	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE CAPIVARI DE BAIXO	(S)	Capivari de Baixo	RUA ISMAEL COELHO SOUZA	285	ZYM543
Catanduvas	FM CATANDUVAS - ASSOCIACAO COMUNITARIA RADIO FM CATANDUVAS	(N)	Catanduvas		285	ZYM576
Celso Ramos	ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNITARIA DE CELSO RAMOS	(N)	Celso Ramos		285	ZYM568
Chapecó	ASSOCIACAO COMUNITARIA RADIOCOM FM CHAPECÓ	(N)			300	
Correia Pinto	ASSOCIACAO COMUNITARIA NOVO TEMPO	(S)	Correia Pinto	RUA LAURO MULLER, 665	200	ZYD775
Criciúma	ASSOCIACAO COMUNITARIA RADIOCOM FM CHAPECÓ	(N)			285	
Curitibanos	RADIO COMUNITARIA 'MARIA ROSA' - FM	(S)	Curitibanos	RUA LUIZ DACOL, 268	285	ZYM546
Florianópolis	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA CAMPECHE	(N)			285	
Garopaba	RADIO COMUNITARIA GAROPABENSE FM DE COMUNICACOES	(S)	Garopaba	PRACA 21 DE ABRIL, S/N	285	ZYD778
Garuva	ASSOCIACAO MINISTRO SERGIO MOTTA DE COUNIC.CULT.E ACAO COM.	(S)	Garuva	RUA CARLOS BORGENSEN, S/N	285	ZYM536
Guaraciaba	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA GUARACIABA	(N)			290	
Guaramirim	ASSOCIACAO DE RD.COMUNIT.E DEF.E DO MEIO AMBIENTE PRO GUARAMIRIM	(S)	Guaramirim	RUA ATANASIO ROSA	285	ZYM523
Herval d'Oeste	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA FM UNIDOS DO HERVAL	(S)	Herval d'Oeste	RUA MARECHAL DEODORO, 133	285	ZYM534
Indaial	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE DIFUSAO CULTURAL DE INDAIAL	(S)	Indaial	AVENIDA PRESIDENTE CASTELO BRANCO	290	ZYM544
Ipumirim	ASSOCIACAO COMUNITARIA RADIO FM PEQUENO VALE-FM PEQUENO VALE	(S)	Ipumirim	AVENIDA ASSIS BRASIL, 131	285	ZYM554
Irani	SOCIEDADE RADIO COMUNITARIA A VOZ DO CONTESTADO - FM	(S)	Irani	RUA GOVERNADOR IVO SILVEIRA S/N	285	ZYM527
Itajaí	ABRIGO LUZ DO AMANHA	(S)	Itajaí	RUA PEDRO CAMILO VICENTE, 48	290	ZYM533
Itajaí	OSCONI - OBRAS SOCIAIS E CULTURAS CONCEICAO DE ITAJAI	(S)	Itajaí	PRACA IRINEU BORNHAUSEN	290	ZYD777
Itapoá	ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNITARIA DE ITAPOA	(S)	Itapoá	AVENIDA DO COMERCIO	200	ZYD773
Jaborá	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA JABORA	(S)	Jaborá	RUA PRIMEIRO DE MAIO	285	ZYM518
Jacinto Machado	RADIO COMUNITARIA DE JACINTO MACHADO	(N)			285	
Jaguaruna	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE JAGUARUNA E SANGAO	(N)	Jaguaruna		285	ZYM577
Joinville	ASSOCIACAO CULTURAL, EDUCACIONAL E RADIO COMUNITARIA DE PIRABEIRABA	(S)	Joinville	RUA OLAVO BILAC	200	ZYM537
Joinville	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA UNIAO SUL	(S)	Joinville	AVENIDA PAULO SCHROEDER, 586	200	ZYM529
José Boiteux	ASSOCIACAO CULTURAL DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA	(N)			285	
Lages	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA	(N)	Lages		290	ZYM578
Lages	ASSOCIACAO E MOVIMENTO COMUNITARIO RADIO PAZ SERRANA FM	(S)	Lages	AVENIDA ENGENHEIRO PAULO RIBEIRO-QUADRA 10	290	ZYM538
Lauro Müller	ASSOCIACAO COMUNITARIA CLUBE DO MACHADINHO DE RADIODIFUSAO	(S)	Lauro Müller	RODOVIA SC - 438	285	ZYM522
Lebon Régis	ASSOCIACAO PELO DESENV.COM.DOS MEIOS DE COMUNIC.DE LEBON REG	(S)	Lebon Régis	RUA WALDIR ORTIGARI, S/N	285	ZYM550
Massaranduba	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA ESPAÇO ABERTO DE MASSARANDUBA	(S)	Massaranduba	RUA 25 DE JULHO	290	ZYM540
Mirim Doce	ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL DE MIRIM DOCE	(S)	Mirim Doce	RUA MANOEL ALVES DA SILVA	290	ZYM569
Nova Erechim	RADIO COMUNITARIA NOVA ERECHIM FM	(S)	Nova Erechim	AV.FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, 107	285	ZYM531
Otacílio Costa	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO CULT.DE OTACILIO COSTA	(S)	Otacílio Costa	AVENIDA OLINKRAFT, 3039	290	ZYM525
Ouro	ASS. DE DIFUSAO COMUNIT. PREFEITO LUIZ GONZAGA BONISSONI	(N)	Ouro		285	ZYM579
Palhoça	AÇÃO SOCIAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS - ASFA	(S)	Palhoça	RUA JOÃO JOSÉ DA SILVA	285	ZYM583
Paulo Lopes	ASSISTENCIA SOCIAL E EDUCACIONAL EBENEZER	(N)			285	
Pinhalzinho	RADIO COMUNITARIA PINHALZINHO FM	(S)	Pinhalzinho	AVENIDA BRASILIA	285	ZYM555
Ponte Serrada	ASSOC. COMUN. DA PONTE P/DESENV. SOCIAL, CULT. E ARTISTICO	(N)	Ponte Serrada		285	ZYM571
Porto União	ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL PORTO UNIAO	(N)			200	
Rio das Antas	FUNDAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL PADRE HERMENEGILDO BORTOLATTO	(S)	Rio das Antas	TRAVESSA IRMÃ MARIA HILÁRIA	285	ZYM572

Salto Veloso	ASSOCIACAO CULTURAL SALTO VELOSO	(S)	Salto Veloso	AVENIDA PIO XII, 211	285	ZYM535
Santo Amaro da Imperatriz	ASSOCIACAO DE DIFUSAO COMUNITARIA 'VALE DAS TERMAS'	(N)	Santo Amaro da Imperatriz		285	ZYM580
São Francisco do Sul	ASSOCIACAO COMUNITARIA BETEL FM	(S)	São Francisco do Sul	RUA BARAO DO RIO BRANCO, 528	200	ZYM549
São José	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES	(S)	São José	RUA ADULCE ARBOEIS DO NASCIMENTO, S/N	285	ZYM539
São José do Cerrito	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO CERRITO	(S)	São José do Cerrito	RUA VIDAL GREGÓRIO PEREIRA	200	ZYM584
Sombrio	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE SOMBRIO	(S)	Sombrio	RUA PADRE JOÃO REITZ	285	ZYM573
Taió	ASSOCIAÇÃO TAIOENSE DE CULTURA E RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA	(S)	Taió	RUA DO SEMINARIO	290	ZYD776
Tijucas	ASSOCIACAO CULT.COM.E RD. DE TIJUCAS-SC-ACCRT, BAIROS JOAIA	(S)	Tijucas	AVENIDA BAYER FILHO, 1286	285	ZYM548
Timbó	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE DIFUSAO CULTURAL DE TIMBO	(N)			290	
Timbó Grande	ASS.COMUNIT.CULT. PELA DEMOCRATIZ.DOS MEIOS DE COMUNIC.DO CO	(N)	Timbó Grande		285	ZYM574
Treze Tílias	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA AMIGOS DE TREZE TÍLIAS - SC	(S)	Treze Tílias	RUA JOSÉ BONIFÁCIO - SALA 02	285	ZYD779
Tubarão	ASSOCIAÇÃO TUBARONENSE DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA	(S)	Tubarão	PRAÇA LUIS PEDRO DE MEDEIROS	285	ZYM516
Urussanga	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE URUSSANGA	(S)	Urussanga	RUA DA CRIANCA, S/N - ANEXO ORFANATO	285	ZYM517
Zortéa	ASSOCIACAO DE DIFUSAO COMUNITARIA CAMPOS VERDES	(N)			285	

 Total: 66 emissoras de rádio comunitárias em 63 municípios.

Fonte: ANATEL, 2004

ANEXO B: NÚMEROS DA RADIODIFUSÃO NO BRASIL

NÚMEROS DA RADIODIFUSÃO NO BRASIL

BRASIL	1996	2004
Geradoras de TV	258	445
Retransmissoras de TV	7.749	9.878
Rádios FM	1.285	2.175
Rádios Ondas Médias	1.576	1.703
Rádios Ondas Curtas	35	66
Rádios Ondas Tropicais	80	75
Rádios FM Comunitárias	----	2.190

Fonte: MINASSIAN, 2004

NÚMERO DE EMISSORAS EM ONDAS MÉDIAS

POTÊNCIA (kW) (âmbito)	CANAIS EM USO	CANAIS VAGOS
Menor do que 1 (local)	809	403
de 1 a 5 (regional)	426	25
de 5 a 10 (regional)	324	22
de 10 a 25 (regional)	72	3
de 25 a 50 (regional)	54	0
de 50 a 100 (nacional)	17	0
Maior do que 100 (nacional)	4	0

Fonte: MINASSIAN, 2004

NÚMERO DE EMISSORAS EM FREQUÊNCIA MODULADA

Classe (alcance Km)	CANAIS EM USO	CANAIS VAGOS
C (7)	699	4.233
B2 (12)	140	89
B1(16)	552	241
A4(24)	214	25
A3(31)	180	8
A2(36)	111	0
A1(40)	200	4
E3(54)	58	0
E2(66)	21	0
E1(78)	19	0

Fonte: MINASSIAN, 2004

NÚMERO DE EMISSORAS DE TELEVISÃO

CLASSE (alcance Km)	CANAIS EM USO	CANAIS VAGOS
C(15)	41	2.888
B(26)	99	125
A(42)	176	140
E(60)	131	6

Fonte: MINASSIAN, 2004

NÚMEROS DE RETRANSMISSORAS DE TELEVISÃO (RTV)

CLASSE (alcance Km)	CANAIS EM USO	CANAIS VAGOS
C(15)	2.815	2.081
B(26)	1.982	728
A(42)	591	153
(Superior a 42)	37	0

Fonte: MINASSIAN, 2004

ANEXO C: LEGISLAÇÃO DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998.**Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovado, na forma do Anexo a este Decreto, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, que com este baixa.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 03 de junho de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

ANEXO

REGULAMENTO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

CAPÍTULO I

DAS GENERALIDADES

Art. 1º Este Regulamento dispõe sobre o Serviço de Radiodifusão Comunitária - RadCom, instituído pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, como um Serviço de Radiodifusão Sonora, com baixa potência e com cobertura restrita, para ser executado por fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do Serviço.

Art. 2º As condições para execução do RadCom subordinam-se ao disposto no art. 223 da Constituição Federal, à Lei nº 9.612, de 1998 e, no que couber, à Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, modificada pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e à regulamentação do Serviço de Radiodifusão Sonora, bem como a este Regulamento, às normas complementares, aos tratados, aos acordos e aos atos internacionais.

Art. 3º O RadCom tem por finalidade o atendimento de determinada comunidade, com vistas a:

I - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;

III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;

V - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão, da forma mais acessível possível.

Art. 4º A Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL designará um único e específico canal na faixa de frequências do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, para atender, em âmbito nacional, ao Serviço de que trata este Regulamento.

Parágrafo único. Em caso de manifesta impossibilidade técnica quanto ao uso desse canal em determinada região, a ANATEL indicará, em substituição, canal alternativo, para utilização exclusiva naquela região, desde que haja algum que atenda aos critérios de proteção dos canais previstos nos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, de Televisão em VHF e de Retransmissão de Televisão em VHF.

Art. 5º A potência efetiva irradiada por emissora do RadCom será igual ou inferior a vinte e cinco watts.

Art. 6º A cobertura restrita de uma emissora do RadCom é a área limitada por um raio igual ou inferior a mil metros a partir da antena transmissora, destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro, uma vila ou uma localidade de pequeno porte.

Art. 7º O Ministério das Comunicações estabelecerá, no comunicado de habilitação de que trata o § 1º do art. 9º da Lei nº 9.612, de 1998, o valor da taxa relativa ao cadastramento da emissora, bem como as condições de seu pagamento.

CAPÍTULO II

DAS DEFINIÇÕES

Art. 8º Para os efeitos deste Regulamento, são adotadas as seguintes definições:

I - Licença para Funcionamento de Estação: é o documento que habilita a estação a funcionar em caráter definitivo, e que explicita a condição de não possuir a emissora direito à proteção contra interferências causadas por estações de telecomunicações e de radiodifusão regularmente instaladas;

II - Localidade de pequeno porte: é toda cidade ou povoado cuja área urbana possa estar contida nos limites de uma área de cobertura restrita;

III - Interferência indesejável: é a interferência que prejudica, de modo levemente perceptível, o serviço prestado por uma estação de telecomunicações ou de radiodifusão regularmente instalada;

IV - Interferência prejudicial: é a interferência que, repetida ou continuamente, prejudica ou interrompe o serviço prestado por uma estação de telecomunicações ou de radiodifusão regularmente instalada.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA

Art. 9º Compete ao Ministério das Comunicações:

I - estabelecer as normas complementares do RadCom, indicando os parâmetros técnicos de funcionamento das estações, bem como detalhando os procedimentos para expedição de autorização e licenciamento;

II - expedir ato de autorização para a execução do Serviço, observados os procedimentos estabelecidos na Lei nº 9.612, de 1998 e em norma complementar;

III - fiscalizar a execução do RadCom, em todo o território nacional, no que disser respeito ao conteúdo da programação, nos termos da legislação pertinente;

Art. 10. Compete à ANATEL:

I - designar, em nível nacional, para utilização do RadCom, um único e específico canal na faixa de frequências do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada;

II - designar canal alternativo nas regiões onde houver impossibilidade técnica de uso do canal em nível nacional;

III - certificar os equipamentos de transmissão utilizados no RadCom;

IV - fiscalizar a execução do RadCom, em todo o território nacional, no que disser respeito ao uso do espectro radioelétrico.

CAPÍTULO IV

DA AUTORIZAÇÃO

Art. 11. São competentes para executar o RadCom fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente constituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Parágrafo único. Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a executar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

Art. 12. As entidades interessadas em executar o RadCom deverão apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações, demonstrando seu interesse, indicando a área onde pretendem prestar o Serviço e solicitando a designação de canal para a respectiva prestação.

Parágrafo único. A ANATEL procederá a análise da viabilidade técnica para uso do canal nacionalmente designado para o RadCom ou de canal alternativo, conforme disposto no art. 4º e no inciso I do art. 10 deste Regulamento.

Art. 13. Havendo possibilidade técnica para o uso do canal específico ou de canal alternativo, o Ministério das Comunicações publicará, no Diário Oficial da União, comunicado de habilitação para inscrição das entidades interessadas, estabelecendo prazo para que o façam, bem como informando o valor e as condições de pagamento da taxa relativa às despesas de cadastramento.

Art. 14. As entidades interessadas na execução do RadCom, inclusive aquela cuja petição originou o comunicado de habilitação, deverão apresentar ao Ministério das Comunicações, no prazo fixado no comunicado de habilitação, os documentos a seguir indicados, além de atender as disposições estabelecidas em norma complementar:

I - estatuto da entidade, devidamente registrado;

II - ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada;

III - prova de que seus diretores são brasileiros natos, ou naturalizados há mais de dez anos;

IV - comprovação de maioria dos diretores;

V - declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço;

VI - manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do Serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

Art. 15. Se apenas uma entidade se habilitar para a prestação do Serviço, estando regular a documentação apresentada, o Ministério das Comunicações expedirá autorização à referida entidade.

Art. 16. Havendo mais de uma entidade habilitada para a prestação do Serviço, o Ministério das Comunicações promoverá o entendimento entre elas, objetivando que se associem. Não alcançando êxito, será procedida a escolha pelo critério de representatividade, evidenciada por meio de manifestações de apoio encaminhadas por membros ou por associações da comunidade a ser atendida.

Parágrafo único. Havendo igual representatividade entre as entidades, proceder-se-á à escolha por sorteio.

Art. 17. A autorização terá validade de três anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as disposições legais vigentes.

Art. 18. A cada entidade será expedida apenas uma autorização para execução do RadCom.

Parágrafo único. É vedada a expedição de autorização para entidades prestadoras de qualquer outra modalidade de serviço de radiodifusão ou de serviços de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como a entidade que tenha como integrante de seus quadros de sócios e de administradores pessoas que, nestas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.

CAPÍTULO V

DA FORMALIZAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO

Art. 19. A autorização para execução do RadCom será formalizada mediante ato do Ministério das Comunicações, que deverá conter, pelo menos, a denominação da entidade, o objeto e o prazo da autorização, a área de cobertura da emissora e o prazo para início da execução do Serviço.

Art. 20. O Ministério das Comunicações providenciará a publicação, no Diário Oficial da União, do resumo do ato de autorização, como condição indispensável para sua eficácia, nos termos dos instrumentos aplicáveis.

CAPÍTULO VI

DA INSTALAÇÃO DE EMISSORA DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Art. 21. As condições necessárias à instalação da emissora, bem como o prazo para o início efetivo da execução do RadCom, serão estabelecidos pelo Ministério das Comunicações em norma complementar.

Parágrafo único. O prazo mencionado neste artigo será contado a partir da data de publicação do ato de autorização.

Art. 22. Dentro do prazo que lhe é concedido para iniciar a execução do Serviço, a entidade deverá requerer a emissão de Licença para Funcionamento de Estação, devendo instruir o requerimento de acordo com o estabelecido em norma complementar.

CAPÍTULO VII

DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

Art. 23. O Ministério das Comunicações disporá, em norma complementar, sobre as características de operação das emissoras do RadCom.

Art. 24. Os equipamentos utilizados no RadCom serão certificados pela ANATEL, devendo ser pré-sintonizados na frequência de operação consignada à emissora.

Art. 25. A emissora do RadCom operará sem direito a proteção contra eventuais interferências causadas por estações de Serviços de Telecomunicações e de Radiodifusão regularmente instaladas.

Art. 26. Caso uma emissora do RadCom provoque interferência indesejável nos demais Serviços regulares de Telecomunicações e de Radiodifusão, a ANATEL determinará a interrupção do serviço da emissora de RadCom interferente, no prazo fixado em norma complementar, até a completa eliminação da causa da interferência.

Art. 27. Caso uma emissora do RadCom provoque interferência prejudicial nos demais Serviços regulares de Telecomunicações e de Radiodifusão, a ANATEL determinará a imediata interrupção do seu funcionamento, até a completa eliminação da causa da interferência.

Art. 28. As emissoras do RadCom cumprirão período de oito horas, contínuas ou não, como tempo mínimo de operação diária.

Art. 29. É vedada a formação de redes na execução do RadCom, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública e epidemias, bem como as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em lei.

CAPÍTULO VIII

DA PROGRAMAÇÃO

Art. 30. As emissoras do RadCom atenderão, em sua programação, aos seguintes princípios:

I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;

II - promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade, e da integração dos membros da comunidade atendida;

III - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

IV - não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.

§ 1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras de radiodifusão comunitária.

§ 2º As programações opinativa e informativa observarão os princípios da pluralidade de opinião e de versão simultânea em matérias polêmicas, divulgando sempre as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

§ 3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela rádio comunitária.

Art. 31. As emissoras do RadCom assegurarão, em sua programação, espaço para divulgação de planos e realizações de entidades ligadas, por suas finalidades, ao desenvolvimento da comunidade.

Art. 32. As prestadoras do RadCom poderão admitir patrocínio, sob a forma de apoio cultural, para os programas a serem transmitidos, desde que restritos aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida.

Art. 33. É vedada a cessão ou arrendamento da emissora do RadCom ou de horários de sua programação.

CAPÍTULO IX

DA TRANSFERÊNCIA DA AUTORIZAÇÃO

Art. 34. É vedada a transferência da autorização para execução do RadCom, a qualquer título, nos termos do art. 12 da Lei nº 9.612, de 1998.

Art. 35. A entidade autorizada a executar o RadCom pode, sem anuência do Ministério das Comunicações, realizar alterações em seus atos constitutivos e modificar a composição de sua diretoria, desde que essas operações não impliquem alteração nos termos e condições inicialmente exigidos para a autorização, devendo apresentar ao Ministério das Comunicações os atos que caracterizam as alterações mencionadas, devidamente registrados ou averbados na repartição competente, para fins de registro e controle, no prazo de trinta dias contado de sua efetivação.

CAPÍTULO X

DA RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO

Art. 36. A autorização para execução do RadCom poderá ser renovada por um outro período de três anos, desde que a autorizada apresente solicitação neste sentido com antecedência de três a um mês do seu termo final e que cumpra as exigências estabelecidas para tanto pelo Ministério das Comunicações.

Art. 37. A renovação da autorização para execução do RadCom implicará pagamento de valor relativo às despesas decorrentes deste ato.

CAPÍTULO XI

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 38. As penalidades aplicáveis em razão de infringência a qualquer dispositivo da Lei nº 9.612, de 1998, deste Regulamento e das normas aplicáveis ao RadCom são:

I - advertência;

II - multa; e

III - na reincidência, revogação da autorização.

§ 1º A pena de advertência poderá ser aplicada ao infrator primário quando incorrer em infração considerada de menor gravidade.

§ 2º Os valores das multas a serem aplicadas obedecerão aos critérios estabelecidos no art. 59 da Lei nº 4.117, de 1962, com a redação que lhe deu o art. 3º do Decreto-Lei nº 236, de 1967.

Art. 39. Antes da aplicação de penalidades, a autorizada será notificada para exercer seu direito de defesa, conforme o estabelecido na Lei nº 4.117, de 1962, sem prejuízo da apreensão cautelar de que trata o parágrafo único do seu art. 70, com a redação que lhe deu o art. 3º do Decreto-Lei nº 236, de 1967.

Art. 40. São puníveis com multa as seguintes infrações na operação das emissoras do RadCom:

I - transferência a terceiros dos direitos ou procedimentos de execução do Serviço;

II - permanência fora de operação por mais de trinta dias sem motivo justificável;

III - uso de equipamentos não certificados ou homologados pela ANATEL;

IV - manutenção, pela autorizada, no seu quadro diretivo, de dirigente com residência fora da área da comunidade atendida;

V - não manutenção do Conselho Comunitário, nos termos da Lei;

VI - estabelecimento ou manutenção de vínculos que subordinem a entidade ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais;

VII - não comunicação ao Ministério das Comunicações, no prazo de trinta dias, das alterações efetivadas nos atos constitutivos ou da mudança de sua diretoria;

VIII - modificação dos termos e das condições inicialmente atendidos para a expedição do ato de autorização;

IX - não destinação de espaço na programação disponível à divulgação de planos e realizações de entidades ligadas, por suas finalidades, ao desenvolvimento da comunidade;

X - formação de redes na exploração do RadCom;

XI - não integração a redes quando convocadas em situações de guerra, calamidade pública e epidemias;

XII - não integração a redes para as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo;

XIII - cessão ou arrendamento da emissora ou de horários de sua programação;

- XIV - transmissão de patrocínio em desacordo com as normas legais pertinentes;
- XV - transmissão de propaganda ou publicidade comercial a qualquer título;
- XVI - desvirtuamento das finalidades do RadCom e dos princípios fundamentais da programação;
- XVII - utilização de denominação de fantasia diversa da comunicada ao Ministério das Comunicações;
- XVIII - imposição de dificuldades à fiscalização do Serviço;
- XIX - não manutenção em dia os registros da programação em texto e fitas, nos termos da regulamentação;
- XX - uso de equipamentos fora das especificações constantes dos certificados emitidos pela ANATEL;
- XXI - não obediência ao tempo de funcionamento da estação comunicado ao Ministério das Comunicações;
- XXII - alteração das características constantes da Licença para Funcionamento de Estação, sem observância das formalidades estabelecidas;
- XXIII - não solicitação, no prazo estabelecido, da expedição de Licença para Funcionamento de Estação;
- XXIV - não observância do prazo estabelecido para início da execução do Serviço;
- XXV - utilização de frequência diversa da autorizada;
- XXVI - início da execução do Serviço pela autorizada sem estar previamente licenciada;
- XXVII - início da operação em caráter experimental pela autorizada, sem ter comunicado o fato no prazo estabelecido em norma complementar;
- XXVIII - não comunicação de alteração do horário de funcionamento
- XXIX - não cumprimento pela autorizada, no tempo estipulado, de exigência que lhe tenha sido feita pelo Ministério das Comunicações ou pela ANATEL.

CAPÍTULO XII

DA INTERRUÇÃO DO SERVIÇO

Art. 41. A execução do RadCom será interrompida nos seguintes casos:

- I - de imediato, na ocorrência de interferências prejudiciais;

II - no prazo estipulado pela ANATEL, na constatação de interferências indesejáveis, caso estas não tenham sido eliminadas;

III - quando estiver configurada situação de perigo de vida.

CAPÍTULO XIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42. As entidades autorizadas a executar o RadCom estão sujeitas ao pagamento das taxas de fiscalização das telecomunicações previstas em lei.

Art. 43. A entidade detentora de autorização para execução do RadCom não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

ANEXO D: DECRETO LEI QUE ALTERA O PRAZO DE OUTORGA

LEI Nº 10.597 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002.

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação :

Art.6º.....
.....

Parágrafo único : A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual períodos, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de dezembro de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Juarez Quadros do Nascimento

(D.O.U de 11/12/2002).

ANEXO E: ABRAÇO - REIVINDICAÇÃO

Brasília, em 08 de outubro de 2003

Exmo Sr Ministro,

A **Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária** - ABRAÇO - por sua Coordenação Nacional, dirige-se respeitosamente a V.Exa para:

1. Enquanto entidade representativa do movimento de radiodifusão comunitária, presente em 23 estados da federação e expressão legítima da luta social em defesa da democratização da comunicação no Brasil, reivindicar a concessão de licenciamentos provisórios a todas as emissoras comunitárias com pedido protocolado no Ministério das Comunicações;
2. Solicitar a V.Exa a imediata e integral implementação das propostas e recomendações contidas no Relatório Final do Grupo de Trabalho da Radiodifusão Comunitária instituído no âmbito deste Ministério através da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003. Em especial, que seja garantida a implantação do Conselho de Acompanhamento da Radiodifusão Comunitária e observados estritamente os critérios indicados para a análise e tramitação dos processos;
3. Reivindicar a reabertura das Delegacias Regionais do Ministério das Comunicações, garantindo a elas as condições estruturais de funcionamento, de modo a dar agilidade ao processo de licenciamento das emissoras comunitárias;
4. Manifestar sua discordância com o estabelecimento de critérios para o licenciamento de emissoras comunitárias em desacordo com o que está previsto no documento elaborado pelo Grupo de Trabalho, como a anunciada decisão de priorizar os municípios integrantes do Programa Fome Zero;
5. Solicitar a constituição de um Fórum Nacional com a participação do Governo Federal e sociedade civil para discutir e propor alterações à legislação que rege a radiodifusão comunitária no Brasil;
6. Requerer uma ação concreta do Governo Federal para que cesse o injustificável processo de repressão e criminalização do movimento de radiodifusão comunitária

Esperando de V.Exa a acolhida aos pleitos aqui apresentados e o estabelecimento de um canal permanente de negociações deste Ministério com a ABRAÇO Nacional, firmamo-nos

Atenciosamente,

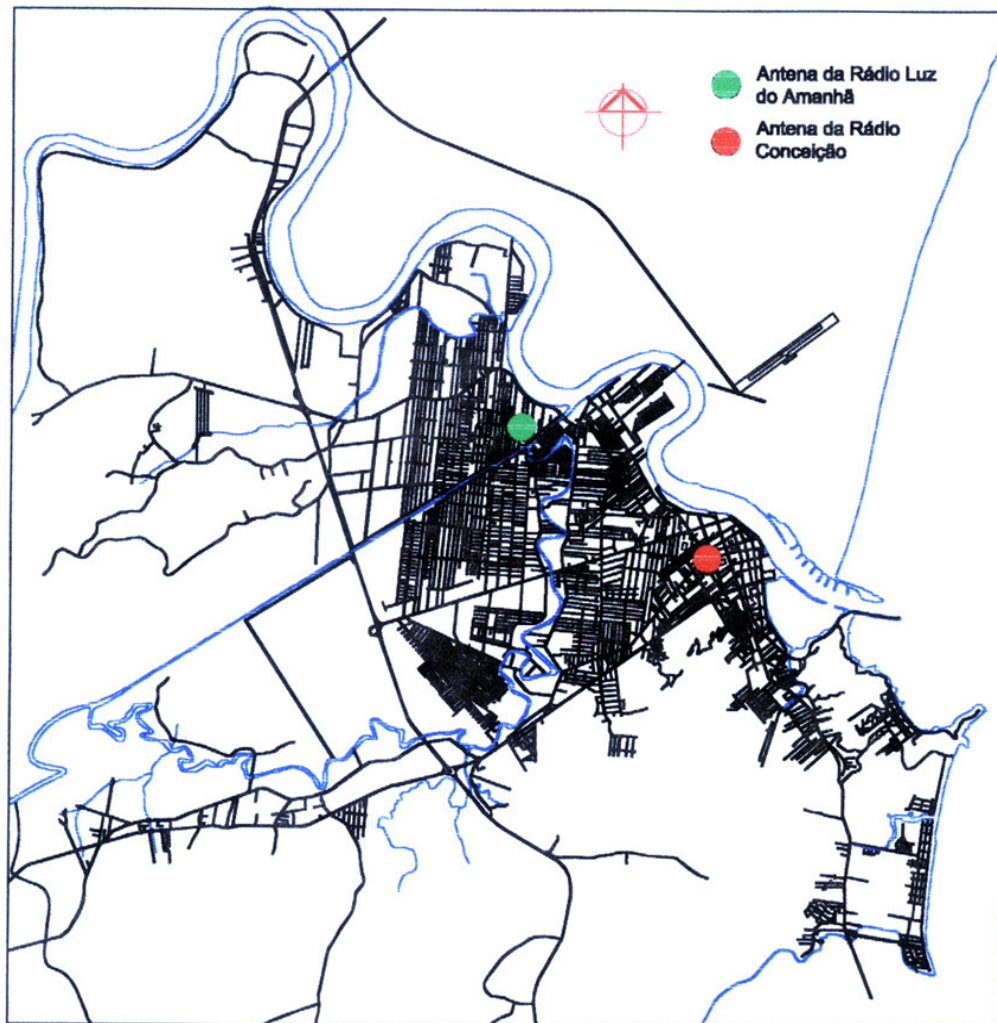
COORDENAÇÃO NACIONAL
DA **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA**
DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA- ABRAÇO

Clementino dos Santos Lopes
Francisco França Andrade

Fátima Gomes
Graça Rocha
José Guilherme dos Santos
Márcio Jerry
Rose Fujita

Exmo Sr
Miro Teixeira
Ministro das Comunicações
BRASÍLIA - DF
SDS - Bloco "O" Edifício Venâncio VI Sala 413, Cep: 70.393-900 - Brasília-DF,
Telefones: 61-226-0688 Site: abraconacional.terrashare.com
e-mail: abraconacional@i..., CNPJ: 01.674.953.0001-06

**ANEXO F: MAPA DE ITAJAÍ COM DESTAQUE PARA A LOCALIZAÇÃO DAS
DUAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS EXISTENTES NO MUNICÍPIO**



Fonte - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano
Prefeitura Municipal de Itajaí

Colaboração: Arquiteto Oswaldo Schuch

**ANEXO G: MAPA DA ÁREA DE COBERTURA DA RÁDIO
CONCEIÇÃO FM DE ITAJAÍ**



● Ponto de irradiação da Rádio Conceição FM

Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano
Prefeitura Municipal de Itajaí
Colaboração: Arquiteto Oswaldo Schuch

**ANEXO H: MAPA DA ÁREA DE COBERTURA DA RÁDIO
LUZ DO AMANHÃ FM DE ITAJAÍ**



● Ponto de irradiação da Rádio Luz do Amanhã FM

Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano
Prefeitura Municipal de Itajaí
Colaboração: Arquiteto Oswaldo Schuch

**ANEXO I: EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA INSTALAÇÃO
DE RÁDIO COMUNITÁRIA**



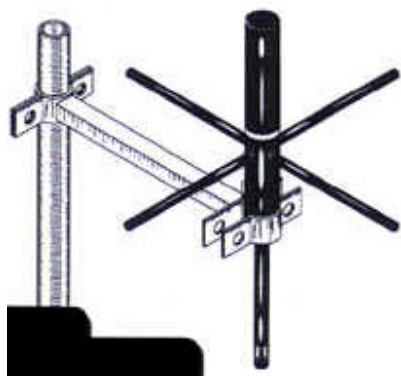
Gerador de Estéreo Modelo 435C

- Gerador de Estéreo com monitoração pelo painel frontal do canal direito e do canal esquerdo e da banda Base através de bar-graph.
- Não necessita de ajustes externos.
- Separação de canais: melhor que 40dB.
- Conector de entrada: RCA.
- Conector de saída: BNC.
- Pré-ênfase: 75us.
- Padrão-Rack 19".



Estúdios completos para produção e exibição

- Microfones.
- Consoles de áudio.
- Geradores de efeitos especiais e caracteres.
- VTs, gravadores e reprodutores de Áudio e Vídeo.
- Ilhas de edição linear e não linear.
- Amplificadores, distribuidores e monitores de Áudio e Vídeo.



Antena Plano-Terra para FM Modelo PT/FM

This job requires more memory than is available in this printer.

Try one or more of the following, and then print again:

- In the PostScript dialog box, click Optimize For Portability.

- In the Device Options dialog box, make sure the Available Printer Memory is accurate.

- Reduce the number of fonts in the document.

- Print the document in parts.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)